

Assembleia de Freguesia

25 de junho de 2020



União das freguesias
de Marrazes e Barosa
a união faz o futuro!



União das freguesias
de Marrazes e Barosa
a união faz o futuro!



Índice

Convocatória	3
Atividades da Junta e Presidente.....	4
Informação da atividade da Junta de Freguesia	5
Atividade da Freguesia de Marrazes e Barosa.....	5
1. O Presidente, reuniu com:.....	5
2. O Presidente procedeu às reuniões bissemanais de atendimento ao público, na sede de Marrazes e semanais na Delegação da Barosa.	6
3. Expediente Geral: Atividades desenvolvidas pelos serviços administrativos, no período compreendido entre 01 e 31 de maio de 2020:	6
Situação Financeira da Junta de Freguesia	8
Demonstração de Execução Orçamental da Receita	9
Demonstração de Execução Orçamental da Despesa	10
Fluxos de caixa - Resumo	11
Apreciação, discussão e votação da proposta de transferências de competências dos municípios para os órgãos da freguesia	12
Apreciação, discussão e votação do Regulamento Geral de Taxas e Preços	13
Apreciação, discussão e votação do Regulamento de Utilização do Pavilhão Desportivo de Marrazes	14
Apreciação, discussão e votação do Regulamento de Atribuição de Apoios.....	15
Apreciação, discussão e votação do Regulamento dos Cemitérios da União das Freguesias	16
Cedência de parcela de terrenos, ao domínio público, na ZICOFA, para acesso a propriedades.....	17



União das freguesias
de Marrazes e Barosa
a união faz o futuro!



Convocatória



Assembleia de Freguesia de Marrazes e Barosa

Convocatória

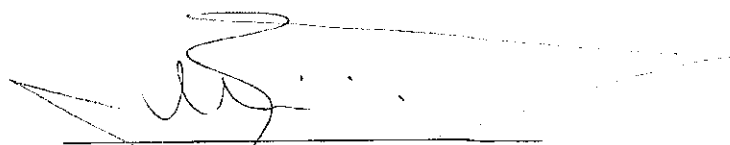
Nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 14.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, convoco os membros da Assembleia de Freguesia de Marrazes e Barosa para a sessão ordinária de junho, que terá lugar no **Salão Paroquial de Pinheiros**, no lugar de **Pinheiros**, com início às **21H00**, do próximo dia **25 de junho de 2020**, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Apreciação, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 19 de junho de 2020;
2. Apreciação das informações relativas às atividades da Junta e respetivo Presidente, bem como da situação financeira da autarquia;
3. Apreciação, discussão e votação da proposta de transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias – Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril;
4. Apreciação, discussão e votação do Regulamento Geral de Taxas e Preços da União das Freguesias de Marrazes e Barosa;
5. Apreciação, discussão e votação do Regulamento de Utilização do Pavilhão Desportivo de Marrazes;
6. Apreciação, discussão e votação do Regulamento de Atribuição de Apoios;
7. Apreciação, discussão e votação do Regulamento dos Cemitérios da Freguesia;
8. Cedência de parcela de terreno, ao domínio público, na ZICOFA, para acesso a propriedades.

Com os melhores cumprimentos.

Marrazes, 19 de junho de 2020
O Presidente da Assembleia de Freguesia


(Arlindo José Francisco)



União das freguesias
de Marrazes e Barosa
a união faz o futuro!



Atividades da Junta e Presidente



União das freguesias
de Marrazes e Barosa
a união faz o futuro!



Informação da atividade da Junta de Freguesia

Em cumprimento da alínea v), do n.º 1, do artigo 18.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, informo V. Exa. das atividades da Junta de Freguesia de Marrazes e Barosa e da sua Presidente, no período compreendido entre 09 de maio e 18 de junho de 2020.

Atividade da Freguesia de Marrazes e Barosa

1. O Presidente, reuniu com:

a. ANEPC – Associação Nacional de Emergência e Proteção Civil, por videoconferência.

a) *Apresentação Pública do PLANOP - CDOS Leiria.*

b. Conselho Geral da Escola Secundária Afonso Lopes Vieira, através de videoconferência, onde foram abordados os seguintes assuntos:

a) *Informações;*

b) *Orientações para o regresso às aulas presenciais;*

c) *Critérios de avaliação.*

c. Câmara Municipal de Leiria, por videoconferência – Apresentação do Plano Estratégico para a Cultura de Leiria 2020-2030:

a) *Apresentação do Plano Estratégico para a Cultura para o município de Leiria: objetivos, principais conteúdos, metodologia e ponto de situação dos trabalhos;*

b) *Identificação das principais dinâmicas culturais e artísticas de cada freguesia - pontos fortes e diferenciadores; desafios e pontos a melhorar;*

c) *Identificação das mais-valias que cada freguesia aporta para a candidatura de Leiria a Capital Europeia da Cultura e dos benefícios que o evento lhes pode trazer.*

d. Projeto Redes na Quinta, onde foram abordados os seguintes assuntos:

a) *Apresentação de atividades desenvolvidas durante o período de confinamento;*

b) *Plano de desconfinamento do Redes na Quint@-E7G;*

c) *3º Plano Trimestral de Atividades de 2020;*

d) *Verão de 2020 (Recursos Humanos; Recolha de ideias e propostas de atividades passíveis de serem implementadas; Atividades em parceria.*



União das freguesias
de Marrazes e Barosa
a união faz o futuro!



- e. **Presidente da Câmara Municipal de Leiria, Dr. Gonçalo Lopes, através de videoconferência.**

a) *Transferência de competências para as freguesias.*

- f. **Vereadora da Câmara Municipal de Leiria, Dra. Anabela Graça, através de videoconferência, com a presença da Sra. Vereadora do Pelouro do Desenvolvimento Económico e Turismo, Dra. Catarina Louro, o Coordenador da dinamização cultural na área da Cultura Popular, Dr. Adélio Amaro, e a Sra. Chefe de Divisão da Cultura, Dra. Ana Saraiva.**

a) *"Passeios Culturais de Verão":*

1. *Apresentação do projeto;*

2. *Planeamento da iniciativa.*

2. **O Presidente procedeu às reuniões bissemanais de atendimento ao público, na sede de Marrazes e semanais na Delegação da Barosa.**

Atendimento ao Público pelo Presidente

Público em Geral	21
Associações/IPPS's	7
Entidades Públicas/Oficiais	3
Entidades Particulares/Privadas	4

3. **Expediente Geral: Atividades desenvolvidas pelos serviços administrativos, no período compreendido entre 01 e 31 de maio de 2020:**

Inumações

Cemitério de Marrazes	6
Cemitério de Gândara dos Olivais	1
Cemitério de Pinheiros	1
Cemitério de Janardo	1
Cemitério de Barosa	2

Documentos emitidos

Atestados/Declarações/Provas de Vida	142
Certidões	4
Canídeos – Registos/Licenças	23
Petições/Reclamações/Sugestões recebidas	43
Certificações	0



União das freguesias
de Marrazes e Barosa
a união faz o futuro!



Atendimentos presenciais	1689
Atendimentos telefónicos	1621

Marrazes, 18 de junho de 2020

O Presidente da Freguesia

(Paulo Clemente)



União das freguesias
de Marrazes e Barosa
a união faz o futuro!



Situação Financeira da Junta de Freguesia



União das Freguesias de Marrazes e Barosa

EXCERTO DA ATA NÚMERO CENTO E QUARENTA E CINCO

Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e vinte, pelas dezoito horas, reuniu o Executivo da União das Freguesias de Marrazes e Barosa, em sessão ordinária, na sede da autarquia, em Marrazes, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um: Análise, discussão e aprovação dos documentos relativos à Situação Financeira da Junta de Freguesia, a trinta de abril de dois mil e vinte;

1. Controlo Orçamental de Receita;
2. Controlo Orçamental de Despesa;
3. Fluxos de Caixa (Resumo);

Estavam presentes o Presidente, Paulo Alexandre Jesus Clemente; a Secretária, Catarina Sampaio Barbedo Dias; o Tesoureiro, Rui Manuel Branquinho Caseiro; o Vogal, José António Batista de Sousa Violante; a Vogal, Ana Cristina dos Santos Teixeira; o Vogal, Mário Jorge Pedro Teixeira; e o Vogal, José Carlos Confraria da Silva.

A sessão foi presidida pelo Presidente, Paulo Clemente.

Ponto um: O Executivo analisou, discutiu e aprovou, por unanimidade, os documentos mencionados em epígrafe.

Por não haver mais nada a tratar e para que conste, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada, por todos os presentes.

Presidente:

Secretária:

Tesoureiro:

Vogal:

Vogal:

Vogal:

Vogal:



União das freguesias
de Marrazes e Barosa
a união faz o futuro!



Demonstração de Execução Orçamental da Receita



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARRAZES E BAROSA

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Ano: 2020

Classificação Inicial: 0000000000 Final: 9999999999

Data inicial: 01/01/2020 Final: 30/04/2020

Rubrica		Descrição	Previsões corrigidas	Previsões por Liquidar	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas			Recebimentos diferidos	Receitas por cobrar no final do período	Liquidações de Períodos Futuros				
									Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total			(n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	Períodos seguintes
Receita Corrente																				
R1	Receita Fiscal		55 185,00	53 691,11	0,00	1 493,89	0,00	1 493,89	0,00	0,00	0,00	1 493,89	1 493,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R1.1	Impostos diretos		55 185,00	53 691,11	0,00	1 493,89	0,00	1 493,89	0,00	0,00	0,00	1 493,89	1 493,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0100000000	Impostos directos	55 185,00	53 691,11	0,00	1 493,89	0,00	1 493,89	0,00	0,00	0,00	1 493,89	1 493,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0102000000	Outros	55 185,00	53 691,11	0,00	1 493,89	0,00	1 493,89	0,00	0,00	0,00	1 493,89	1 493,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0102020000	Imposto municipal sobre imóveis	55 185,00	53 691,11	0,00	1 493,89	0,00	1 493,89	0,00	0,00	0,00	1 493,89	1 493,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0102020100	Prédios rústicos	9 245,00	8 629,30	0,00	615,70	0,00	615,70	0,00	0,00	0,00	615,70	615,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0102020200	Prédios urbanos	45 940,00	45 061,81	0,00	878,19	0,00	878,19	0,00	0,00	0,00	878,19	878,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R1.2	Impostos indirectos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R2	Contribuições para sistemas de pteção social e subsistemas de saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R3	Taxas, multas e outras penalidades		14 418,00	11 518,87	0,00	2 899,13	0,00	2 899,13	0,00	0,00	0,00	2 899,13	2 899,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0400000000	Taxas, multas e outras penalidades	14 418,00	11 518,87	0,00	2 899,13	0,00	2 899,13	0,00	0,00	0,00	2 899,13	2 899,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0401000000	Taxas	14 318,00	11 429,00	0,00	2 889,00	0,00	2 889,00	0,00	0,00	0,00	2 889,00	2 889,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0401230000	Taxas específicas das autarquias locais	14 318,00	11 429,00	0,00	2 889,00	0,00	2 889,00	0,00	0,00	0,00	2 889,00	2 889,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0401230400	Canídeos	4 018,00	3 686,50	0,00	331,50	0,00	331,50	0,00	0,00	0,00	331,50	331,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0401239900	Outras	10 300,00	7 742,50	0,00	2 557,50	0,00	2 557,50	0,00	0,00	0,00	2 557,50	2 557,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0401239901	Taxas de secretaria e atestados	10 300,00	7 742,50	0,00	2 557,50	0,00	2 557,50	0,00	0,00	0,00	2 557,50	2 557,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0402000000	Multas e outras penalidades	100,00	89,87	0,00	10,13	0,00	10,13	0,00	0,00	0,00	10,13	10,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0402010000	Juros de mora	50,00	39,87	0,00	10,13	0,00	10,13	0,00	0,00	0,00	10,13	10,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0402020000	Juros compensatórios	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R4	Rendimentos de propriedade		500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0500000000	Rendimentos da propriedade	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0502000000	Juros - Sociedades financeiras	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0502010000	Bancos e outras instituições financeiras	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5	Transferências e subsídios correntes		540 758,03	382 380,93	0,00	158 377,10	0,00	158 377,10	0,00	0,00	0,00	158 377,10	158 377,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1	Transferências Correntes		540 758,03	382 380,93	0,00	158 377,10	0,00	158 377,10	0,00	0,00	0,00	158 377,10	158 377,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1	Administrações Públicas		540 758,03	382 380,93	0,00	158 377,10	0,00	158 377,10	0,00	0,00	0,00	158 377,10	158 377,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português		202 933,00	87 333,41	0,00	115 599,59	0,00	115 599,59	0,00	0,00	0,00	115 599,59	115 599,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0603010000	Estado	202 933,00	87 333,41	0,00	115 599,59	0,00	115 599,59	0,00	0,00	0,00	115 599,59	115 599,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0603010400	Fundo de Financiamento das Freguesias	201 300,00	88 598,41	0,00	112 701,59	0,00	112 701,59	0,00	0,00	0,00	112 701,59	112 701,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0603010500	Art.º 38.º, n.º 8 da Lei n.º 73/2013	1 633,00	-1 265,00	0,00	2 898,00	0,00	2 898,00	0,00	0,00	0,00	2 898,00	2 898,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARRAZES E BAROSA

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Ano: 2020

Classificação Inicial: 0000000000 Final: 9999999999

Data inicial: 01/01/2020 Final: 30/04/2020

Rubrica	Descrição	Previsões corrigidas	Previsões por Liquidar	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas			Recebimentos diferidos	Receitas por cobrar no final do período	Liquidações de Períodos Futuros				
								Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total			(n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	Períodos seguintes
R5.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades	7 600,00	5 634,29	0,00	1 965,71	0,00	1 965,71	0,00	0,00	0,00	1 965,71	1 965,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0603090000	Serviços e fundos autónomos - Subsistema de protecção à família e políticas	7 600,00	5 634,29	0,00	1 965,71	0,00	1 965,71	0,00	0,00	0,00	1 965,71	1 965,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	330 225,03	289 413,23	0,00	40 811,80	0,00	40 811,80	0,00	0,00	0,00	40 811,80	40 811,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0605000000	Administração local	330 225,03	289 413,23	0,00	40 811,80	0,00	40 811,80	0,00	0,00	0,00	40 811,80	40 811,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0605010000	Continente	330 225,03	289 413,23	0,00	40 811,80	0,00	40 811,80	0,00	0,00	0,00	40 811,80	40 811,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0605010100	Município de Leiria	330 225,03	289 413,23	0,00	40 811,80	0,00	40 811,80	0,00	0,00	0,00	40 811,80	40 811,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0605010102	Acordo de execução	137 559,13	101 665,48	0,00	35 893,65	0,00	35 893,65	0,00	0,00	0,00	35 893,65	35 893,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0605010103	Contrato Interadministrativo	154 591,52	154 591,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0605010117	Apoio a actividades	38 064,38	38 064,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0605010118	Combustíveis	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0605010119	Eleições legislativas	0,00	-4 918,15	0,00	4 918,15	0,00	4 918,15	0,00	0,00	0,00	4 918,15	4 918,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	95 350,00	72 555,34	0,00	22 794,66	0,00	22 794,66	0,00	0,00	0,00	22 794,66	22 794,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0700000000	Venda de bens e serviços correntes	95 350,00	72 555,34	0,00	22 794,66	0,00	22 794,66	0,00	0,00	0,00	22 794,66	22 794,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0701000000	Venda de bens	21 400,00	11 855,00	0,00	9 545,00	0,00	9 545,00	0,00	0,00	0,00	9 545,00	9 545,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0701030000	Publicações e impressos	10,00	-4 965,00	0,00	4 975,00	0,00	4 975,00	0,00	0,00	0,00	4 975,00	4 975,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0701050000	Bens inutilizados	150,00	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0701060000	Produtos agrícolas e pecuários	990,00	850,00	0,00	140,00	0,00	140,00	0,00	0,00	0,00	140,00	140,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0701990000	Outros	20 250,00	15 820,00	0,00	4 430,00	0,00	4 430,00	0,00	0,00	0,00	4 430,00	4 430,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0701990100	Sepulturas	20 000,00	15 570,00	0,00	4 430,00	0,00	4 430,00	0,00	0,00	0,00	4 430,00	4 430,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0701999900	Outros	250,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0702000000	Serviços	68 250,00	57 074,50	0,00	11 175,50	0,00	11 175,50	0,00	0,00	0,00	11 175,50	11 175,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0702010000	Aluguer de espaços e equipamentos	10 000,00	8 815,00	0,00	1 185,00	0,00	1 185,00	0,00	0,00	0,00	1 185,00	1 185,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0702080000	Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	30 000,00	21 864,00	0,00	8 136,00	0,00	8 136,00	0,00	0,00	0,00	8 136,00	8 136,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0702080400	Serviços desportivos	30 000,00	21 864,00	0,00	8 136,00	0,00	8 136,00	0,00	0,00	0,00	8 136,00	8 136,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0702080401	Pavilhão de Marrazes	30 000,00	21 864,00	0,00	8 136,00	0,00	8 136,00	0,00	0,00	0,00	8 136,00	8 136,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARRAZES E BAROSA

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Ano: 2020

Classificação Inicial: 0000000000 Final: 9999999999

Data inicial: 01/01/2020 Final: 30/04/2020

Rubrica	Descrição	Previsões corrigidas	Previsões por Liquidar	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas			Recebimentos diferidos	Receitas por cobrar no final do período	Liquidações de Períodos Futuros				
								Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total			(n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	Períodos seguintes
	0702090000 Serviços específicos das autarquias	17 750,00	15 910,00	0,00	1 840,00	0,00	1 840,00	0,00	0,00	0,00	1 840,00	1 840,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0702090500 Cemitérios	17 000,00	15 220,00	0,00	1 780,00	0,00	1 780,00	0,00	0,00	0,00	1 780,00	1 780,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0702099900 Outros	750,00	690,00	0,00	60,00	0,00	60,00	0,00	0,00	0,00	60,00	60,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0702099901 Certificação de fotocópias	500,00	440,00	0,00	60,00	0,00	60,00	0,00	0,00	0,00	60,00	60,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0702099999 Outros	250,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0702990000 Outros	10 500,00	10 485,50	0,00	14,50	0,00	14,50	0,00	0,00	0,00	14,50	14,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0702990100 Fotocópias	250,00	235,50	0,00	14,50	0,00	14,50	0,00	0,00	0,00	14,50	14,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0702990200 Chamadas telefónicas	250,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0702999900 Outros	10 000,00	10 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0702999999 Outros	10 000,00	10 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0703000000 Rendas	5 700,00	3 625,84	0,00	2 074,16	0,00	2 074,16	0,00	0,00	0,00	2 074,16	2 074,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0703020000 Edifícios	5 700,00	3 625,84	0,00	2 074,16	0,00	2 074,16	0,00	0,00	0,00	2 074,16	2 074,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0703020100 Centros de Saúde	5 700,00	3 625,84	0,00	2 074,16	0,00	2 074,16	0,00	0,00	0,00	2 074,16	2 074,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	2 287,40	2 287,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0800000000 Outras receitas correntes	2 287,40	2 287,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0801000000 Outras	2 287,40	2 287,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0801990000 Outras	2 287,40	2 287,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0801990100 Indemnizações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais	750,00	750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0801990101 Administração Autárquica	250,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0801990102 Pavilhão de Marrazes	250,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0801990104 Cemitérios	250,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0801990200 Indemnizações de estragos provocados por outrem em viaturas ou em quaisquer	750,00	750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0801990201 Administração Autárquica	250,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0801990202 Pavilhão de Marrazes	250,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0801990204 Cemitérios	250,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0801999900 Diversas	787,40	787,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0801999901 Administração Autárquica	250,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0801999902 Pavilhão de Marrazes	250,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0801999904 Cemitérios	287,40	287,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARRAZES E BAROSA

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Ano: 2020

Classificação Inicial: 0000000000 Final: 9999999999

Data inicial: 01/01/2020 Final: 30/04/2020

Rubrica	Descrição	Previsões corrigidas	Previsões por Liquidar	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas			Recebimentos diferidos	Receitas por cobrar no final do período	Liquidações de Períodos Futuros				
								Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total			(n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	Períodos seguintes
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Receita Corrente:	708 498,43	522 933,65	0,00	185 564,78	0,00	185 564,78	0,00	0,00	0,00	185 564,78	185 564,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita de Capital																		
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1	Transferências de Capital	158 601,57	158 601,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1	Transferências de Capital	158 601,57	158 601,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1	Administrações Públicas	158 601,57	158 601,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	158 601,57	158 601,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1005000000	Administração local	158 601,57	158 601,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1005010000	Continente	158 601,57	158 601,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1005010100	Município de Leiria	158 601,57	158 601,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1005010104	Apoio financeiro para despesas de capital	158 601,57	158 601,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Receita de Capital:	158 601,57	158 601,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	900,00	723,31	0,00	176,69	0,00	176,69	0,00	0,00	0,00	176,69	176,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1500000000	Reposições não abatidas nos pagamentos	900,00	723,31	0,00	176,69	0,00	176,69	0,00	0,00	0,00	176,69	176,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1501000000	Reposições não abatidas nos pagamentos	900,00	723,31	0,00	176,69	0,00	176,69	0,00	0,00	0,00	176,69	176,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1501010000	Reposições não abatidas nos pagamentos	900,00	723,31	0,00	176,69	0,00	176,69	0,00	0,00	0,00	176,69	176,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1501010100	Administração Autárquica	300,00	123,31	0,00	176,69	0,00	176,69	0,00	0,00	0,00	176,69	176,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1501010200	Pavilhão de Marrazes	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1501010400	Cemitérios	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Saldo da gerência anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total	868 000,00	682 258,53	0,00	185 741,47	0,00	185 741,47	0,00	0,00	0,00	185 741,47	185 741,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



União das freguesias
de Marrazes e Barosa
a união faz o futuro!



Demonstração de Execução Orçamental da Despesa



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARRAZES E BAROSA

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Ano: 2020

Classificação Inicial: 0000000000 Final: 9999999999

Data inicial: 01/01/2020 Final: 30/04/2020

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos	Descativos	Dotações disponíveis	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas brutas	Reposições abatidas aos pagamentos		Despesas pagas líquidas			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar
											Emitidas	Recebidas	Períodos anteriores	Período corrente	Total		
010000 - Administração Autárquica																	
Despesa Corrente																	
D1	Despesas com o pessoal	0,00	202 817,88	0,00	0,00	147 044,32	55 773,56	50 339,80	50 339,80	41 948,06	0,00	0,00	0,00	41 948,06	41 948,06	0,00	0,00
D1.1	Remunerações certas e permanentes	0,00	151 865,88	0,00	0,00	106 094,99	45 770,89	45 770,89	45 770,89	37 462,76	0,00	0,00	0,00	37 462,76	37 462,76	0,00	0,00
0101000000	Remunerações certas e permanentes	0,00	151 865,88	0,00	0,00	106 094,99	45 770,89	45 770,89	45 770,89	37 462,76	0,00	0,00	0,00	37 462,76	37 462,76	0,00	0,00
0101010000	Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	0,00	49 299,00	0,00	0,00	32 866,00	16 433,00	16 433,00	16 433,00	13 106,64	0,00	0,00	0,00	13 106,64	13 106,64	0,00	0,00
0101030000	Pessoal dos quadros - Regime de função pública	0,00	19 526,00	0,00	0,00	12 382,37	7 143,63	7 143,63	7 143,63	5 470,70	0,00	0,00	0,00	5 470,70	5 470,70	0,00	0,00
0101040000	Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual de trabalho	0,00	39 011,00	0,00	0,00	26 207,77	12 803,23	12 803,23	12 803,23	10 153,79	0,00	0,00	0,00	10 153,79	10 153,79	0,00	0,00
0101090000	Pessoal em qualquer outra situação	0,00	9 587,00	0,00	0,00	6 076,52	3 510,48	3 510,48	3 510,48	3 510,48	0,00	0,00	0,00	3 510,48	3 510,48	0,00	0,00
0101110000	Representação	0,00	6 665,88	0,00	0,00	4 443,92	2 221,96	2 221,96	2 221,96	1 562,56	0,00	0,00	0,00	1 562,56	1 562,56	0,00	0,00
0101130000	Subsidio de refeição	0,00	10 390,00	0,00	0,00	6 731,41	3 658,59	3 658,59	3 658,59	3 658,59	0,00	0,00	0,00	3 658,59	3 658,59	0,00	0,00
0101140000	Subsidio de férias e de Natal	0,00	17 387,00	0,00	0,00	17 387,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	12 107,00	0,00	0,00	9 622,70	2 484,30	2 484,30	2 484,30	2 400,69	0,00	0,00	0,00	2 400,69	2 400,69	0,00	0,00
0102000000	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	12 107,00	0,00	0,00	9 622,70	2 484,30	2 484,30	2 484,30	2 400,69	0,00	0,00	0,00	2 400,69	2 400,69	0,00	0,00
0102020000	Horas extraordinárias	0,00	1 000,00	0,00	0,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0102040000	Ajudas de custo	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0102050000	Abono para falhas	0,00	3 107,00	0,00	0,00	2 099,38	1 007,62	1 007,62	1 007,62	932,01	0,00	0,00	0,00	932,01	932,01	0,00	0,00
0102130000	Outros suplementos e prémios	0,00	7 500,00	0,00	0,00	6 023,32	1 476,68	1 476,68	1 476,68	1 468,68	0,00	0,00	0,00	1 468,68	1 468,68	0,00	0,00
D1.3	Segurança social	0,00	38 845,00	0,00	0,00	31 326,63	7 518,37	2 084,61	2 084,61	2 084,61	0,00	0,00	0,00	2 084,61	2 084,61	0,00	0,00
0103000000	Segurança social	0,00	38 845,00	0,00	0,00	31 326,63	7 518,37	2 084,61	2 084,61	2 084,61	0,00	0,00	0,00	2 084,61	2 084,61	0,00	0,00
0103010000	Encargos com a saúde	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0103020000	Outros encargos com a saúde	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0103050000	Contribuições para a segurança social	0,00	32 895,00	0,00	0,00	30 311,08	2 583,92	2 050,16	2 050,16	2 050,16	0,00	0,00	0,00	2 050,16	2 050,16	0,00	0,00
0103050100	Assistência na doença dos funcionários públicos	0,00	7 500,00	0,00	0,00	4 916,08	2 583,92	2 050,16	2 050,16	2 050,16	0,00	0,00	0,00	2 050,16	2 050,16	0,00	0,00
0103050200	Segurança social dos funcionários públicos	0,00	6 050,00	0,00	0,00	6 050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0103050300	Segurança social - Regime geral	0,00	19 345,00	0,00	0,00	19 345,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0103090000	Seguros	0,00	4 950,00	0,00	0,00	15,55	4 934,45	34,45	34,45	34,45	0,00	0,00	0,00	34,45	34,45	0,00	0,00
D2	Aquisição de bens e serviços	0,00	78 200,00	0,00	0,00	5 865,38	72 334,62	33 508,96	33 508,96	32 142,46	0,00	0,00	0,00	32 142,46	32 142,46	0,00	0,00
0200000000	Aquisição de bens e serviços	0,00	78 200,00	0,00	0,00	5 865,38	72 334,62	33 508,96	33 508,96	32 142,46	0,00	0,00	0,00	32 142,46	32 142,46	0,00	0,00
0201000000	Aquisição de bens	0,00	12 250,00	0,00	0,00	1 655,58	10 594,42	3 104,12	3 104,12	3 104,12	0,00	0,00	0,00	3 104,12	3 104,12	0,00	0,00
0201020000	Combustíveis e lubrificantes	0,00	1 450,00	0,00	0,00	542,62	907,38	375,12	375,12	375,12	0,00	0,00	0,00	375,12	375,12	0,00	0,00
0201020100	Gasolina	0,00	200,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0201020200	Gasóleo	0,00	900,00	0,00	0,00	192,62	707,38	375,12	375,12	375,12	0,00	0,00	0,00	375,12	375,12	0,00	0,00



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARRAZES E BAROSA

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Ano: 2020

Classificação Inicial: 0000000000 Final: 9999999999

Data inicial: 01/01/2020 Final: 30/04/2020

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos	Descativos	Dotações disponíveis	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas brutas	Reposições abatidas aos pagamentos		Despesas pagas líquidas			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar
											Emitidas	Recebidas	Períodos anteriores	Período corrente	Total		
0201029900	Outros	0,00	350,00	0,00	0,00	150,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0201040000	Limpeza e higiene	0,00	510,00	0,00	0,00	1,97	508,03	408,03	408,03	408,03	0,00	0,00	0,00	408,03	408,03	0,00	0,00
0201050000	Alimentação - Refeições confeccionadas	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0201060000	Alimentação - Géneros para confeccionar	0,00	1 290,00	0,00	0,00	40,00	1 250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0201070000	Vestuário e artigos pessoais	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0201080000	Material de escritório	0,00	800,00	0,00	0,00	96,64	703,36	451,08	451,08	451,08	0,00	0,00	0,00	451,08	451,08	0,00	0,00
0201090000	Produtos químicos e farmacêuticos	0,00	200,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0201090100	Produtos químicos	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0201090200	Produtos farmacêuticos	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0201120000	Material de transporte - Peças	0,00	400,00	0,00	0,00	100,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0201140000	Outro material - Peças	0,00	400,00	0,00	0,00	122,89	277,11	150,49	150,49	150,49	0,00	0,00	0,00	150,49	150,49	0,00	0,00
0201150000	Prémios, condecorações e ofertas	0,00	3 300,00	0,00	0,00	11,35	3 288,65	695,15	695,15	695,15	0,00	0,00	0,00	695,15	695,15	0,00	0,00
0201170000	Ferramentas e utensílios	0,00	500,00	0,00	0,00	76,41	423,59	53,59	53,59	53,59	0,00	0,00	0,00	53,59	53,59	0,00	0,00
0201180000	Livros e documentação técnica	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0201190000	Artigos honoríficos e de decoração	0,00	50,00	0,00	0,00	5,00	45,00	41,82	41,82	41,82	0,00	0,00	0,00	41,82	41,82	0,00	0,00
0201200000	Material de educação, cultura e recreio	0,00	500,00	0,00	0,00	85,00	415,00	122,00	122,00	122,00	0,00	0,00	0,00	122,00	122,00	0,00	0,00
0201210000	Outros bens	0,00	2 550,00	0,00	0,00	73,70	2 476,30	806,84	806,84	806,84	0,00	0,00	0,00	806,84	806,84	0,00	0,00
0201210100	Materiais de construção	0,00	550,00	0,00	0,00	43,70	506,30	206,30	206,30	206,30	0,00	0,00	0,00	206,30	206,30	0,00	0,00
0201219900	Outros	0,00	2 000,00	0,00	0,00	30,00	1 970,00	600,54	600,54	600,54	0,00	0,00	0,00	600,54	600,54	0,00	0,00
0202000000	Aquisição de serviços	0,00	65 950,00	0,00	0,00	4 209,80	61 740,20	30 404,84	30 404,84	29 038,34	0,00	0,00	0,00	29 038,34	29 038,34	0,00	0,00
0202010000	Encargos das instalações	0,00	12 950,00	0,00	0,00	661,50	12 288,50	8 184,87	8 184,87	8 184,87	0,00	0,00	0,00	8 184,87	8 184,87	0,00	0,00
0202010100	Consumo de água	0,00	4 450,00	0,00	0,00	647,23	3 802,77	3 309,81	3 309,81	3 309,81	0,00	0,00	0,00	3 309,81	3 309,81	0,00	0,00
0202010200	Consumo de electricidade	0,00	8 500,00	0,00	0,00	14,27	8 485,73	4 875,06	4 875,06	4 875,06	0,00	0,00	0,00	4 875,06	4 875,06	0,00	0,00
0202020000	Limpeza e higiene	0,00	5 850,00	0,00	0,00	120,00	5 730,00	5 509,04	5 509,04	4 154,04	0,00	0,00	0,00	4 154,04	4 154,04	0,00	0,00
0202030000	Conservação de bens	0,00	6 350,00	0,00	0,00	36,39	6 313,61	1 540,16	1 540,16	1 540,16	0,00	0,00	0,00	1 540,16	1 540,16	0,00	0,00
0202060000	Locação de material de transporte	0,00	350,00	0,00	0,00	0,00	350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0202080000	Locação de outros bens	0,00	350,00	0,00	0,00	30,00	320,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0202090000	Comunicações	0,00	4 400,00	0,00	0,00	587,23	3 812,77	2 861,58	2 861,58	2 861,58	0,00	0,00	0,00	2 861,58	2 861,58	0,00	0,00
0202100000	Transportes	0,00	1 000,00	0,00	0,00	166,05	833,95	833,95	833,95	833,95	0,00	0,00	0,00	833,95	833,95	0,00	0,00
0202120000	Seguros	0,00	2 800,00	0,00	0,00	50,00	2 750,00	897,19	897,19	897,19	0,00	0,00	0,00	897,19	897,19	0,00	0,00
0202130000	Deslocações e estadas	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0202140000	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	0,00	6 500,00	0,00	0,00	1 070,50	5 429,50	2 619,90	2 619,90	2 619,90	0,00	0,00	0,00	2 619,90	2 619,90	0,00	0,00
0202150000	Formação	0,00	450,00	0,00	0,00	100,00	350,00	344,40	344,40	344,40	0,00	0,00	0,00	344,40	344,40	0,00	0,00
0202170000	Publicidade	0,00	1 200,00	0,00	0,00	49,00	1 151,00	412,05	412,05	412,05	0,00	0,00	0,00	412,05	412,05	0,00	0,00



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARRAZES E BAROSA

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Ano: 2020

Classificação Inicial: 0000000000 Final: 9999999999

Data inicial: 01/01/2020 Final: 30/04/2020

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos	Descativos	Dotações disponíveis	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas brutas	Reposições abatidas aos pagamentos		Despesas pagas líquidas			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar
											Emitidas	Recebidas	Períodos anteriores	Período corrente	Total		
0202180000	Vigilância e segurança	0,00	1 150,00	0,00	0,00	3,53	1 146,47	816,47	816,47	816,47	0,00	0,00	0,00	816,47	816,47	0,00	0,00
0202190000	Assistência técnica	0,00	6 600,00	0,00	0,00	106,32	6 493,68	2 293,59	2 293,59	2 293,59	0,00	0,00	0,00	2 293,59	2 293,59	0,00	0,00
0202200000	Outros trabalhos especializados	0,00	6 650,00	0,00	0,00	97,28	6 552,72	2 543,64	2 543,64	2 543,64	0,00	0,00	0,00	2 543,64	2 543,64	0,00	0,00
0202240000	Encargos de cobrança de receitas	0,00	1 000,00	0,00	0,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0202250000	Outros serviços	0,00	8 250,00	0,00	0,00	32,00	8 218,00	1 548,00	1 548,00	1 536,50	0,00	0,00	0,00	1 536,50	1 536,50	0,00	0,00
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	19 600,00	0,00	0,00	58,50	19 541,50	19 541,50	11 248,50	11 248,50	0,00	0,00	0,00	11 248,50	11 248,50	0,00	0,00
D4.1	Transferências Correntes	0,00	19 600,00	0,00	0,00	58,50	19 541,50	19 541,50	11 248,50	11 248,50	0,00	0,00	0,00	11 248,50	11 248,50	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	0,00	19 600,00	0,00	0,00	58,50	19 541,50	19 541,50	11 248,50	11 248,50	0,00	0,00	0,00	11 248,50	11 248,50	0,00	0,00
0407000000	Instituições sem fins lucrativos	0,00	19 600,00	0,00	0,00	58,50	19 541,50	19 541,50	11 248,50	11 248,50	0,00	0,00	0,00	11 248,50	11 248,50	0,00	0,00
0407010000	Instituições sem fins lucrativos	0,00	19 600,00	0,00	0,00	58,50	19 541,50	19 541,50	11 248,50	11 248,50	0,00	0,00	0,00	11 248,50	11 248,50	0,00	0,00
D5	Outras Despesas Correntes	0,00	1 890,52	0,00	0,00	1 667,64	222,88	122,88	122,88	122,88	0,00	0,00	0,00	122,88	122,88	0,00	0,00
0600000000	Outras despesas correntes	0,00	1 890,52	0,00	0,00	1 667,64	222,88	122,88	122,88	122,88	0,00	0,00	0,00	122,88	122,88	0,00	0,00
0602000000	Diversas	0,00	1 890,52	0,00	0,00	1 667,64	222,88	122,88	122,88	122,88	0,00	0,00	0,00	122,88	122,88	0,00	0,00
0602010000	Impostos e taxas	0,00	250,00	0,00	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0602030000	Outras	0,00	1 640,52	0,00	0,00	1 417,64	222,88	122,88	122,88	122,88	0,00	0,00	0,00	122,88	122,88	0,00	0,00
0602030100	Outras restituições	0,00	800,00	0,00	0,00	800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0602030400	Serviços bancários	0,00	600,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0602030500	Outras	0,00	240,52	0,00	0,00	17,64	222,88	122,88	122,88	122,88	0,00	0,00	0,00	122,88	122,88	0,00	0,00
Total Despesa Corrente:		0,00	302 508,40	0,00	0,00	154 635,84	147 872,56	103 513,14	95 220,14	85 461,90	0,00	0,00	0,00	85 461,90	85 461,90	0,00	0,00
Despesa de Capital																	
D6	Aquisição de bens de capital	0,00	20 000,00	0,00	0,00	1 970,00	18 030,00	2 112,82	2 112,82	2 112,82	0,00	0,00	0,00	2 112,82	2 112,82	0,00	0,00
0700000000	Aquisição de bens de capital	0,00	20 000,00	0,00	0,00	1 970,00	18 030,00	2 112,82	2 112,82	2 112,82	0,00	0,00	0,00	2 112,82	2 112,82	0,00	0,00
0701000000	Investimentos	0,00	20 000,00	0,00	0,00	1 970,00	18 030,00	2 112,82	2 112,82	2 112,82	0,00	0,00	0,00	2 112,82	2 112,82	0,00	0,00
0701090000	Equipamento administrativo	0,00	3 000,00	0,00	0,00	1 590,00	1 410,00	500,02	500,02	500,02	0,00	0,00	0,00	500,02	500,02	0,00	0,00
0701110000	Ferramentas e utensílios	0,00	2 000,00	0,00	0,00	380,00	1 620,00	1 612,80	1 612,80	1 612,80	0,00	0,00	0,00	1 612,80	1 612,80	0,00	0,00
0701150000	Outros investimentos	0,00	15 000,00	0,00	0,00	0,00	15 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Despesa de Capital:		0,00	20 000,00	0,00	0,00	1 970,00	18 030,00	2 112,82	2 112,82	2 112,82	0,00	0,00	0,00	2 112,82	2 112,82	0,00	0,00
Total Administração Autárquica:		0,00	322 508,40	0,00	0,00	156 605,84	165 902,56	105 625,96	97 332,96	87 574,72	0,00	0,00	0,00	87 574,72	87 574,72	0,00	0,00
020000 - Pavilhão de Marrazes																	
Despesa Corrente																	
D1	Despesas com o pessoal	0,00	30 437,00	0,00	0,00	25 419,11	5 017,89	5 017,89	5 017,89	4 373,26	0,00	0,00	0,00	4 373,26	4 373,26	0,00	0,00
D1.1	Remunerações certas e permanentes	0,00	20 092,00	0,00	0,00	15 074,11	5 017,89	5 017,89	5 017,89	4 373,26	0,00	0,00	0,00	4 373,26	4 373,26	0,00	0,00



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARRAZES E BAROSA

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Ano: 2020

Classificação Inicial: 0000000000 Final: 9999999999

Data inicial: 01/01/2020 Final: 30/04/2020

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos	Descativos	Dotações disponíveis	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas brutas	Reposições abatidas aos pagamentos		Despesas pagas líquidas			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar
											Emitidas	Recebidas	Períodos anteriores	Período corrente	Total		
0101000000	Remunerações certas e permanentes	0,00	20 092,00	0,00	0,00	15 074,11	5 017,89	5 017,89	5 017,89	4 373,26	0,00	0,00	0,00	4 373,26	4 373,26	0,00	0,00
0101040000	Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual de trabalho	0,00	15 242,00	0,00	0,00	10 796,51	4 445,49	4 445,49	4 445,49	3 800,86	0,00	0,00	0,00	3 800,86	3 800,86	0,00	0,00
0101130000	Subsídio de refeição	0,00	2 309,00	0,00	0,00	1 736,60	572,40	572,40	572,40	572,40	0,00	0,00	0,00	572,40	572,40	0,00	0,00
0101140000	Subsídio de férias e de Natal	0,00	2 541,00	0,00	0,00	2 541,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	1 000,00	0,00	0,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0102000000	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	1 000,00	0,00	0,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0102020000	Horas extraordinárias	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0102040000	Ajudas de custo	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D1.3	Segurança social	0,00	9 345,00	0,00	0,00	9 345,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0103000000	Segurança social	0,00	9 345,00	0,00	0,00	9 345,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0103010000	Encargos com a saúde	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0103020000	Outros encargos com a saúde	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0103050000	Contribuições para a segurança social	0,00	5 345,00	0,00	0,00	5 345,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0103050100	Assistência na doença dos funcionários públicos	0,00	1 000,00	0,00	0,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0103050300	Segurança social - Regime geral	0,00	4 345,00	0,00	0,00	4 345,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0103090000	Seguros	0,00	3 000,00	0,00	0,00	3 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D2	Aquisição de bens e serviços	0,00	10 250,00	0,00	0,00	4 330,48	5 919,52	2 285,21	2 285,21	2 285,21	0,00	0,00	0,00	2 285,21	2 285,21	0,00	0,00
0200000000	Aquisição de bens e serviços	0,00	10 250,00	0,00	0,00	4 330,48	5 919,52	2 285,21	2 285,21	2 285,21	0,00	0,00	0,00	2 285,21	2 285,21	0,00	0,00
0201000000	Aquisição de bens	0,00	2 450,00	0,00	0,00	896,90	1 553,10	616,35	616,35	616,35	0,00	0,00	0,00	616,35	616,35	0,00	0,00
0201020000	Combustíveis e lubrificantes	0,00	650,00	0,00	0,00	6,67	643,33	196,24	196,24	196,24	0,00	0,00	0,00	196,24	196,24	0,00	0,00
0201029900	Outros	0,00	650,00	0,00	0,00	6,67	643,33	196,24	196,24	196,24	0,00	0,00	0,00	196,24	196,24	0,00	0,00
0201040000	Limpeza e higiene	0,00	500,00	0,00	0,00	110,05	389,95	289,95	289,95	289,95	0,00	0,00	0,00	289,95	289,95	0,00	0,00
0201110000	Material de consumo clínico	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0201140000	Outro material - Peças	0,00	250,00	0,00	0,00	147,82	102,18	27,18	27,18	27,18	0,00	0,00	0,00	27,18	27,18	0,00	0,00
0201170000	Ferramentas e utensílios	0,00	150,00	0,00	0,00	50,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0201180000	Livros e documentação técnica	0,00	50,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0201190000	Artigos honoríficos e de decoração	0,00	50,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0201200000	Material de educação, cultura e recreio	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0201210000	Outros bens	0,00	600,00	0,00	0,00	282,36	317,64	102,98	102,98	102,98	0,00	0,00	0,00	102,98	102,98	0,00	0,00
0201210100	Materiais de construção	0,00	350,00	0,00	0,00	150,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0201219900	Outros	0,00	250,00	0,00	0,00	132,36	117,64	102,98	102,98	102,98	0,00	0,00	0,00	102,98	102,98	0,00	0,00
0202000000	Aquisição de serviços	0,00	7 800,00	0,00	0,00	3 433,58	4 366,42	1 668,86	1 668,86	1 668,86	0,00	0,00	0,00	1 668,86	1 668,86	0,00	0,00
0202010000	Encargos das instalações	0,00	3 500,00	0,00	0,00	633,58	2 866,42	1 564,13	1 564,13	1 564,13	0,00	0,00	0,00	1 564,13	1 564,13	0,00	0,00
0202010100	Consumo de água	0,00	1 000,00	0,00	0,00	400,00	600,00	408,01	408,01	408,01	0,00	0,00	0,00	408,01	408,01	0,00	0,00



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARRAZES E BAROSA

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Ano: 2020

Classificação Inicial: 0000000000 Final: 9999999999

Data inicial: 01/01/2020 Final: 30/04/2020

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos	Descativos	Dotações disponíveis	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas brutas	Reposições abatidas aos pagamentos		Despesas pagas líquidas			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar
											Emitidas	Recebidas	Períodos anteriores	Período corrente	Total		
0202010200	Consumo de electricidade	0,00	2 500,00	0,00	0,00	233,58	2 266,42	1 156,12	1 156,12	1 156,12	0,00	0,00	0,00	1 156,12	1 156,12	0,00	0,00
0202020000	Limpeza e higiene	0,00	600,00	0,00	0,00	250,00	350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0202030000	Conservação de bens	0,00	1 350,00	0,00	0,00	200,00	1 150,00	104,73	104,73	104,73	0,00	0,00	0,00	104,73	104,73	0,00	0,00
0202080000	Locação de outros bens	0,00	150,00	0,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0202120000	Seguros	0,00	550,00	0,00	0,00	550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0202130000	Deslocações e estadas	0,00	200,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0202150000	Formação	0,00	200,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0202170000	Publicidade	0,00	250,00	0,00	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0202180000	Vigilância e segurança	0,00	250,00	0,00	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0202200000	Outros trabalhos especializados	0,00	250,00	0,00	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0202250000	Outros serviços	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras Despesas Correntes	0,00	750,00	0,00	0,00	750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0600000000	Outras despesas correntes	0,00	750,00	0,00	0,00	750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0602000000	Diversas	0,00	750,00	0,00	0,00	750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0602010000	Impostos e taxas	0,00	250,00	0,00	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0602030000	Outras	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0602030100	Outras restituições	0,00	250,00	0,00	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0602030500	Outras	0,00	250,00	0,00	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Despesa Corrente:	0,00	41 437,00	0,00	0,00	30 499,59	10 937,41	7 303,10	7 303,10	6 658,47	0,00	0,00	0,00	6 658,47	6 658,47	0,00	0,00
	Despesa de Capital																
D6	Aquisição de bens de capital	0,00	4 850,00	0,00	0,00	683,84	4 166,16	4 115,16	189,00	189,00	0,00	0,00	0,00	189,00	189,00	0,00	0,00
0700000000	Aquisição de bens de capital	0,00	4 850,00	0,00	0,00	683,84	4 166,16	4 115,16	189,00	189,00	0,00	0,00	0,00	189,00	189,00	0,00	0,00
0701000000	Investimentos	0,00	4 850,00	0,00	0,00	683,84	4 166,16	4 115,16	189,00	189,00	0,00	0,00	0,00	189,00	189,00	0,00	0,00
0701090000	Equipamento administrativo	0,00	4 850,00	0,00	0,00	683,84	4 166,16	4 115,16	189,00	189,00	0,00	0,00	0,00	189,00	189,00	0,00	0,00
	Total Despesa de Capital:	0,00	4 850,00	0,00	0,00	683,84	4 166,16	4 115,16	189,00	189,00	0,00	0,00	0,00	189,00	189,00	0,00	0,00
	Total Pavilhão de Marrazes:	0,00	46 287,00	0,00	0,00	31 183,43	15 103,57	11 418,26	7 492,10	6 847,47	0,00	0,00	0,00	6 847,47	6 847,47	0,00	0,00
040000 - Cemitérios																	
	Despesa Corrente																
D1	Despesas com o pessoal	0,00	13 528,00	0,00	0,00	10 596,58	2 931,42	2 931,42	2 931,42	2 537,66	0,00	0,00	0,00	2 537,66	2 537,66	0,00	0,00
D1.1	Remunerações certas e permanentes	0,00	10 047,00	0,00	0,00	7 115,58	2 931,42	2 931,42	2 931,42	2 537,66	0,00	0,00	0,00	2 537,66	2 537,66	0,00	0,00
0101000000	Remunerações certas e permanentes	0,00	10 047,00	0,00	0,00	7 115,58	2 931,42	2 931,42	2 931,42	2 537,66	0,00	0,00	0,00	2 537,66	2 537,66	0,00	0,00
0101040000	Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual de trabalho	0,00	7 621,00	0,00	0,00	5 080,72	2 540,28	2 540,28	2 540,28	2 146,52	0,00	0,00	0,00	2 146,52	2 146,52	0,00	0,00



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARRAZES E BAROSA

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Ano: 2020

Classificação Inicial: 0000000000 Final: 9999999999

Data inicial: 01/01/2020 Final: 30/04/2020

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos	Descativos	Dotações disponíveis	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas brutas	Reposições abatidas aos pagamentos		Despesas pagas líquidas			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar
											Emitidas	Recebidas	Períodos anteriores	Período corrente	Total		
0101130000	Subsídio de refeição	0,00	1 155,00	0,00	0,00	763,86	391,14	391,14	391,14	391,14	0,00	0,00	0,00	391,14	391,14	0,00	0,00
0101140000	Subsídio de férias e de Natal	0,00	1 271,00	0,00	0,00	1 271,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	1 000,00	0,00	0,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0102000000	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	1 000,00	0,00	0,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0102020000	Horas extraordinárias	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0102040000	Ajudas de custo	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D1.3	Segurança social	0,00	2 481,00	0,00	0,00	2 481,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0103000000	Segurança social	0,00	2 481,00	0,00	0,00	2 481,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0103050000	Contribuições para a segurança social	0,00	2 231,00	0,00	0,00	2 231,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0103050300	Segurança social - Regime geral	0,00	2 231,00	0,00	0,00	2 231,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0103090000	Seguros	0,00	250,00	0,00	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D2	Aquisição de bens e serviços	0,00	19 800,00	0,00	0,00	1 400,27	18 399,73	13 373,36	13 373,36	10 343,36	0,00	0,00	0,00	10 343,36	10 343,36	0,00	0,00
0200000000	Aquisição de bens e serviços	0,00	19 800,00	0,00	0,00	1 400,27	18 399,73	13 373,36	13 373,36	10 343,36	0,00	0,00	0,00	10 343,36	10 343,36	0,00	0,00
0201000000	Aquisição de bens	0,00	1 650,00	0,00	0,00	582,50	1 067,50	307,50	307,50	307,50	0,00	0,00	0,00	307,50	307,50	0,00	0,00
0201020000	Combustíveis e lubrificantes	0,00	350,00	0,00	0,00	190,00	160,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0201029900	Outros	0,00	350,00	0,00	0,00	190,00	160,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0201070000	Vestuário e artigos pessoais	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0201090000	Produtos químicos e farmacêuticos	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0201090100	Produtos químicos	0,00	50,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0201090200	Produtos farmacêuticos	0,00	50,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0201140000	Outro material - Peças	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0201170000	Ferramentas e utensílios	0,00	250,00	0,00	0,00	50,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0201180000	Livros e documentação técnica	0,00	50,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0201190000	Artigos honoríficos e de decoração	0,00	50,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0201210000	Outros bens	0,00	550,00	0,00	0,00	42,50	507,50	307,50	307,50	307,50	0,00	0,00	0,00	307,50	307,50	0,00	0,00
0201210100	Materiais de construção	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0201219900	Outros	0,00	350,00	0,00	0,00	42,50	307,50	307,50	307,50	307,50	0,00	0,00	0,00	307,50	307,50	0,00	0,00
0202000000	Aquisição de serviços	0,00	18 150,00	0,00	0,00	817,77	17 332,23	13 065,86	13 065,86	10 035,86	0,00	0,00	0,00	10 035,86	10 035,86	0,00	0,00
0202010000	Encargos das instalações	0,00	1 750,00	0,00	0,00	428,77	1 321,23	504,86	504,86	504,86	0,00	0,00	0,00	504,86	504,86	0,00	0,00
0202010100	Consumo de água	0,00	1 050,00	0,00	0,00	330,00	720,00	296,79	296,79	296,79	0,00	0,00	0,00	296,79	296,79	0,00	0,00
0202010200	Consumo de electricidade	0,00	700,00	0,00	0,00	98,77	601,23	208,07	208,07	208,07	0,00	0,00	0,00	208,07	208,07	0,00	0,00
0202020000	Limpeza e higiene	0,00	50,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0202030000	Conservação de bens	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0202150000	Formação	0,00	50,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARRAZES E BAROSA

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Ano: 2020

Classificação Inicial: 0000000000 Final: 9999999999

Data inicial: 01/01/2020 Final: 30/04/2020

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos	Descativos	Dotações disponíveis	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas brutas	Reposições abatidas aos pagamentos		Despesas pagas líquidas			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar
											Emitidas	Recebidas	Períodos anteriores	Período corrente	Total		
	0202170000 Publicidade	0,00	50,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0202180000 Vigilância e segurança	0,00	50,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0202250000 Outros serviços	0,00	15 700,00	0,00	0,00	189,00	15 511,00	12 561,00	12 561,00	9 531,00	0,00	0,00	0,00	9 531,00	9 531,00	0,00	0,00
D5	Outras Despesas Correntes	0,00	900,00	0,00	0,00	503,00	397,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0600000000 Outras despesas correntes	0,00	900,00	0,00	0,00	503,00	397,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0602000000 Diversas	0,00	900,00	0,00	0,00	503,00	397,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0602010000 Impostos e taxas	0,00	200,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0602030000 Outras	0,00	700,00	0,00	0,00	303,00	397,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0602030100 Outras restituições	0,00	200,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0602030500 Outras	0,00	500,00	0,00	0,00	103,00	397,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Despesa Corrente:	0,00	34 228,00	0,00	0,00	12 499,85	21 728,15	16 304,78	16 304,78	12 881,02	0,00	0,00	0,00	12 881,02	12 881,02	0,00	0,00
	Total Cemitérios:	0,00	34 228,00	0,00	0,00	12 499,85	21 728,15	16 304,78	16 304,78	12 881,02	0,00	0,00	0,00	12 881,02	12 881,02	0,00	0,00
050000 - Município de Leiria																	
Despesa Corrente																	
D1	Despesas com o pessoal	0,00	13 778,00	0,00	0,00	10 951,52	2 826,48	2 826,48	2 826,48	2 458,12	0,00	0,00	0,00	2 458,12	2 458,12	0,00	0,00
D1.1	Remunerações certas e permanentes	0,00	10 047,00	0,00	0,00	7 220,52	2 826,48	2 826,48	2 826,48	2 458,12	0,00	0,00	0,00	2 458,12	2 458,12	0,00	0,00
	0101000000 Remunerações certas e permanentes	0,00	10 047,00	0,00	0,00	7 220,52	2 826,48	2 826,48	2 826,48	2 458,12	0,00	0,00	0,00	2 458,12	2 458,12	0,00	0,00
	0101040000 Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual de trabalho	0,00	7 621,00	0,00	0,00	5 080,72	2 540,28	2 540,28	2 540,28	2 171,92	0,00	0,00	0,00	2 171,92	2 171,92	0,00	0,00
	0101130000 Subsídio de refeição	0,00	1 155,00	0,00	0,00	868,80	286,20	286,20	286,20	286,20	0,00	0,00	0,00	286,20	286,20	0,00	0,00
	0101140000 Subsídio de férias e de Natal	0,00	1 271,00	0,00	0,00	1 271,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	1 000,00	0,00	0,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0102000000 Abonos variáveis ou eventuais	0,00	1 000,00	0,00	0,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0102020000 Horas extraordinárias	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0102040000 Ajudas de custo	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D1.3	Segurança social	0,00	2 731,00	0,00	0,00	2 731,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0103000000 Segurança social	0,00	2 731,00	0,00	0,00	2 731,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0103050000 Contribuições para a segurança social	0,00	2 231,00	0,00	0,00	2 231,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0103050300 Segurança social - Regime geral	0,00	2 231,00	0,00	0,00	2 231,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0103090000 Seguros	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D2	Aquisição de bens e serviços	0,00	310 150,00	0,00	0,00	171 567,79	138 582,21	101 597,94	54 767,75	48 925,08	0,00	0,00	0,00	48 925,08	48 925,08	0,00	0,00
	0200000000 Aquisição de bens e serviços	0,00	310 150,00	0,00	0,00	171 567,79	138 582,21	101 597,94	54 767,75	48 925,08	0,00	0,00	0,00	48 925,08	48 925,08	0,00	0,00
	0201000000 Aquisição de bens	0,00	25 650,00	0,00	0,00	11 936,76	13 713,24	8 795,55	8 795,55	8 795,55	0,00	0,00	0,00	8 795,55	8 795,55	0,00	0,00



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARRAZES E BAROSA

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Ano: 2020

Classificação Inicial: 0000000000 Final: 9999999999

Data inicial: 01/01/2020 Final: 30/04/2020

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos	Descativos	Dotações disponíveis	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas brutas	Reposições abatidas aos pagamentos		Despesas pagas líquidas			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar
											Emitidas	Recebidas	Períodos anteriores	Período corrente	Total		
0201020000	Combustíveis e lubrificantes	0,00	10 250,00	0,00	0,00	5 340,98	4 909,02	2 853,02	2 853,02	2 853,02	0,00	0,00	0,00	2 853,02	2 853,02	0,00	0,00
0201020100	Gasolina	0,00	2 000,00	0,00	0,00	588,10	1 411,90	1 124,09	1 124,09	1 124,09	0,00	0,00	0,00	1 124,09	1 124,09	0,00	0,00
0201020200	Gasóleo	0,00	7 500,00	0,00	0,00	4 236,16	3 263,84	1 645,65	1 645,65	1 645,65	0,00	0,00	0,00	1 645,65	1 645,65	0,00	0,00
0201029900	Outros	0,00	750,00	0,00	0,00	516,72	233,28	83,28	83,28	83,28	0,00	0,00	0,00	83,28	83,28	0,00	0,00
0201070000	Vestuário e artigos pessoais	0,00	950,00	0,00	0,00	10,00	940,00	73,80	73,80	73,80	0,00	0,00	0,00	73,80	73,80	0,00	0,00
0201090000	Produtos químicos e farmacêuticos	0,00	400,00	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0201090100	Produtos químicos	0,00	200,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0201090200	Produtos farmacêuticos	0,00	200,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0201120000	Material de transporte - Peças	0,00	1 000,00	0,00	0,00	579,40	420,60	120,60	120,60	120,60	0,00	0,00	0,00	120,60	120,60	0,00	0,00
0201140000	Outro material - Peças	0,00	3 300,00	0,00	0,00	1 311,40	1 988,60	1 776,05	1 776,05	1 776,05	0,00	0,00	0,00	1 776,05	1 776,05	0,00	0,00
0201170000	Ferramentas e utensílios	0,00	750,00	0,00	0,00	550,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0201210000	Outros bens	0,00	9 000,00	0,00	0,00	3 744,98	5 255,02	3 972,08	3 972,08	3 972,08	0,00	0,00	0,00	3 972,08	3 972,08	0,00	0,00
0201210100	Materiais de construção	0,00	7 500,00	0,00	0,00	3 525,49	3 974,51	3 491,57	3 491,57	3 491,57	0,00	0,00	0,00	3 491,57	3 491,57	0,00	0,00
0201219900	Outros	0,00	1 500,00	0,00	0,00	219,49	1 280,51	480,51	480,51	480,51	0,00	0,00	0,00	480,51	480,51	0,00	0,00
0202000000	Aquisição de serviços	0,00	284 500,00	0,00	0,00	159 631,03	124 868,97	92 802,39	45 972,20	40 129,53	0,00	0,00	0,00	40 129,53	40 129,53	0,00	0,00
0202020000	Limpeza e higiene	0,00	250,00	0,00	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0202030000	Conservação de bens	0,00	280 500,00	0,00	0,00	155 981,03	124 518,97	92 802,39	45 972,20	40 129,53	0,00	0,00	0,00	40 129,53	40 129,53	0,00	0,00
0202080000	Locação de outros bens	0,00	250,00	0,00	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0202200000	Outros trabalhos especializados	0,00	1 000,00	0,00	0,00	650,00	350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0202250000	Outros serviços	0,00	2 500,00	0,00	0,00	2 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras Despesas Correntes	0,00	797,03	0,00	0,00	797,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0600000000	Outras despesas correntes	0,00	797,03	0,00	0,00	797,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0602000000	Diversas	0,00	797,03	0,00	0,00	797,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0602030000	Outras	0,00	797,03	0,00	0,00	797,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0602030500	Outras	0,00	797,03	0,00	0,00	797,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Despesa Corrente:	0,00	324 725,03	0,00	0,00	183 316,34	141 408,69	104 424,42	57 594,23	51 383,20	0,00	0,00	0,00	51 383,20	51 383,20	0,00	0,00
	Despesa de Capital																
D6	Aquisição de bens de capital	0,00	140 251,57	0,00	0,00	89 597,07	50 654,50	42 311,50	14 329,00	14 329,00	0,00	0,00	0,00	14 329,00	14 329,00	0,00	0,00
0700000000	Aquisição de bens de capital	0,00	140 251,57	0,00	0,00	89 597,07	50 654,50	42 311,50	14 329,00	14 329,00	0,00	0,00	0,00	14 329,00	14 329,00	0,00	0,00
0701000000	Investimentos	0,00	122 150,00	0,00	0,00	71 495,50	50 654,50	42 311,50	14 329,00	14 329,00	0,00	0,00	0,00	14 329,00	14 329,00	0,00	0,00
0701030000	Edifícios	0,00	59 500,00	0,00	0,00	11 345,50	48 154,50	39 975,00	11 992,50	11 992,50	0,00	0,00	0,00	11 992,50	11 992,50	0,00	0,00
0701030100	Instalações de serviços	0,00	11 000,00	0,00	0,00	11 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0701030200	Instalações desportivas e recreativas	0,00	48 500,00	0,00	0,00	345,50	48 154,50	39 975,00	11 992,50	11 992,50	0,00	0,00	0,00	11 992,50	11 992,50	0,00	0,00
0701060000	Material de transporte	0,00	22 150,00	0,00	0,00	22 150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARRAZES E BAROSA

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Ano: 2020

Classificação Inicial: 0000000000 Final: 9999999999

Data inicial: 01/01/2020 Final: 30/04/2020

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos	Descativos	Dotações disponíveis	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas brutas	Reposições abatidas aos pagamentos		Despesas pagas líquidas			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar
											Emitidas	Recebidas	Períodos anteriores	Período corrente	Total		
0701060200	Outro	0,00	22 150,00	0,00	0,00	22 150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0701070000	Equipamento de informática	0,00	10 000,00	0,00	0,00	7 500,00	2 500,00	2 336,50	2 336,50	2 336,50	0,00	0,00	0,00	2 336,50	2 336,50	0,00	0,00
0701080000	Software Informático	0,00	2 000,00	0,00	0,00	2 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0701090000	Equipamento administrativo	0,00	9 000,00	0,00	0,00	9 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0701100000	Equipamento básico	0,00	4 500,00	0,00	0,00	4 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0701100200	Outro	0,00	4 500,00	0,00	0,00	4 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0701150000	Outros investimentos	0,00	15 000,00	0,00	0,00	15 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0703000000	Bens de domínio público	0,00	18 101,57	0,00	0,00	18 101,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0703030000	Outras construções e infraestruturas	0,00	5 000,00	0,00	0,00	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0703030400	Iluminação pública	0,00	5 000,00	0,00	0,00	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0703060000	Outros bens de domínio público	0,00	13 101,57	0,00	0,00	13 101,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Despesa de Capital:		0,00	140 251,57	0,00	0,00	89 597,07	50 654,50	42 311,50	14 329,00	14 329,00	0,00	0,00	0,00	14 329,00	14 329,00	0,00	0,00
Total Município de Leiria:		0,00	464 976,60	0,00	0,00	272 913,41	192 063,19	146 735,92	71 923,23	65 712,20	0,00	0,00	0,00	65 712,20	65 712,20	0,00	0,00
Total		0,00	868 000,00	0,00	0,00	473 202,53	394 797,47	280 084,92	193 053,07	173 015,41	0,00	0,00	0,00	173 015,41	173 015,41	0,00	0,00



União das freguesias
de Marrazes e Barosa
a união faz o futuro!



Fluxos de caixa - Resumo



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARRAZES E BAROSA

FLUXOS DE CAIXA - RESUMO

Ano: 2020

Data inicial: 01/01/2020 Final: 30/04/2020

RECEBIMENTOS			PAGAMENTOS		
Saldo da gerência anterior		329 792,35	Despesas orçamentais		173 015,41
Execução orçamental	310 555,08		Correntes	156 384,59	
Operações de Tesouraria	19 237,27		Capitais	16 630,82	
Receitas orçamentais		185 741,47	Operações de Tesouraria		0,00
Correntes	185 564,78		Saldo para a gerência seguinte		342 518,41
Capitais	0,00		Execução orçamental	323 281,14	
Outras Receitas	176,69		Operações de Tesouraria	19 237,27	
Operações de Tesouraria		0,00			
Total		515 533,82	Total		515 533,82

ORGÃO EXECUTIVO

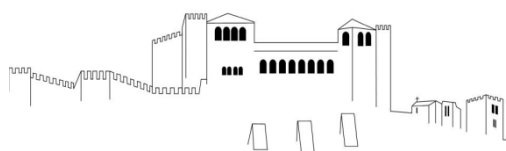
ORGÃO DELIBERATIVO



União das freguesias
de Marrazes e Barosa
a união faz o futuro!



Apreciação, discussão e votação da proposta de transferências de competências dos municípios para os órgãos da freguesia



Município de Leiria

Câmara Municipal

DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 2020/06/15

Unidade Orgânica responsável pela deliberação | GABINETE DE APOIO À PRESIDENCIA

Epígrafe | Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril-Transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias. Proposta de acordo de transferência de recursos.

Deliberação | Presente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, uma proposta de acordo de transferência de recursos.

Considerando que:

1. O Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, veio concretizar a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias, conforme previsto pelo artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, consagrando o seu artigo 2.º a transferência das seguintes competências:

- a) A gestão e manutenção de espaços verdes;
- b) A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;
- c) A manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;
- d) A gestão e manutenção corrente de feiras e mercados;
- e) A realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;
- f) A manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;
- g) A utilização e ocupação da via pública;
- h) O licenciamento da afixação de publicidade de natureza comercial, quando a mensagem está relacionada com bens ou serviços comercializados no próprio estabelecimento ou ocupa o domínio público contíguo à fachada do mesmo;
- i) A autorização da atividade de exploração de máquinas de diversão;
- j) A autorização da colocação de recintos improvisados;
- k) A autorização da realização de espetáculos desportivos e divertimentos na via pública, jardins e outros lugares públicos ao ar livre, desde que estes se realizem exclusivamente na sua área de jurisdição;
- l) A autorização da realização de acampamentos ocasionais;
- m) A autorização da realização de fogueiras e do lançamento e queima de artigos pirotécnicos, designadamente foguetes e balonas, bem como a autorização ou receção das comunicações prévias relativas a queimas e queimadas.

2. No termos do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, alterada, a assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, pode deliberar manter no âmbito de intervenção do município as competências anteriormente mencionadas, no todo ou em parte, que se revelem indispensáveis para a gestão direta pelo município e tenham natureza estruturante para o município ou para a execução de missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte significativa do município.

3. Para este efeito, na sua reunião de 31 de março de 2020, a Câmara Municipal deliberou propor à Assembleia Municipal que não fossem objeto de transferência para os órgãos das freguesias e permanecessem no âmbito de intervenção do Município de Leiria as seguintes competências:

- a) Gestão e manutenção de espaços verdes [alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual]: A gestão e manutenção dos espaços verdes identificados no Anexo 271/20 da deliberação;

(2)

b) Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros [alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual]: As vias e espaços públicos incluindo sarjetas e sumidouros identificados no Anexo 271/20 da deliberação;

c) Gestão e manutenção corrente de feiras e mercados [alínea d) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual]: A gestão e manutenção do Mercado Municipal de Leiria;

d) Competências previstas pelo n.º 1 do artigo 2.º da alínea g) à alínea m) do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual (taxas diversas): A totalidade destas competências.

4. Na sequência da deliberação de aprovação da proposta apresentada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 24 de abril de 2020 e tendo sido encetadas diversas interações entre as juntas de freguesia e a câmara municipal, foi obtida uma proposta de acordo anual de transferência de recursos para o exercício das competências previstas no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, alterado.

5. Das competências que se pretendiam que passassem a ser exercidas pelas juntas de freguesia apenas não foi possível obter consenso para obter uma proposta de acordo no âmbito da gestão e manutenção corrente de feiras e mercados (alínea d) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual), mantendo-se na gestão direta do município as seguintes:

Freguesias/União de Freguesias	Feira/Mercado
Leiria, Pousos, Barreira e Cortes	Feira de "Levante" de Leiria
	Feira das Velharias e Artesanato
Marrazes e Barosa	Mercado de Venda por Grosso do Falcão
Coimbrão	Mercado Municipal da Praia do Pedrógão
	Feira de "Levante" da Praia do Pedrógão

6. O mapa global de transferência de recursos resultante dos acordos negociados, é o que se apresenta de seguida:

Freguesias/União das Freguesias	Transferência de Recursos Humanos	Transferência de Recursos Patrimoniais	Transferência de Recursos Financeiros
Amor	0	0	68.185,17 €
Arrabal	0	0	41.176,75 €
Bajouca	0	0	42.704,28 €
Bidoeira de Cima	0	0	45.831,23 €
Caranguejeira	0	0	74.506,18 €
Coimbrão	0	0	51.325,14 €
Colmeias e Memória	0	0	95.747,68 €
Leiria, Pousos, Barreira e Cortes	0	0	259.113,46 €
Maceira	0	0	146.503,14 €
Marrazes e Barosa	0	0	184.344,77 €
Milagres	0	0	45.603,96 €
Monte Real e Carvide	0	0	114.497,02 €
Monte Redondo e Carreira	0	0	101.250,86 €
Parceiros e Azoia	0	0	104.863,41 €
Regueira de Pontes	0	0	36.773,89 €
Santa Catarina da Serra e Chainça	0	0	99.664,96 €
Santa Eufémia e Boa Vista	0	0	93.306,10 €
Souto da Carpalhosa e Ortigosa	0	0	103.824,19 €
TOTAL	0	0	1.709.222,19 €

(3)

7. Da repartição dos recursos financeiros por cada uma das transferências de competências obtém-se o mapa anual financeiro que se apresenta de seguida:

Freguesias/ União das Freguesias	ESPAÇOS VERDES alínea a), n.º 1 do artigo 2.º	VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS alínea b), n.º 1 do artigo 2.º	MOBILIÁR IO URBANO alínea c), n.º 1 do artigo 2.º	FEIRAS E MERCADOS alínea d), n.º 1 do artigo 2.º	PEQ. REPAR. ESTABEL. ESCOL. alínea e), n.º 1 do artigo 2.º	MANUT. ENVOLVEN TE ESTABEL. ESCOLARE S alínea f), n.º 1 do artigo 2.º	TOTAL GLOBAL
Amor	6 527,76 €	31 104,85 €	5 952,56 €	0,00 €	18.200,00 €	6 400,00 €	68.185,17 €
Arrabal	3 263,88 €	25 823,19 €	2 976,28 €	113,40 €	6.800,00 €	2 200,00 €	41.176,75 €
Bajouca	3 263,88 €	22 823,92 €	2 976,28 €	340,20 €	11.300,00 €	2 000,00 €	42.704,28 €
Bidoeira de Cima	3 263,88 €	24 536,45 €	2 976,28 €	1 054,62 €	12.000,00 €	2 000,00 €	45.831,23 €
Caranguejeira	6 527,76 €	44 185,66 €	5 952,56 €	340,20 €	16.200,00 €	1 300,00 €	74.506,18 €
Coimbrão	3 263,88 €	35 584,98 €	2 976,28 €	0,00 €	7.500,00 €	2 000,00 €	51.325,14 €
Colmeias e Memória	6 527,76 €	63 692,16 €	5 952,56 €	3 175,20 €	11.700,00 €	4 700,00 €	95.747,68 €
Leiria, Pousos, Barreira e Cortes	13 055,52 €	111 011,60 €	11 905,12 €	941,22 €	97.500,00 €	24 700,00 €	259.113,46 €
Maceira	9 791,64 €	76 288,94 €	8 928,84 €	5 193,72 €	35.700,00 €	10 600,00 €	146.503,14 €
Marrazes e Barosa	13 055,52 €	94 284,13 €	11 905,12 €	0,00 €	49.700,00 €	15 400,00 €	184.344,77 €
Milagres	3 263,88 €	27 163,80 €	2 976,28 €	0,00 €	8.400,00 €	3 800,00 €	45.603,96 €
Monte Real e Carvide	6 527,76 €	75 297,14 €	5 952,56 €	1 519,56 €	19.200,00 €	6 000,00 €	114.497,02 €
Monte Redondo e Carreira	6 527,76 €	64 959,26 €	5 952,56 €	3.311,28 €	17.600,00 €	2 900,00 €	101.250,86 €
Parceiros e Azoia	6 527,76 €	58 633,09 €	5 952,56 €	0,00 €	28.150,00 €	5 600,00 €	104.863,41 €
Regueira de Pontes	3 263,88 €	21 833,73 €	2 976,28 €	0,00 €	6.300,00 €	2 400,00 €	36.773,89 €
Santa Catarina da Serra e Chainça	6 527,76 €	62 097,04 €	5 952,56 €	1 587,60 €	17.800,00 €	5 700,00 €	99.664,96 €
Santa Eufémia e Boa Vista	6 527,76 €	53 325,78 €	5 952,56 €	0,00 €	23.300,00 €	4 200,00 €	93.306,10 €
Souto da	6 527,76 €	63 443,87 €	5 952,56 €	0,00 €	20.400,00	7 500,00 €	103.824,19 €

Carpalhosa e Ortigosa					€		
TOTAL	114 235,80 €	956 089,59 €	104 169,80 €	17.577,00 €	407.750, 00 €	109 400,00 €	1.709.222,1 9 €

NA – Não aplicável (por não terem feiras e mercados na sua área geográfica)

(1) – Sem acordo, mantendo-se na gestão direta da Câmara Municipal o Mercado Municipal da Praia do Pedrógão e a Feira de "Levante" da Praia do Pedrógão.

(2) – Acordo referente apenas ao exercício da competência no Mercadinho das Cortes, mantendo-se na gestão direta da Câmara Municipal a Feira de "Levante" de Leiria e a Feira das Velharias e Artesanato.

(3) – Sem acordo, mantendo-se na gestão direta da Câmara Municipal o Mercado de Venda por Grosso do Falcão.

8. Perante o exposto, para efeitos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, alterado, é presente o Acordo para a transferência de competências do Município de Leiria para os órgãos das freguesias, concretizado na minuta que constitui o Anexo 515/20, à presente deliberação sendo dela parte integrante:

A Câmara Municipal, depois de analisar o assunto, **deliberou por unanimidade:**

- a) No uso da competência prevista no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, alterado, aprovar o Acordo de Transferência de Competências e de Recursos e sua respetiva Minuta e submetê-la à Assembleia Municipal para aprovação, de acordo a respetiva repartição por freguesia/união das freguesias:

Freguesias/União das Freguesias	Transferência de Recursos Humanos	Transferência de Recursos Patrimoniais	Transferência de Recursos Financeiros
Amor	0	0	68.185,17 €
Arrabal	0	0	41.176,75 €
Bajouca	0	0	42.704,28 €
Bidoeira de Cima	0	0	45.831,23 €
Caranguejeira	0	0	74.506,18 €
Coimbrão	0	0	51.325,14 €
Colmeias e Memória	0	0	95.747,68 €
Leiria, Pousos, Barreira e Cortes	0	0	259.113,46 €
Maceira	0	0	146.503,14 €
Marrazes e Barosa	0	0	184.344,77 €
Milagres	0	0	45.603,96 €
Monte Real e Carvide	0	0	114.497,02 €
Monte Redondo e Carreira	0	0	101.250,86 €
Parceiros e Azoia	0	0	104.863,41 €
Regueira de Pontes	0	0	36.773,89 €
Santa Catarina da Serra e Chainça	0	0	99.664,96 €
Santa Eufémia e Boa Vista	0	0	93.306,10 €
Souto da Carpalhosa e Ortigosa	0	0	103.824,19 €
TOTAL	0	-	1.709.222,19 €

Freguesias/União das Freguesias	ESPAÇOS VERDES alínea a), n.º 1 do artigo 2.º	VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS alínea b),	MOBILIÁRIO URBANO alínea c), n.º 1 do	FEIRAS E MERCADOS alínea d),	PEQ. REPAR. ESTABEL. ESCOL. alínea e),	MANUT. ENVOLVE NTE ESTABEL.	TOTAL GLOBAL
---------------------------------	--	---------------------------------------	---	---------------------------------	---	-----------------------------	--------------

(5)

		n.º 1 do artigo 2.º	artigo 2.º	n.º 1 do artigo 2.º	n.º 1 do artigo 2.º	ESCOLAR ES alínea f), n.º 1 do artigo 2.º	
Amor	6 527,76 €	31 104,85 €	5 952,56 €	0,00 €	18.200,00 €	6 400,00 €	68.185,17 €
Arrabal	3 263,88 €	25 823,19 €	2 976,28 €	113,40 €	6.800,00 €	2 200,00 €	41.176,75 €
Bajouca	3 263,88 €	22 823,92 €	2 976,28 €	340,20 €	11.300,00 €	2 000,00 €	42.704,28 €
Bidoeira de Cima	3 263,88 €	24 536,45 €	2 976,28 €	1 054,62 €	12.000,00 €	2 000,00 €	45.831,23 €
Caranguejeira	6 527,76 €	44 185,66 €	5 952,56 €	340,20 €	16.200,00 €	1 300,00 €	74.506,18 €
Coimbrão	3 263,88 €	35 584,98 €	2 976,28 €	0,00 €	7.500,00 €	2 000,00 €	51.325,14 €
Colmeias e Memória	6 527,76 €	63 692,16 €	5 952,56 €	3 175,20 €	11.700,00 €	4 700,00 €	95.747,68 €
Leiria, Pousos, Barreira e Cortes	13 055,52 €	111 011,60 €	11 905,12 €	941,22 €	97.500,00 €	24 700,00 €	259.113,46 €
Maceira	9 791,64 €	76 288,94 €	8 928,84 €	5 193,72 €	35.700,00 €	10 600,00 €	146.503,14 €
Marrazes e Barosa	13 055,52 €	94 284,13 €	11 905,12 €	0,00 €	49.700,00 €	15 400,00 €	184.344,77 €
Milagres	3 263,88 €	27 163,80 €	2 976,28 €	0,00 €	8.400,00 €	3 800,00 €	45.603,96 €
Monte Real e Carvide	6 527,76 €	75 297,14 €	5 952,56 €	1 519,56 €	19.200,00 €	6 000,00 €	114.497,02 €
Monte Redondo e Carreira	6 527,76 €	64 959,26 €	5 952,56 €	3.311,28 €	17.600,00 €	2 900,00 €	101.250,86 €
Parceiros e Azoia	6 527,76 €	58 633,09 €	5 952,56 €	0,00 €	28.150,00 €	5 600,00 €	104.863,41 €
Regueira de Pontes	3 263,88 €	21 833,73 €	2 976,28 €	0,00 €	6.300,00 €	2 400,00 €	36.773,89 €
Santa Catarina da Serra e Chainça	6 527,76 €	62 097,04 €	5 952,56 €	1 587,60 €	17.800,00 €	5 700,00 €	99.664,96 €
Santa Eufémia e Boa Vista	6 527,76 €	53 325,78 €	5 952,56 €	0,00 €	23.300,00 €	4 200,00 €	93.306,10 €
Souto da Carpalhosa e Ortigosa	6 527,76 €	63 443,87 €	5 952,56 €	0,00 €	20.400,00 €	7 500,00 €	103.824,19 €
TOTAL	114 235,80 €	956 089,59 €	104 169,80 €	17.577, 00 €	407.750, 00 €	109 400,00 €	1.709.222, 19 €

NA – Não aplicável (por não terem feiras e mercados na sua área geográfica)

(1) – Sem acordo, mantendo-se na gestão direta da Câmara Municipal o Mercado Municipal da Praia do Pedrógão e a Feira de "Levante" da Praia do Pedrógão.

(2) – Acordo referente apenas ao exercício da competência no Mercadinho das Cortes, mantendo-se na gestão direta da Câmara Municipal a Feira de "Levante" de Leiria e a Feira das Velharias e Artesanato.

(3) – Sem acordo, mantendo-se na gestão direta da Câmara Municipal o Mercado de Venda por Grosso do Falcão.

b) Solicitar à Assembleia Municipal que a sua deliberação seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A presente deliberação foi aprovada em minuta.

Os Senhores **Vereadores Fernando Costa, Álvaro Madureira e Ana Silveira** apresentaram a declaração de voto, cujo teor a seguir se transcreve:

«DECLARAÇÃO DE VOTO

Ponto 1 da O.T. da reunião de de 15/06/2020.

Na proposta apresentada no ponto 1 (Ass.515/20) - Decreto-Lei nº. 57/ 2019, de 30 de Abril – Transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias. Proposta de acordo de transferência de recursos, propõe-se que este executivo municipal aprove a proposta de acordo de transferência de recursos.

Entendem os Vereadores eleitos pelo PSD, que face aos valores apresentados v.s. competências delegadas, os mesmos carecem de um incremento face à contingência vivida no momento.

Leiria, 15 de junho de 2020

Os Vereadores

Fernando Costa |Álvaro Madureira |Ana Silveira».



Município de Leiria

Câmara Municipal

ANEXO_____

"Minuta de Acordo de Transferência de Competências do Município de Leiria para a Freguesia/União das Freguesias_____

Considerando que:

- i) A Câmara Municipal deliberou, em 31 de março de 2020, (deliberação n.º 271/20) propor, de forma fundamentada, à Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, **que não fossem** objeto de transferência para os órgãos das freguesias as competências ou o exercício de parte das mesmas, a saber: a) Gestão e manutenção de espaços verdes a que se reporta o seu Anexo 271/20; b) Limpeza das vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros a que se reporta o seu Anexo 271/20; c) Gestão e manutenção corrente de feiras e mercados quanto à gestão do Mercado Municipal de Leiria; d) Competências previstas nas alíneas g) a m) (taxas diversas) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, e permanecessem no âmbito de intervenção do município;
- ii) A Assembleia Municipal, em sua sessão de 24 de abril de 2020, deliberou aprovar a proposta da Câmara Municipal supra referida;
- iii) De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, alterado, a câmara municipal e a freguesia devem acordar uma proposta de transferência de recursos para as freguesias, com vista ao exercício das competências a transferir, a qual deve conter a indicação dos recursos humanos e/ou patrimoniais e/ou financeiros que, anualmente, são transferidos para cada uma das freguesias na decorrência da transferência das competências;
- iv) Em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, a Câmara Municipal, obtido o acordo com a Junta de Freguesia/Junta de Freguesia da União das Freguesias _____, deliberou em sua reunião de _____ submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação, a proposta de acordo de transferência de recursos, a qual foi objeto de deliberação de aprovação por este órgão deliberativo na sua sessão de _____;
- v) Em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, alterado, a Assembleia de Freguesia/Assembleia da Freguesia da União das Freguesias de _____, sob proposta da competente Junta de Freguesia, deliberou em sua sessão de _____ aprovar a proposta de acordo de transferência de recursos acordadas entre esta e a Câmara Municipal.

Entre o **Município de Leiria**, NIPC 505181266, com sede no Largo da República, na cidade de Leiria, e com o endereço eletrónico cmleiria@cm-leiria.pt, representada pelo seu Presidente, Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes, no uso das competências previstas nas alíneas a) do n.º 1 e na alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada, como Primeiro Outorgante, e a **Freguesia/União das freguesias** _____, NIPC _____ com sede em _____, na cidade de Leiria, e com o endereço eletrónico _____, representada pelo seu (sua) Presidente, _____, no uso da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, alterada, como Segunda Outorgante, é celebrado o presente acordo de transferência de recursos, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, que se rege pelas seguintes cláusulas:

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS



Município de Leiria

Câmara Municipal

CLÁUSULA 1.ª | OBJETO DO ACORDO

1. O presente acordo tem por objeto a transferência das seguintes competências *(a retirar nos casos em que não foi obtido acordo)*:

- a) A gestão e manutenção de espaços verdes;
- b) A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;
- c) A manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;
- d) A gestão e manutenção corrente de feiras e mercados;
- e) A realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;
- f) A manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico.

2. Os recursos patrimoniais e financeiros transferidos pelo Município de Leiria para a Freguesia/União das freguesias de _____, com vista ao exercício das competências previstas no número anterior são objeto de auto de transferência.

CLÁUSULA 2.ª | FORMA DO ACORDO

O presente acordo de transferência de competências é celebrado por escrito e composto pelo respetivo clausulado e anexos que dele passam a fazer parte integrante.

CLÁUSULA 3.ª | PRAZO DO ACORDO

Os recursos previstos no presente acordo de transferência mantêm-se para os anos subsequentes, exceto se existir deliberação em contrário dos órgãos deliberativos do município e/ou da freguesia/união das freguesias.

CLÁUSULA 4.ª | DISPOSIÇÕES E CLAÚSULAS POR QUE SE REGE O ACORDO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

1. Na execução do presente acordo observar-se-ão:

- a) O respetivo clausulado e o estabelecido em todos os anexos que o integram;
- b) Regime Jurídico das Autarquias Locais;
- c) Lei n.º 50/2018, de 22 de agosto;
- d) Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril.

2. A título subsidiário observa-se ainda:

- a) O novo Código do Procedimento Administrativo;
- b) O Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III, com as devidas alterações.

CAPÍTULO II | TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

(na formalização do acordo incluir apenas as que sejam objetivamente aceites pela freguesia/união das freguesias)

CLÁUSULA 5.ª | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES

1. Para o exercício da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019 de 30 de abril, relativo à gestão e manutenção dos espaços verdes, são afetados os recursos constantes do ANEXO I que faz parte integrante do acordo de transferência, no valor global de _____.

2. Os termos e especificações em que deverá ser executada a competência prevista no número anterior consta do ANEXO II, que faz parte integrante deste acordo de transferência.



Município de Leiria

Câmara Municipal

3. As partes comprometem-se a manter atualizado o cadastro dos espaços verdes municipais, com vista a que se possam planear futuras intervenções que se encontrem excluídas do âmbito deste acordo.

CLÁUSULA 6.ª | LIMPEZA DAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARJETAS E SUMIDOUROS

1. Para o exercício da competência prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, relativo à limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, melhor identificados no ANEXO III que faz parte integrante do acordo de transferência, são afetados os recursos financeiros constantes do ANEXO I, no valor global de _____.

2. Os termos e especificações em que deverá ser exercida a competência prevista no número anterior constam no ANEXO IV que faz parte integrante deste acordo de transferência.

3. As partes comprometem-se a manter atualizado o cadastro das vias e espaços públicos municipais, com vista a que se possam planear futuras intervenções que se encontrem excluídas do âmbito deste acordo.

CLÁUSULA 7.ª | MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DO MOBILIÁRIO URBANO INSTALADO NO ESPAÇO PÚBLICO, COM EXEÇÃO DAQUELE QUE SEJA OBJETO DE CONCESSÃO

1. Para o exercício da competência prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, relativo à manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão, são afetados os recursos financeiros constantes do ANEXO I, no valor global de _____.

2. Os termos e especificações em que deverá ser exercida a competência prevista no número anterior constam no ANEXO V que faz parte integrante deste acordo de transferência.

3. As partes comprometem-se a manter atualizado o cadastro de mobiliário urbano municipal, com vista a que se possam planear futuras intervenções que se encontrem excluídas do âmbito deste acordo.

CLÁUSULA 8.ª | GESTÃO E MANUTENÇÃO CORRENTE DE FEIRAS E MERCADOS *(nos casos aplicáveis: Freguesias de Bidoeira de Cima, Caranguejeira, Maceira, Arrabal, Bajouca e União das Freguesias (UF) de Monte Real e Carvide, UF Leiria, Pousos Barreira e Cortes, UF Monte Redondo e Carreira, UF Santa Catarina da Serra e Chainça e UF Colmeias e Memória)*

1. Para o exercício da competência prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, relativo à gestão e manutenção corrente de feiras e mercados, designadamente as identificadas no ANEXO VI, parte integrante do presente acordo, são afetados os recursos financeiros constantes do ANEXO I, no valor global de _____.

2. Os termos e especificações em que deverá ser exercida a competência prevista no número anterior consta no ANEXO VII, parte integrante deste acordo de transferência.

3. Para efeitos do funcionamento dos mercados e feiras, a competência objeto de transferência é exercida pelo segundo outorgante nos termos das disposições constantes dos regulamentos municipais em vigor.

4. As partes comprometem-se a manter atualizado o cadastro dos bens afetos aos mercados, com vista a que se possam planear futuras intervenções que se encontrem excluídas do âmbito deste acordo, nos casos aplicáveis.

CLÁUSULA 9.ª | REALIZAÇÃO DE PEQUENAS REPARAÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO PRIMEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO

1. A Freguesia/União das freguesias de _____ assumirá a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico identificados no ANEXO VIII que é parte integrante deste acordo de transferência.



Município de Leiria

Câmara Municipal

2. Para o exercício da competência prevista no número anterior, decorrente da alínea e) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, são afetados os recursos financeiros constantes do ANEXO I, no valor global de _____.

3. Os termos e especificações em que deverá ser exercida a competência prevista no número anterior constam no ANEXO IX, que faz parte integrante deste acordo de transferência.

4. As partes comprometem-se a manter atualizado o cadastro dos bens afetos aos estabelecimentos escolares, com vista a que se possam planear futuras intervenções que se encontrem excluídas do âmbito deste acordo.

CLÁUSULA 10.ª | MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS ENVOLVENTES DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO PRIMEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO

1. A Freguesia/União das freguesias de _____ assumirá a manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, listados no ANEXO VIII que faz parte integrante deste acordo de transferência.

2. Para o exercício da competência prevista no número anterior, decorrente da alínea f) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, são afetados os recursos financeiros constantes do ANEXO I, no valor global de _____.

3. Os termos e especificações em que deverá ser exercida a competência prevista no número anterior consta no ANEXO X que faz parte integrante deste acordo de transferência.

4. As partes comprometem-se a manter atualizado o cadastro dos bens afetos aos espaços envolventes dos estabelecimentos escolares, com vista a que se possam planear futuras intervenções que se encontrem excluídas do âmbito deste acordo.

CLÁUSULA 11.ª | MODIFICAÇÃO DO ACORDO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

1. O presente acordo pode ser modificado por concordância das partes outorgantes, sempre que as circunstâncias em que estas fundaram a decisão de acordar a transferência de recursos tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível.

2. As modificações que se imponham formalizar durante a execução do presente auto de transferência devem seguir o procedimento legalmente fixado para a transferência de recursos, com as necessárias adaptações, e obedecem à forma escrita.

CLÁUSULA 12.ª | RESPONSABILIDADE

A Freguesia de _____ / União das Freguesias de _____ assumirá, de forma exclusiva, toda e qualquer responsabilidade pela reparação de todos os prejuízos de natureza humana ou material, decorrentes do exercício das competências transferidas, bem como do uso dos recursos para si transferidos no âmbito das mesmas.

CAPÍTULO III | DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 13.ª | COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes outorgantes, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico, identificado neste auto de transferência.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do presente auto deverá ser comunicada por escrito à outra parte.



Município de Leiria

Câmara Municipal

CLÁUSULA 14.ª | CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

1. As partes obrigam-se a guardar sigilo sobre todas as informações a que venham a ter conhecimento ou acesso, seja de que forma for, em virtude do presente auto de transferência de recursos ou durante a execução do mesmo, não podendo utilizar em seu próprio benefício, revelar, ceder, partilhar ou permitir a sua duplicação, uso ou divulgação, no todo ou em parte, a terceiros.

2. Com a celebração do presente auto as partes vinculam-se, recíproca e conjuntamente, a cumprir as disposições legais e regulamentares aplicáveis em matéria de proteção de dados.

CLÁUSULA 15.ª | FORO COMPETENTE

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução do presente auto de transferências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA 16.ª | PUBLICIDADE

Após a sua aprovação, o presente acordo de transferência é disponibilizado na Internet, nos sítios institucionais do Município de Leiria, em www.cm-leiria.pt e da Freguesia/União das freguesias, em www. @ .pt

CLÁUSULA 17.ª | NORMA REVOGATÓRIA

Com a entrada em vigor do presente acordo são revogados todos os acordos de execução e contratos interadministrativos celebrados ao abrigo da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que tenham por objeto o exercício das competências idênticas às reguladas no presente auto.

CLÁUSULA 18.ª | ENTRADA EM VIGOR

O presente acordo de transferência de recursos entra em vigor no dia 01 de janeiro de 2021.

Parágrafo um:

O presente acordo de transferência de recursos, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, terá eficácia após a aprovação dos respetivos órgãos deliberativos.

Parágrafo dois:

Os recursos financeiros identificados neste capítulo são comunicados pelo Município de Leiria à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) para efeitos de inscrição no Orçamento de Estado para o ano seguinte, acompanhados do respetivo mapa financeiro que constitui o Anexo I e que faz parte integrante deste acordo de transferência.

O presente acordo de transferência é constituído por ____ (_____) folhas e 10 (dez) anexos, é feito em duplicado, sendo devidamente assinado pelos seus representantes, com exceção da última que será pelas partes assinada, depois de declararem ter lido, compreendido e aceite todas as suas cláusulas.

Leiria _____ de _____ de 2020.

Pelo Município da Leiria, O Presidente da Câmara | Gonçalo Lopes

Pela Freguesia de _____, O Presidente da Junta de Freguesia | _____



Município de Leiria

Câmara Municipal

Listagem de Anexos:

ANEXO I – Acordo de Transferência de Competências do Município de Leiria para a Freguesia/União das Freguesias_____ - Mapa Anual Financeiro.

ANEXO II | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES – Termos e especificações.

ANEXO III - LISTAGEM DE VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS

ANEXO IV | LIMPEZA DAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARJETAS E SUMIDOUROS - Termos e especificações

ANEXO V | MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DO MOBILIÁRIO URBANO INSTALADO NO ESPAÇO PÚBLICO, COM EXECUÇÃO DAQUELE QUE SEJA OBJETO DE CONCESSÃO – termos e especificações.

ANEXO VI - LISTAGEM DE FEIRAS E MERCADOS

ANEXO VII - GESTÃO E MANUTENÇÃO CORRENTE DE FEIRAS E MERCADOS – termos e especificações

ANEXO VIII - LISTAGEM DE ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO PRIMEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO

ANEXO IX | REALIZAÇÃO DE PEQUENAS REPARAÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO PRIMEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO - Termos e especificações.

ANEXO X | MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS ENVOLVENTES DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO PRIMEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO. Termos e especificações.”



Município de Leiria

Câmara Municipal

ANEXO I: Acordo de Transferência de Competências do Município de Leiria para a Freguesia/União de Freguesia _____ - Mapa Anual Financeiro.

Freguesias/União das Freguesias	ESPAÇOS VERDES alínea a), n.º 1 do artigo 2.º	VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS alínea b), n.º 1 do artigo 2.º	MOBILIÁRIO URBANO alínea c), n.º 1 do artigo 2.º	MERCADOS E FEIRAS alínea d), n.º 1 do artigo 2.º	PEQ. REPAR. ESTABEL. ESCOL. alínea e), n.º 1 do artigo 2.º	MANUT. ENVOLVENTE ESTABEL. ESCOLARES alínea f), n.º 1 do artigo 2.º	TOTAL GLOBAL
Amor	6 527,76 €	31 104,85 €	5 952,56 €	0,00 €	18.200,00 €	6 400,00 €	68.185,17 €
Arrabal	3 263,88 €	25 823,19 €	2 976,28 €	113,40 €	6.800,00 €	2 200,00 €	41.176,75 €
Bajouca	3 263,88 €	22 823,92 €	2 976,28 €	340,20 €	11.300,00 €	2 000,00 €	42.704,28 €
Bidoeira de Cima	3 263,88 €	24 536,45 €	2 976,28 €	1 054,62 €	12.000,00 €	2 000,00 €	45.831,23 €
Caranguejeira	6 527,76 €	44 185,66 €	5 952,56 €	340,20 €	16.200,00 €	1 300,00 €	74.506,18 €
Coimbrão	3 263,88 €	35 584,98 €	2 976,28 €	0,00 €	7.500,00 €	2 000,00 €	51.325,14 €
Colmeias e Memória	6 527,76 €	63 692,16 €	5 952,56 €	3 175,20 €	11.700,00 €	4 700,00 €	95.747,68 €
Leiria, Pousos, Barreira e Cortes	13 055,52 €	111 011,60 €	11 905,12 €	941,22 €	97.500,00 €	24 700,00 €	259.113,46 €
Maceira	9 791,64 €	76 288,94 €	8 928,84 €	5 193,72 €	35.700,00 €	10 600,00 €	146.503,14 €
Marrazes e Barosa	13 055,52 €	94 284,13 €	11 905,12 €	0,00 €	49.700,00 €	15 400,00 €	184.344,77 €
Milagres	3 263,88 €	27 163,80 €	2 976,28 €	0,00 €	8.400,00 €	3 800,00 €	45.603,96 €
Monte Real e Carvide	6 527,76 €	75 297,14 €	5 952,56 €	1 519,56 €	19.200,00 €	6 000,00 €	114.497,02 €
Monte Redondo e Carreira	6 527,76 €	64 959,26 €	5 952,56 €	3.311,28 €	17.600,00 €	2 900,00 €	101.250,86 €
Parceiros e Azoia	6 527,76 €	58 633,09 €	5 952,56 €	0,00 €	28.150,00 €	5 600,00 €	104.863,41 €
Regueira de Pontes	3 263,88 €	21 833,73 €	2 976,28 €	0,00 €	6.300,00 €	2 400,00 €	36.773,89 €
Santa Catarina da Serra e Chainça	6 527,76 €	62 097,04 €	5 952,56 €	1 587,60 €	17.800,00 €	5 700,00 €	99.664,96 €
Santa Eufémia e Boa Vista	6 527,76 €	53 325,78 €	5 952,56 €	0,00 €	23.300,00 €	4 200,00 €	93.306,10 €
Souto da Carpalhosa e Ortigosa	6 527,76 €	63 443,87 €	5 952,56 €	0,00 €	20.400,00 €	7 500,00 €	103.824,19 €
TOTAL	114 235,80 €	956 089,59 €	104 169,80 €	17.577,00 €	407.750,00 €	109 400,00 €	1.709.222,19 €



Município de Leiria

Câmara Municipal

ANEXO II | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES – Termos e especificações

1. A transferência de competências no domínio da gestão e manutenção de espaços verdes abrange todos os espaços assim classificados e do domínio público do Município de Leiria, com exceção daqueles que foram identificados como mantendo-se na esfera de atividade do Município de Leiria, conforme deliberação da Câmara Municipal de 31 de março de 2020 e aprovada em sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 24 de abril de 2020.

2. O exercício da competência atende, nomeadamente, aos seguintes critérios:

- a) Dimensão da área verde a tratar;
- b) Tipologia dos espaços;
- c) Desgaste a que estão sujeitos os espaços, face à sua utilização.

3. A área de intervenção das competências a transferir inclui 4 tipologias de espaços, conforme caracterização que se segue:

Tipologia A - corresponde a espaços com sistema de rega automática, de grande visibilidade, que exigirão uma manutenção mais cuidada. Mínimo uma intervenção por semana.

Tipologia B - corresponde a espaços de menor visibilidade, embora com sistema de rega, que exigirão menor manutenção que os de tipologia A. Mínimo uma intervenção quinzenal.

Tipologia C - corresponde a espaços com prado de sequeiro, sem sistema de rega, por vezes com arbustos e árvores ou revestimentos com inertes. Mínimo uma intervenção por mês;

Tipologia D - corresponde a espaços com passeios, praças e zonas de equipamento, sem sistema de rega, por vezes com arbustos e árvores ou revestimentos com inertes. Mínimo uma intervenção por mês.

4. A gestão e manutenção dos espaços verdes existentes compreendem, nomeadamente, a conservação, arranjo e limpeza de espaços verdes ajardinados municipais.

5. O exercício da delegação de competências é constituído pela prática de todos os atos necessários à prossecução do interesse público, tendo em atenção critérios como a dimensão da área verde a tratar, tipologia dos espaços e o desgaste a que estão sujeitos.

6. O exercício de competências inclui as seguintes especificações:

i) Compete à junta de freguesia o fornecimento de todas as máquinas, ferramentas, equipamentos e transportes à boa execução dos trabalhos.

ii) Deverão ser cumpridas todas as regras associadas à Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho.

iii) Compete à junta de freguesia o fornecimento de todo o material vegetal ou outro para retanchas, ressementeiras, terras, fertilizantes, bem como tubagens e outros componentes do sistema de rega, com exceção dos componentes da Central de Bombagem.

iv) Não podem ser efetuadas intervenções em árvores de interesse público sem autorização prévia do Município de Leiria.

v) Poderão ser eliminadas total ou parcialmente árvores doentes, secas ou que se encontrem em risco de queda.

vi) Deverá considerar-se a forma de queda da árvore a abater, de forma a não danificar as restantes árvores e demais vegetação existente, pavimentos, equipamentos e edifícios. A operação de abate de elementos arbóreos inclui o arranque de cepos com reposição de terra vegetal na cova e caso existam danos estes deverão ser reparados.

vii) Árvores em caldeira - abate de árvores de médio/grande porte: os locais de serviço deverão ser devidamente sinalizados e delimitados, criando todas as condições de segurança para peões, veículos e outros bens. Só poderão ser iniciadas as intervenções depois de acautelar os possíveis danos no arvoredo a manter, nas infra-estruturas instaladas no subsolo, mobiliário, entre outros.



Município de Leiria

Câmara Municipal

viii) No arranque e remoção do material lenhoso inserido em caldeiras, não se prevê a remoção dos cubos da calçada e das cantarias das caldeiras mas o arranque do material lenhoso e remoção da terra. Qualquer dano que ocorra nos pavimentos será reparado pela junta de freguesia.

ix) Os locais de serviço deverão ser devidamente sinalizados e delimitados, criando todas as condições de segurança para peões, veículos e outros bens;

x) A poda só se deve realizar quando seja necessária, para ajudar a árvore ou arbusto existentes nas áreas de atuação incluindo as existentes nos passeios, a conservar a sua forma natural ou a favorecer a floração, tendo sempre em consideração as seguintes orientações técnicas:

xi) Que as árvores resinosas de folha persistente só se devem podar nas pontas dos ramos ou, em casos excecionais, suprimir ramos muito jovens.

xii) No geral, as árvores e arbustos deverão ser podados no Outono/Inverno, sendo os arbustos de folhagem ornamental apenas podados no Outono.

xiii) No caso das palmeiras a poda limita-se geralmente à supressão de folhas, devendo conservar-se todas as folhas verdes e em bom estado, e apenas cortar-se aquelas que se apresentem total ou parcialmente secas; o corte da folha seca deverá deixar no espique uma porção do pecíolo suficiente para "alicerçar" a folha verde seguinte (cerca de 10cm).

xiv) É aconselhável realizar a poda de palmeiras durante os meses de Verão, embora se possam eliminar as folhas secas em qualquer outra altura do ano e sempre que necessário, com exceção dos meses mais frios.

xv) A redução de copa consiste em reduzir a volumetria da copa sem alterar a sua forma inicial. É um tipo de poda que só será feita excecionalmente e por causas bem determinadas.

xvi) As sebes serão podadas sempre que necessário de modo a adquirirem o porte e a forma desejada. Efetuar-se-ão, por métodos mecânicos ou manuais de acordo com o tipo de sebe e o seu desenvolvimento, tendo o cuidado de após o corte, a sebe não apresentar ramos "mastigados", mas sim um corte uniforme. Ter-se-á atenção especial às podas de formação em sebes recém plantadas.

xvii) Em caso algum será permitido o corte da guia terminal das árvores, assim como não será aceite o corte das ramagens inferiores. O arvoredo deverá manter-se com as suas formas naturais.

xviii) Relativamente a arbustos, devem ser executadas limpezas de ramos secos ou doentes, e de ramos com crescimento desproporcional com o fim de conduzir o exemplar segundo a sua forma natural, e fazer a manutenção das sebes existentes. Os arbustos de flor deverão ser podados de acordo com a sua natureza e especificidade, no sentido de produzirem floração mais intensa e vistosa.

xix) O corte de prados deverá ser feito mecanicamente, utilizando as máquinas adequadas às características de cada prado e deverá ser executado de forma a que seja respeitado o ciclo vegetativo das gramíneas, permitindo a produção de semente, sendo assim assegurada a renovação do prado

xx) O prado deverá ter uma altura até 15 cm, pelo que deverão ser efetuados tantos cortes quantos os necessários para não ultrapassar a referida altura.

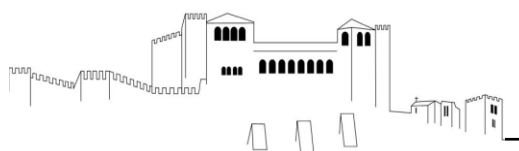
xxi) O corte de relvado deve ser efetuado sempre que necessário e qualquer que seja a época do ano.

xxii) A frequência do corte de relvado dependerá sobretudo das condições climatéricas, da frequência de rega e de fertilização, A relva deverá apresentar sempre uma altura homogénea de 3cm nunca superior a 5cm, e ter uma cor uniforme sem manchas amareladas.

xxiii) O corte de relvado deverá ser feito mecanicamente.

xxiv) As roçadoras de mato, com fio, só devem ser utilizadas para os acabamentos dos bordos ou em locais onde não seja viável a utilização de outro tipo de máquina.

xxv) A rega é uma operação que deve ser efetuada, sempre que as condições hídricas do solo o exijam, qualquer que seja a época do ano.



Município de Leiria

Câmara Municipal

xxvi) Em caso de avaria dos sistemas de rega ou da não existência de bocas de rega, as regas devem ser sempre realizadas, garantindo o equilíbrio hídrico das espécies, podendo ter de recorrer a autotanques.

xxvii) A periodicidade e intensidade da rega devem ser aquelas que o bom estado do espaço verde exigir e de acordo com a tipologia associada a cada espaço.

xxviii) Nas zonas do relvado que por má sementeira ou por desgaste posterior apresentem "carecas", deverá realizar-se uma ressementeira, com as mesmas misturas de semente utilizadas, tendo em atenção todos cuidados prévios ao rápido restabelecimento do relvado.

xxix) Para a reparação do dano provocado no relvado, remover-se-á o mais pequeno quadrado de relva ou prado onde se inclua a porção afetada. Em seguida, deverá remexer-se bem a superfície do solo com uma forquilha, fertilizar do mesmo modo que o indicado a seguir para as herbáceas, adicionar uma porção de terra viva de modo a repor o nível do terreno após compactação, e em seguida efetuar a sementeira. Depois do espalhamento das sementes manual ou mecanicamente, segue-se o enterramento das mesmas, que pode ser feito picando a superfície do terreno com ancinho, seguido de rolagem com um rolo normal. Deve sempre atender-se ao grau de humidade em excesso.

xxx) O lote de sementes a utilizar deverá ser semeado com a densidade igual a 40gr/m².

xxxi) Não podem existir peladas numa percentagem superior a 5%/m².

xxxii) Todas as peladas existentes no relvado e prado deverão ser semeadas, mesmo que resultem de obras nas canalizações ou de uso incontroável dos mesmos (sobrepisoteio).

xxxiii) Estas sementeiras deverão ocorrer logo a seguir ao corte da relva.

xxxiv) As adubações devem ser efetuadas com produtos que não impliquem a contaminação do solo. As aplicações devem ser efetuadas mediante uma avaliação ponderada das necessidades da planta, nomeadamente de acordo com o seu porte, com a qualidade do solo, entre outros., apenas quando for necessário.

xxxv) Nos relvados todos os anos serão efetuadas, no mínimo, duas adubações com adubo composto, à razão de 40 g/m², uma no início da Primavera (Março) e outra no início do Outono (Outubro).

xxxvi) Nas herbáceas far-se-ão duas adubações de cobertura com adubo composto doseado 150gr/m² a ter lugar no início da Primavera e do Outono. Após a monda e sacha do terreno, a incorporação do adubo far-se-á por distribuição superficial com rega imediatamente posterior.

xxxvii) Nas plantas vivazes com compassos que permitam a intervenção dentro dos canteiros, poderá ser feita uma adubação orgânica com estrume ou terriço, em simultâneo com as operações de sacha.

xxxviii) Nos arbustos após a monda e sacha do terreno far-se-ão duas adubações de cobertura com adubo composto, doseado a 150g/m², a ter lugar no início da Primavera e do Outono.

xxxix) Sempre que necessário, ou pelo menos uma vez por mês, dever-se-á verificar o estado geral do funcionamento dos sistemas de rega executando as limpezas necessárias.

xl) Sempre que se verifique que o sistema de rega se encontra danificado, vandalizado ou simplesmente em mau estado de funcionamento, deverá ser reposta a normalidade, reparando o dano ou avaria.

xli) Toda a remoção de resíduos resultantes das intervenções no âmbito da transferência de competências é da responsabilidade da junta de freguesia, estando este obrigado a cumprir a Legislação em vigor, em particular o Decreto-Lei nº178/2006, de 5 de Outubro, e a Portaria nº335/97, de 16 de Maio.

xl ii) Todos os lixos orgânicos e entulhos provenientes das limpezas são da responsabilidade da junta de freguesia, devendo os mesmos ser encaminhados a destino final adequado de acordo com a legislação em vigor.

xl iii) O desenvolvimento de todos os trabalhos referentes à presente transferência de competências está sujeito a Legislação Portuguesa respeitante as Normas Técnicas de Segurança e em especial ao Decreto – Lei 155/95 de 15 de Junho e respetivo Plano de Segurança e de Saúde na Construção do IDICT e Decreto – Lei 378/93 de 5 de Novembro, regulamentado pela Portaria no 145/94 de 12 março.



Município de Leiria

Câmara Municipal

xliv) Dever-se-á fazer cumprir o disposto na Lei n.º 26/2013, de 11 de abril, alterada pelo Decreto-Lei n.º 35/2017, de 24 de março, que regula as atividades de distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos para uso profissional e de adjuvantes de produtos fitofarmacêuticos e define os procedimentos de monitorização à utilização dos produtos fitofarmacêuticos.

xlv) Deverão ser também tomados em consideração os seguintes Manuais do IDICT:

- No 1 – Utilização de pesticidas Agrícolas
- No 2 – Utilização de Produtos Químicos perigosos
- No 4 – Trabalho Florestal
- No 5 – Tratores e Maquinas Agrícolas

ANEXO III -**Listagem de vias e espaços públicos**

Freguesia/União das Freguesias	Lugar	Topónimo
AMOR	Amor	Beco do Foxo
AMOR	Amor	Largo Padre Margalhau
AMOR	Amor	Rua Alípio Fonseca Gouveia
AMOR	Amor	Rua Barro da Gândara
AMOR	Amor	Rua Central
AMOR	Amor	Rua da Arroiteia
AMOR	Amor	Rua da Base Aérea
AMOR	Amor	Rua da Belguita
AMOR	Amor	Rua da Fonte
AMOR	Amor	Rua da Igreja
AMOR	Amor	Rua da Marinheira
AMOR	Amor	Rua da Pedrulheira
AMOR	Amor	Rua da Serrada
AMOR	Amor	Rua da Serrada Nova
AMOR	Amor	Rua das Fontainhas
AMOR	Amor	Rua do Barro
AMOR	Amor	Rua do Centro de Dia
AMOR	Amor	Rua do Forno da Cal
AMOR	Amor	Rua do Fôxo
AMOR	Amor	Rua do Moinho de Cima
AMOR	Amor	Rua do Outão
AMOR	Amor	Rua do Plátano
AMOR	Amor	Rua do Regedouro
AMOR	Amor	Rua do Rei Lavrador
AMOR	Amor	Rua do Zambujeiro
AMOR	Amor	Rua dos Inácios
AMOR	Amor	Rua dos Sapateiros
AMOR	Amor	Rua Joaquim Jorge
AMOR	Amor	Rua Sargento Santos
AMOR	Amor	Travessa da Guarda
AMOR	Amor	Travessa da Marinheira
AMOR	Amor	Travessa do Barro
AMOR	Amor	Travessa do Campo
AMOR	Amor	Travessa do Moinho de Cima
AMOR	Amor	Travessa do Outão
AMOR	Amor	Travessa do Rei Lavrador
AMOR	Amor	Travessa do Ribeiro
AMOR	Amor	Travessa dos Primos
AMOR	Amor	Travessa dos Sapateiros
AMOR	Barradas	Rua das Fontainhas
AMOR	Barreiros	1ª Travessa da Escola
AMOR	Barreiros	2ª Travessa da Escola
AMOR	Barreiros	Beco Joaquina Vitória
AMOR	Barreiros	Rua 13 de outubro
AMOR	Barreiros	Rua 15 de dezembro
AMOR	Barreiros	Rua 29 de outubro
AMOR	Barreiros	Rua 5 de outubro
AMOR	Barreiros	Rua 8 de dezembro de 1924

UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Vidigal	Rua do Cemitério
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Vidigal	Rua do Espigão
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Vidigal	Rua do Outeiro
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Vidigal	Rua do Pardieiro
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Vidigal	Rua dos Aliados
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Vidigal	Rua dos Olivais
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Vidigal	Rua dos Quinxosos
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Vidigal	Rua Nossa Senhora de Fátima
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Vidigal	Rua Nossa Sra. da Conceição
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Vidigal	Rua vinte e nove de junho
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Vidigal	Travessa Casal Gaspar
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Vidigal	Travessa da Cantiga
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Vidigal	Travessa da Migalha
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Vidigal	Travessa da Paz
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Vidigal	Travessa das Covas
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Vidigal	Travessa das Oliveiras
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Vidigal	Travessa do Casal
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Vidigal	Travessa do Emigrante
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Vidigal	Travessa do Lar
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Vidigal	Travessa do Outeiro
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Vidigal	Travessa do Pardieiro
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Vidigal	Travessa dos Aliados
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Vidigal	Travessa dos Olivais
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Vidigal	Travessa Nossa Senhora da Conceição
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Vidigal	Travessa Nossa Senhora de Fátima
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Vidigal	Travessa Rua da Raposeira
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Vidigal	Variante do Vidigal
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Zambujo	Beco do Ribeiro
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Zambujo	Rua da Lousã
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Zambujo	Rua das Regadias
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Zambujo	Rua do Barrolo
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Zambujo	Rua do Ribeiro
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Zambujo	Rua do Sol
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Zambujo	Rua José Pereira Santos
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Zambujo	Rua Mestre Sousa Lopes
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Zambujo	Rua Nossa Senhora de Fátima
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Zambujo	Rua Principal
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Zambujo	Travessa da Fonte
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Zambujo	Travessa da Rua Principal
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Zambujo	Travessa do Lis
UF DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	Zona Industrial de Pousos	Rua do Canhestro
UF DE MARRAZES E BAROSA		Rotunda Jardim do Sobreiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Almoinha Grande	Rua António do Espírito Santo
UF DE MARRAZES E BAROSA	Almoinha Grande	Rua B
UF DE MARRAZES E BAROSA	Almoinhas	Beco Infante Dom Henrique
UF DE MARRAZES E BAROSA	Almoinhas	Largo do Jardim
UF DE MARRAZES E BAROSA	Almoinhas	Praceta da Saudade
UF DE MARRAZES E BAROSA	Almoinhas	Rua Bartolomeu Dias
UF DE MARRAZES E BAROSA	Arrabalde da Ponte	Avenida Adelino Amaro da Costa
UF DE MARRAZES E BAROSA	Arrabalde da Ponte	Beco Maria José Marques
UF DE MARRAZES E BAROSA	Arrabalde da Ponte	Largo da Fonte
UF DE MARRAZES E BAROSA	Arrabalde da Ponte	Praça Nova
UF DE MARRAZES E BAROSA	Arrabalde da Ponte	Praceta Floriano Cova
UF DE MARRAZES E BAROSA	Arrabalde da Ponte	Rotunda Porta de Leiria
UF DE MARRAZES E BAROSA	Arrabalde da Ponte	Rua D. Emília Perpétua Paiva
UF DE MARRAZES E BAROSA	Arrabalde da Ponte	Rua das Belgas

UF DE MARRAZES E BAROSA	Arrabalde da Ponte	Rua Manuel Simões Maia
UF DE MARRAZES E BAROSA	Arrabalde da Ponte	Rua Rossio dos Borges
UF DE MARRAZES E BAROSA	Arrabalde da Ponte	Travessa Manuel Gomes dos Santos
UF DE MARRAZES E BAROSA	Arrabalde da Ponte	Travessa Manuel Simões Maia
UF DE MARRAZES E BAROSA	Bairro das Almoinhas	Praceta António Leitão Zúquete
UF DE MARRAZES E BAROSA	Bairro das Almoinhas	Rua Dr. Manuel Magalhães Pessoa
UF DE MARRAZES E BAROSA	Bairro das Almoinhas	Rua Engenheiro José Frederico Ulrich
UF DE MARRAZES E BAROSA	Bairro das Almoinhas	Rua Infante D. Henrique
UF DE MARRAZES E BAROSA	Bairro das Almoinhas	Travessa Casal Serafim Teixeira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Bairro das Almuíñas	Rua Nossa Senhora de Fátima
UF DE MARRAZES E BAROSA	Barosa	Beco da Ladeira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Barosa	Beco do Alto
UF DE MARRAZES E BAROSA	Barosa	Estrada da Barosa
UF DE MARRAZES E BAROSA	Barosa	Rua Campo do Lis
UF DE MARRAZES E BAROSA	Barosa	Rua Capitão Artur Lobo de Campos
UF DE MARRAZES E BAROSA	Barosa	Rua D. Etelvina da Conceição Casado
UF DE MARRAZES E BAROSA	Barosa	Rua da Caneira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Barosa	Rua da Ferreiria
UF DE MARRAZES E BAROSA	Barosa	Rua da Igreja
UF DE MARRAZES E BAROSA	Barosa	Rua das Amoreiras
UF DE MARRAZES E BAROSA	Barosa	Rua das Barrocas
UF DE MARRAZES E BAROSA	Barosa	Rua das Cabeças Redondas
UF DE MARRAZES E BAROSA	Barosa	Rua das Hortas
UF DE MARRAZES E BAROSA	Barosa	Rua das Nogueiras
UF DE MARRAZES E BAROSA	Barosa	Rua das Professoras
UF DE MARRAZES E BAROSA	Barosa	Rua de Baixo
UF DE MARRAZES E BAROSA	Barosa	Rua do Areeiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Barosa	Rua do Campo
UF DE MARRAZES E BAROSA	Barosa	Rua do Canto
UF DE MARRAZES E BAROSA	Barosa	Rua do Moreiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Barosa	Rua dos Poços
UF DE MARRAZES E BAROSA	Barosa	Rua Luís de Camões
UF DE MARRAZES E BAROSA	Barosa	Travessa da Caneira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Barosa	Travessa da Espinheira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Barosa	Travessa da Mata
UF DE MARRAZES E BAROSA	Barosa	Travessa da Paz
UF DE MARRAZES E BAROSA	Barosa	Travessa das Amoreiras
UF DE MARRAZES E BAROSA	Barosa	Travessa das Hortas
UF DE MARRAZES E BAROSA	Barosa	Travessa das Oliveiras
UF DE MARRAZES E BAROSA	Barosa	Travessa dos Petigais
UF DE MARRAZES E BAROSA	Barosa	Travessa Etelvina da Conceição Casado
UF DE MARRAZES E BAROSA	Barosa	Travessa Padre Nunes
UF DE MARRAZES E BAROSA	Barosa	Travessa Valinho da Cruz
UF DE MARRAZES E BAROSA	Boavista	Rua da Boavista
UF DE MARRAZES E BAROSA	Brejo	Travessa da Água Formosa
UF DE MARRAZES E BAROSA	Cabeças Redondas	Beco das Cabeças Redondas
UF DE MARRAZES E BAROSA	Cabeças Redondas	Rua D. Dinis
UF DE MARRAZES E BAROSA	Cabeças Redondas	Rua de Baixo das Cabeças Redondas
UF DE MARRAZES E BAROSA	Carreira de Água	Beco dos Petigais
UF DE MARRAZES E BAROSA	Carreira de Água	Rua das Indústrias
UF DE MARRAZES E BAROSA	Carreira de Água	Rua do Sobreiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Carreira de Água	Rua do Sol
UF DE MARRAZES E BAROSA	Carreira de Água	Rua do Vale da Arieira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Carreira de Água	Rua Industrial
UF DE MARRAZES E BAROSA	Carreira de Água	Rua Marco da Légua
UF DE MARRAZES E BAROSA	Carreira de Água	Rua Nascente

UF DE MARRAZES E BAROSA	Carreira de Água	Travessa do Sobreiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Carreira de Água	Travessa do Vale da Arieira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Carreira de Água (Fagundo)	Rua do Fagundo
UF DE MARRAZES E BAROSA	Casal do Cego	Beco de José da Silva (Nico)
UF DE MARRAZES E BAROSA	Casal do Cego	Canto Casal do Cego
UF DE MARRAZES E BAROSA	Casal do Cego	Canto Outeiro do Pomar
UF DE MARRAZES E BAROSA	Casal do Cego	Rotunda Norte
UF DE MARRAZES E BAROSA	Casal do Cego	Rotunda Sul
UF DE MARRAZES E BAROSA	Casal do Cego	Rua Carlos Patacas
UF DE MARRAZES E BAROSA	Casal do Cego	Rua Casal do Cego
UF DE MARRAZES E BAROSA	Casal do Cego	Rua da Agricultura
UF DE MARRAZES E BAROSA	Casal do Cego	Rua da Indústria
UF DE MARRAZES E BAROSA	Casal do Cego	Rua do Comércio
UF DE MARRAZES E BAROSA	Casal do Cego	Rua Florentino de Oliveira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Casal do Cego	Travessa Casal do Cego
UF DE MARRAZES E BAROSA	Casal do Cego	Travessa do Brejo
UF DE MARRAZES E BAROSA	Cerveira	Rua Domingos Carvalho
UF DE MARRAZES E BAROSA	Cerveira	Rua Joaquim A. Bastião
UF DE MARRAZES E BAROSA	Cerveira	Travessa Domingos Carvalho
UF DE MARRAZES E BAROSA	Charneca	Rua da Charneca
UF DE MARRAZES E BAROSA	Charneca	Travessa da Charneca
UF DE MARRAZES E BAROSA	Cova das Faias	Rotunda da Zicofa
UF DE MARRAZES E BAROSA	Cova das Faias	Rotunda dos Outeiros
UF DE MARRAZES E BAROSA	Cova das Faias	Rua do Janardo
UF DE MARRAZES E BAROSA	Cova das Faias	Rua dos Marinheiros
UF DE MARRAZES E BAROSA	Cova das Faias	Rua dos Marrazes
UF DE MARRAZES E BAROSA	Cova das Faias	Rua dos Pinheiros
UF DE MARRAZES E BAROSA	Covinhas	Rua Outeiro do Pomar
UF DE MARRAZES E BAROSA	Eira Velha	Rua Casal de Além
UF DE MARRAZES E BAROSA	Ganda dos Olivais	Rua Nossa Senhora dos Milagres
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Avenida da Liberdade
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Beco das Feteiras
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Beco das Olarias
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Beco das Ribeiras
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Beco do Ribeiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Beco do Terreiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Beco dos Órfãos
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Beco dos Serras
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Estrada da Figueira da Foz
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Largo da Igreja
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Pátio Joana Custódia
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Praça Amílcar Alexandre Gordalina
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Praceta da Sobreireira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Praceta Manuel António Ribeiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rotunda do Falcão
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua 1.º de dezembro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua 1º de maio
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua 5 de outubro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua Campos do Liz
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua D. Olívia
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua da Baquelite
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua da Carreira de Tiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua da Cova
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua da Fonte
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua da Linha
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua da Luz

UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua da Maligueira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua da Padaria
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua da Quinta de Cima
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua da Ribeira dos Milagres
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua da Sardoia
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua da Testamenteira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua da Torre
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua das Amoreiras
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua das Fêteiras
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua das Flores
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua das Olarias
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua de Alvaneia
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua de S. Martinho
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua do Carregal
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua do Carvalhal
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua do Cemitério
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua do Porto Figueira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua do Prazo
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua do Ribeiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua do Ribeiro do Pinto
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua do Terreiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua dos Outeiros
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua Escritor Manuel Ferreira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua Francisco Clemente
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua Glória Gordalina
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua João Pedro Lopes
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua Joaquim Pereira Rosa
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua Júlia Marques Ferrinho
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua Manuel Gomes
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua Mouzinho de Albuquerque
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua Nova da Seixeira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua Padre Manuel da Silva
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua Poeta Abraúl Gândarense
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua Professor José Pires da Fonseca
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Rua Urbanização Madeiras
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Travessa 1.º de dezembro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Travessa A do Carvalhal
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Travessa Casal do Brás
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Travessa da Baquelite
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Travessa da Cova
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Travessa da Igreja
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Travessa da Seixeira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Travessa da Testamenteira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Travessa da Torre
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Travessa das Flores
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Travessa das Olarias
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Travessa do Canto
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Travessa do Carvalhal B
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Travessa do Club
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Travessa do Falcão
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Travessa do Jardim
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Travessa do Lezirão
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Travessa do Olival
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Travessa do Reinegro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Travessa do Ribeiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Travessa do Serralheiro

UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Travessa do Sol
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Travessa dos Casais de Cima
UF DE MARRAZES E BAROSA	Gândara dos Olivais	Travessa Pôr do Sol
UF DE MARRAZES E BAROSA	Janardo	Largo Nossa Senhora da Graça
UF DE MARRAZES E BAROSA	Janardo	Rua Casal de Cima
UF DE MARRAZES E BAROSA	Janardo	Rua da Alvegada
UF DE MARRAZES E BAROSA	Janardo	Rua da Areeira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Janardo	Rua da Barroca
UF DE MARRAZES E BAROSA	Janardo	Rua da Cavada
UF DE MARRAZES E BAROSA	Janardo	Rua da Costa
UF DE MARRAZES E BAROSA	Janardo	Rua da Cumeada
UF DE MARRAZES E BAROSA	Janardo	Rua da Escola
UF DE MARRAZES E BAROSA	Janardo	Rua da Fazenda
UF DE MARRAZES E BAROSA	Janardo	Rua da Laranjeira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Janardo	Rua da Terra Grande
UF DE MARRAZES E BAROSA	Janardo	Rua das Alminhas
UF DE MARRAZES E BAROSA	Janardo	Rua do Afonso
UF DE MARRAZES E BAROSA	Janardo	Rua do Cepo
UF DE MARRAZES E BAROSA	Janardo	Rua do Chão Milheiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Janardo	Rua do Pomar
UF DE MARRAZES E BAROSA	Janardo	Rua do Pousio
UF DE MARRAZES E BAROSA	Janardo	Rua do Tejo
UF DE MARRAZES E BAROSA	Janardo	Rua dos Milagres
UF DE MARRAZES E BAROSA	Janardo	Rua José Jorge de Oliveira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Janardo	Rua Manuel de Sousa Alves
UF DE MARRAZES E BAROSA	Janardo	Rua Manuel Francisco Fuso
UF DE MARRAZES E BAROSA	Janardo	Rua Manuel Joaquim de Sousa
UF DE MARRAZES E BAROSA	Janardo	Rua Terra da Mata
UF DE MARRAZES E BAROSA	Janardo	Rua Vale do Cão
UF DE MARRAZES E BAROSA	Janardo	Travessa do Carmo
UF DE MARRAZES E BAROSA	Janardo	Travessa Manuel Francisco Fuso
UF DE MARRAZES E BAROSA	Leiria	Avenida 22 de maio
UF DE MARRAZES E BAROSA	Leiria	Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Leiria	Avenida Euro 2004
UF DE MARRAZES E BAROSA	Leiria	Estrada da Marinha Grande
UF DE MARRAZES E BAROSA	Leiria	Rotunda Dr. Francisco Sá Carneiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Leiria	Rua da Batalha
UF DE MARRAZES E BAROSA	Leiria	Rua da Nazaré
UF DE MARRAZES E BAROSA	Leiria	Rua da Rainha Santa Isabel
UF DE MARRAZES E BAROSA	Leiria	Rua das Chãs
UF DE MARRAZES E BAROSA	Leiria	Rua de Bombarral
UF DE MARRAZES E BAROSA	Leiria	Rua de Caldas da Rainha
UF DE MARRAZES E BAROSA	Leiria	Rua de Ourém
UF DE MARRAZES E BAROSA	Leiria	Rua de Peniche
UF DE MARRAZES E BAROSA	Leiria	Rua de Pombal
UF DE MARRAZES E BAROSA	Leiria	Rua de Porto de Mós
UF DE MARRAZES E BAROSA	Leiria	Rua de Santa Maria
UF DE MARRAZES E BAROSA	Leiria	Rua do Arrabalde da Ponte
UF DE MARRAZES E BAROSA	Leiria	Rua do Lena
UF DE MARRAZES E BAROSA	Leiria	Rua Outeiro das Cavadas
UF DE MARRAZES E BAROSA	Leiria	Rua Paróquia de São Tiago dos Marrazes
UF DE MARRAZES E BAROSA	Leiria	Travessa Outeiro das Cavadas
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Beco da Capela
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Beco das Amoreiras
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Beco do Arieiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Beco Júlio Joaquim

UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Canto Casal dos Gouveias
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Canto dos Lopes
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Estrada dos Marinheiros
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Largo do Povo
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Praceta Central
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Praceta da República
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Praceta Doutor Américo Órfão
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Praceta Serrada do Pinhal
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Rua 20 de junho
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Rua Álvaro Pires de Miranda
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Rua da Almoinha
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Rua da Cavada
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Rua da Cova
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Rua da Escola
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Rua da Fonte do Rito
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Rua da Maligueira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Rua da Restauração
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Rua da Sapateira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Rua das Covinhas
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Rua das Lavadeiras
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Rua das Oliveiras
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Rua de São Miguel
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Rua do Areeiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Rua do Pinhal Grosso
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Rua do Prado
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Rua do Vinagre
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Rua Dona Estrela
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Rua dos Calceteiros
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Rua dos Camponeses
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Rua dos Loureiros
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Rua dos Marinheiros
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Rua dos Operários
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Rua Joaquim Ferreira de Sousa
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Rua José Ferreira Viola
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Rua Manuel Ferreira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Rua Nova da Escola
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Rua Primeiro de maio
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Rua Serrada do Pinhal
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Rua Teresa Fonseca
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Travessa da Aguadinha
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Travessa da Liberdade
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Travessa da Saibreira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Travessa das Eiras
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Travessa das Estafetas
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Travessa das Lavadeiras
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Travessa das Oliveiras
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Travessa de Miraflores
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Travessa do Olival da Fonte
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Travessa do Tio Custódio
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marinheiros	Travessa Primeiro de maio
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Avenida Visconde do Amparo
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Beco da Cerveira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Beco da Paz
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Beco da Quinta do Pastor
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Beco da Rua do Cemitério
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Beco da Travessa da Cerveira

UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Beco das Alminhas
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Beco das Eiras
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Beco do Outeiro do Pomar
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Beco Doceia
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Beco dos Jorges
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Beco Joaquim Oliveira Gordalina
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Beco Padre Manuel da Silva
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Calçada da Fonte
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Canto da Cerveira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Canto de São José
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Canto do Mansinho
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Canto dos Pedrosas
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Canto dos Rochas
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Estrada de S. Tiago
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Estrada do Campo de Tiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Estrada Nossa Senhora do Amparo
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Largo Dr. Armando Góis
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Largo Dr. Magalhães Pessoa
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Largo Feira dos Dezoito
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Parque Afonso Jorge de Oliveira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Praça de S. Tiago
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Praça José Diogo de Oliveira Júnior
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Praceta dos Barros
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Praceta Fernando Pessoa
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Praceta Heróis do Ultramar
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Praceta Valverde
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rotunda das Almuíñas
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rotunda das Oliveiras
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua 16 de março de 1974
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua 25 de novembro de 75
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua Agostinho de Oliveira Bernardes
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua António da Silva Carvalho
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua António Elias Ribeiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua Bernardo Oliveira Gordalina
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua Capitão António Rodrigues Paula Santo
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua Casal da Manca
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua Cónego José Ferreira Lacerda
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua D. Glória Barata Rodrigues
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua D. José Alves de Matos
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua da Bouxaria
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua da Cerveira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua da Fé
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua da Filarmónica
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua da Fonte Quente
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua da Fontinha
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua da Lameira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua da Mata
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua da Mina do Lenhite
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua da Palmeira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua da Paz
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua das Alminhas
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua das Eiras
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua das Flores
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua das Laranjeiras
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua das Tílias
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua de S. João

UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua de Santo André
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua de São Pedro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua de Stº. António
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua do Canto
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua do Casal do Sousa
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua do Cemitério
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua do Martingil
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua do Olival
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua do Outeiro da Fonte
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua do Pinhalzinho
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua do Valverde
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua do Viveiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua dos Barros
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua Dr. João Machado da Polónia
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua Dr. Joaquim José de Sousa
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua Dr. Rui Garcia da Fonseca
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua Dr. Torreira de Sousa
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua Espinheira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua Fausto Testa Fortunato
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua Fonte Seca
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua Joaquim Clemente Novo "Fruto"
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua Joaquim Soares Cêa Simões
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua José Ferreira da Silva Ferrinho
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua Júlia Costa Portela
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua Luís Menino
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua Luis Paiva
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua Manuel Carvalho
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua Manuel do Carmo
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua Manuel dos Santos
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua Manuel Gomes dos Santos
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua Manuel Jorge
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua Manuel Vieira Cordeiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua Nova da Esperança
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua Padre José Seica
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua Padre Manuel da Silva
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua Professor Doutor Alberto Pimentel
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua Professora D. Joaquina Capelo de Bata
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua Professora Maria Augusta Sousa Lopes
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua Professores Portelas
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Rua Vitor Cordeiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Travessa António Elias Ribeiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Travessa da Bouxaria
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Travessa da Cerveira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Travessa da Escola
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Travessa da Esperança
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Travessa da Espinheira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Travessa da Mina de Lenhite
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Travessa da Palmeira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Travessa das Alminhas
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Travessa das Flores
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Travessa do Areeiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Travessa do Campo de Futebol
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Travessa do João Carreira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Travessa do Martingil
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Travessa do Outeiro do Pomar
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Travessa do Sampão

UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Travessa do Valverde
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Travessa dos Barros
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Travessa dos Filarmónicos
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Travessa Luís Paiva
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Travessa Manuel António
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Travessa Nossa Senhora do Amparo
UF DE MARRAZES E BAROSA	Marrazes	Travessa Professores Portelas
UF DE MARRAZES E BAROSA	Moinhos da Barosa	Rua António da Conceição Santos
UF DE MARRAZES E BAROSA	Moinhos da Barosa	Rua Campos do Lis
UF DE MARRAZES E BAROSA	Moinhos da Barosa	Rua da Fé
UF DE MARRAZES E BAROSA	Moinhos da Barosa	Rua das Camélias
UF DE MARRAZES E BAROSA	Moinhos da Barosa	Rua do Calvário
UF DE MARRAZES E BAROSA	Moinhos da Barosa	Rua do Pinhal Manso
UF DE MARRAZES E BAROSA	Moinhos da Barosa	Rua dos Paços
UF DE MARRAZES E BAROSA	Moinhos da Barosa	Rua Moinho de Vento
UF DE MARRAZES E BAROSA	Moinhos da Barosa	Rua Nova do Calvário
UF DE MARRAZES E BAROSA	Moinhos da Barosa	Rua Valinho da Cruz
UF DE MARRAZES E BAROSA	Moinhos da Barosa	Travessa António da Conceição Ferreira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Moinhos da Barosa	Travessa do Brejo
UF DE MARRAZES E BAROSA	Moinhos da Barosa	Travessa do Calvário
UF DE MARRAZES E BAROSA	Moinhos da Barosa	Travessa do Largo
UF DE MARRAZES E BAROSA	Moinhos da Barosa	Travessa do Lavadouro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Moinhos da Barosa	Travessa do Pinhal Manso
UF DE MARRAZES E BAROSA	Moinhos da Barosa	Travessa do Talmonte
UF DE MARRAZES E BAROSA	Moinhos da Barosa	Travessa do Vale Gordo
UF DE MARRAZES E BAROSA	Moinhos da Barosa	Travessa dos Castanheiros
UF DE MARRAZES E BAROSA	Moinhos da Barosa	Travessa dos Ferreiros
UF DE MARRAZES E BAROSA	Moinhos da Barosa	Travessa dos Moinhos
UF DE MARRAZES E BAROSA	Moinhos da Barosa	Travessa dos Pocinhos
UF DE MARRAZES E BAROSA	Moinhos da Barosa	Travessa Pequena
UF DE MARRAZES E BAROSA	Moinhos da Barosa	Beco Valinho da Cruz
UF DE MARRAZES E BAROSA	Murta	Rua da Murta
UF DE MARRAZES E BAROSA	Outeiro da Barrocas	Estrada do Outeiro das Barrocas
UF DE MARRAZES E BAROSA	Outeiro da Gândara	Rua Fonte da Carvalha
UF DE MARRAZES E BAROSA	Outeiro da Gândara	Travessa da Antiga Fonte da Carvalha
UF DE MARRAZES E BAROSA	Outeiro das Barrocas	Rua da Boavista
UF DE MARRAZES E BAROSA	Outeiro das Barrocas	Rua da Pia
UF DE MARRAZES E BAROSA	Outeiro das Barrocas	Rua do Neto
UF DE MARRAZES E BAROSA	Outeiro das Barrocas	Rua do Nominando
UF DE MARRAZES E BAROSA	Outeiro das Barrocas	Rua do Vale
UF DE MARRAZES E BAROSA	Outeiros da Gândara	Beco dos Outeiros
UF DE MARRAZES E BAROSA	Outeiros da Gândara	Canto da Rua da Baquelite
UF DE MARRAZES E BAROSA	Outeiros da Gândara	Canto do Prazo
UF DE MARRAZES E BAROSA	Outeiros da Gândara	Largo do Outeiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Outeiros da Gândara	Rotunda da Antiga Cerâmica
UF DE MARRAZES E BAROSA	Outeiros da Gândara	Rotunda da Carreira de Tiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Outeiros da Gândara	Rotunda dos Bombeiros Voluntários de Leiria
UF DE MARRAZES E BAROSA	Outeiros da Gândara	Rua Bombeiros Voluntários de Leiria
UF DE MARRAZES E BAROSA	Outeiros da Gândara	Rua Cidade de Huambo
UF DE MARRAZES E BAROSA	Outeiros da Gândara	Rua da Seixeira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Outeiros da Gândara	Rua das Costeiras
UF DE MARRAZES E BAROSA	Outeiros da Gândara	Rua do Vale
UF DE MARRAZES E BAROSA	Outeiros da Gândara	Rua do Valinho
UF DE MARRAZES E BAROSA	Outeiros da Gândara	Rua dos Lavradores
UF DE MARRAZES E BAROSA	Outeiros da Gândara	Travessa da Liberdade
UF DE MARRAZES E BAROSA	Outeiros da Gândara	Travessa da Rua Nova da Seixeira

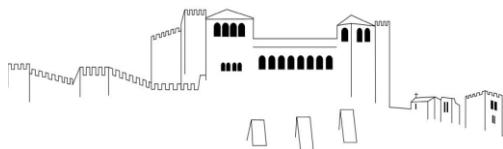
UF DE MARRAZES E BAROSA	Outeiros da Gândara	Travessa de Alvaneia
UF DE MARRAZES E BAROSA	Outeiros da Gândara	Travessa do Lavradio
UF DE MARRAZES E BAROSA	Outeiros da Gândara	Travessa do Pinheiro Manso
UF DE MARRAZES E BAROSA	Outeiros da Gândara	Travessa do Prazo
UF DE MARRAZES E BAROSA	Outeiros da Gândara	Travessa do Valinho
UF DE MARRAZES E BAROSA	Petigais	Caminho Público Municipal
UF DE MARRAZES E BAROSA	Petigais	Rua dos Petigais
UF DE MARRAZES E BAROSA	Petigais (Residual)	Rua Beco dos Petigais
UF DE MARRAZES E BAROSA	Picheleiro	Estrada do Picheleiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Picheleiro	Rua da Associação
UF DE MARRAZES E BAROSA	Picheleiro	Rua da Bica
UF DE MARRAZES E BAROSA	Picheleiro	Rua das Acácias
UF DE MARRAZES E BAROSA	Picheleiro	Rua das Flores
UF DE MARRAZES E BAROSA	Picheleiro	Rua do Santo
UF DE MARRAZES E BAROSA	Picheleiro	Rua dos Moinhos
UF DE MARRAZES E BAROSA	Picheleiro	Travessa Variante
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinhal Manso	Rua 1.ª de Dezembro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinhal Manso	Rua da Linha
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinhal Manso	Rua de Santa Isabel
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinhal Manso	Rua do Vale Gordo
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinhal Manso	Rua dos Pinheiros
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Beco da Maruja
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Beco das Eiras
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Beco do Barreiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Beco do Brejo
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Beco do Camarnal
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Beco do Prazo
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Beco do Sarieiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Beco Fonte da Crespa
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Beco José Lopes
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Beco Manuel Francisco Confraria
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Beco Padre Manuel da Fonseca
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Beco Vicente
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Estrada Cardeal D. Frei Patrício Silva
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Estrada da Catraia
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Estrada das Moitas Altas
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Estrada dos Pinheiros
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Rua da Eira Velha
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Rua da Esperança
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Rua da Fonte de Baixo
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Rua das Águas Formosas
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Rua das Flores
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Rua das Moitas Altas
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Rua do Barreiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Rua do Brejo
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Rua do Campo de Futebol
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Rua do Cemitério
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Rua do Eirado
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Rua do Falcão
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Rua do Prazo
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Rua do Relvas
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Rua dos Barros
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Rua dos Olivais
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Rua João Silva Ferrinho
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Rua Joaquim Fonseca
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Rua Joaquim Silva Ferreiro

UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Rua José Fonseca Magro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Rua Josefa da Serra
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Rua Moinho de Vento
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Rua Padre Portela
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Rua Principal
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Rua Professor Portela
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Rua S. João Baptista
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Rua Vale Dianteiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Travessa António Rodrigues
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Travessa da Batista
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Travessa da Calma
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Travessa da Rua Principal
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Travessa do Cemitério
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Travessa do Moinho do Vento
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Travessa do Polícia
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros	Travessa do Vale Dianteiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Pinheiros - Marrazes	Travessa Luis Sousa Germano
UF DE MARRAZES E BAROSA	Planalto	Rua do Verde Pinho
UF DE MARRAZES E BAROSA	Planalto	Travessa Eng.º João Manuel Belo Rodeia
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta da Matinha	Largo da Capela
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta da Matinha	Rua da Capela
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta da Matinha	Rua da Eira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta da Matinha	Rua da Matinha
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta da Matinha	Rua da Torre
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta da Matinha	Rua Engenheiro Alberto M. Zúquete
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta da Matinha	Travessa da Capela
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta de Santa Clara	Rua Comendador Leonel Costa
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta de Santo António	Rua D. Alzira Barata Rodrigues
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta de Santo António	Rua da Fonte
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta de Santo António	Rua da Proalimentar
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta de Santo António	Rua do Alambique
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta de Santo António	Rua José de Oliveira Zúquete
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta de Santo António	Travessa Álvaro Pires de Miranda
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta do Alçada	Praceta D. João I
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta do Alçada	Rua Fernão de Magalhães
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta do Alçada	Rua Gil Eanes
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta do Alçada	Rua Pedro Álvares Cabral
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta do Alçada	Rua Vasco da Gama
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta do Alçada	Travessa Vasco da Gama
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta do Amparo	Rua de Cerâmica
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta do Bispo	Impasse dos Namorados
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta do Bispo	Praceta de Lisboa
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta do Bispo	Rua Casal Doceia
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta do Bispo	Rua de Atenas
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta do Bispo	Rua de Berlim
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta do Bispo	Rua de Dublin
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta do Bispo	Rua de Londres
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta do Bispo	Rua de Madrid
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta do Bispo	Rua de Paris
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta do Bispo	Rua de Roma
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta do Bispo	Rua Dr. José Pereira Dias
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta do Bispo	Rua Luis Carvalho
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta do Bispo	Travessa de Madrid
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta do Cavaleiro	Beco Quinta do Cavaleiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta do Cavaleiro	Rua Quinta do Cavaleiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta do Gordalina	1º Beco da Paz

UF DE MARRAZES E BAROSA	Quinta do Gordalina	Travessa da Paz
UF DE MARRAZES E BAROSA	Rego d' Água	Beco da Testamenteira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Rego d' Água	Rua António Gonçalves
UF DE MARRAZES E BAROSA	Rego d' Água	Beco da Pilada
UF DE MARRAZES E BAROSA	Rego d' Água	Beco do Carregal
UF DE MARRAZES E BAROSA	Rego d' Água	Passadiço do Rego de Água
UF DE MARRAZES E BAROSA	Rego d' Água	Pátio da Pilada
UF DE MARRAZES E BAROSA	Rego d' Água	Rotunda D. Carlos I
UF DE MARRAZES E BAROSA	Rego d' Água	Rua 25 de abril
UF DE MARRAZES E BAROSA	Rego d' Água	Rua António da Silva Valverde
UF DE MARRAZES E BAROSA	Rego d' Água	Rua da Figueira da Foz
UF DE MARRAZES E BAROSA	Rego d' Água	Rua das Pimenteiras
UF DE MARRAZES E BAROSA	Rego d' Água	Rua do Rêgo de Água
UF DE MARRAZES E BAROSA	Rego d' Água	Rua Dona Amélia
UF DE MARRAZES E BAROSA	Rego d' Água	Rua José de Oliveira Clemente Júnior
UF DE MARRAZES E BAROSA	Rego d' Água	Travessa da Maligueira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Rego d' Água	Travessa do Carregal
UF DE MARRAZES E BAROSA	Rego d' Água	Travessa do Rêgo de Água
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sampão	Rua Tenente Francisco de Sousa
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Beco da Fonte Quente
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Beco dos Gordalinas
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Estrada da Estação
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Praceta da Pilada
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Praceta da Sismaria
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Praceta Joaquim Ribeiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Praceta Professor Nicolau Ferreira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Rua A
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Rua Adriano da Costa
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Rua António Augusto da Costa
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Rua António Santos Serrador
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Rua D. Carlos I
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Rua D. Nuno Álvares Pereira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Rua da Cabreira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Rua da Capela
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Rua da Esperança
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Rua da Faquinha
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Rua da Galiza
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Rua da Paz
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Rua da Pilada
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Rua da Serrada
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Rua da Sismaria
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Rua das Madeiras
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Rua do Campo da Cabreira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Rua do Jardim
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Rua do Sampão
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Rua dos Caneiras
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Rua dos Santos
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Rua Fernando Alberto Pimentel
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Rua Heróis da Guiné
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Rua Heróis do Ultramar
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Rua João de Deus
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Rua João Ramos
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Rua José Diogo de Oliveira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Rua Manuel Pereira Patrício
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Rua Mártires da Pátria
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Rua Olímpio Duarte Alves

UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Rua Padre Miguel
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Rua Professora Maria da Luz Neto
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Rua Rainha Santa Isabel
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Travessa Aniceto Cordeiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Travessa António Augusto da Costa
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Travessa da Cabreira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Travessa da Caridade
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Travessa de S. José
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Travessa de São José
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Travessa do Rabeca
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Travessa do Rio Lis
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Travessa dos Santos
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Travessa Heróis do Ultramar
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Travessa João de Deus
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Travessa José Carvalho Novo
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria	Travessa Padre Miguel
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sismaria - Marrazes	Rua Anzebino da Cruz Saraiva
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sobreiro	Rua 22 de maio
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sobreiro	Rua D. Maria I
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sobreiro	Rua da Cova
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sobreiro	Rua da Salgueira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sobreiro	Rua do Cemitério
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sobreiro	Rua do Vale das Servas
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sobreiro	Rua Manuel Jesus
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sobreiro	Rua Nova
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sobreiro	Travessa da Salgueira
UF DE MARRAZES E BAROSA	Sobreiro	Travessa das Cabeças Redondas
UF DE MARRAZES E BAROSA	Urbanização Vale Sepal	Praceta Passadiço da Fonte
UF DE MARRAZES E BAROSA	Urbanização Valverde	Rua das Fazendas
UF DE MARRAZES E BAROSA	Vale de Frade	Estrada do Picheleiro
UF DE MARRAZES E BAROSA	Vale do Frade	Rua das Regueiras
UF DE MARRAZES E BAROSA	Vale do Frade	Rua Eça de Queirós
UF DE MARRAZES E BAROSA	Vale do Frade	Travessa 1.ª de Maio
UF DE MARRAZES E BAROSA	Vale Frade	Beco Eça de Queirós
UF DE MARRAZES E BAROSA	Vale Frade	Rua Casal de Santa Maria
UF DE MARRAZES E BAROSA	Vale Frade	Rua da Esperança
UF DE MARRAZES E BAROSA	Vale Frade	Rua Professora D. Bárbara da Conceição R
UF DE MARRAZES E BAROSA	Vale Sepal	Avenida Cidade de Leiria
UF DE MARRAZES E BAROSA	Vale Sepal	Praceta 1 da Urbanização do Vale da Fonte
UF DE MARRAZES E BAROSA	Vale Sepal	Praceta 2 da Urbanização do Vale da Fonte
UF DE MARRAZES E BAROSA	Vale Sepal	Praceta 3 da Urbanização do Vale da Fonte
UF DE MARRAZES E BAROSA	Vale Sepal	Praceta 4 da Urbanização do Vale da Fonte
UF DE MARRAZES E BAROSA	Vale Sepal	Praceta do Planalto
UF DE MARRAZES E BAROSA	Vale Sepal	Rotunda Urbanização do Planalto
UF DE MARRAZES E BAROSA	Vale Sepal	Rua Balcota
UF DE MARRAZES E BAROSA	Vale Sepal	Rua da Gândara
UF DE MARRAZES E BAROSA	Vale Sepal	Rua de Leiria-Gare/Sismaria
UF DE MARRAZES E BAROSA	Vale Sepal	Rua de Santa Misericórdia
UF DE MARRAZES E BAROSA	Vale Sepal	Rua Dionísio Rodrigues
UF DE MARRAZES E BAROSA	Vale Sepal	Rua do Planalto
UF DE MARRAZES E BAROSA	Vale Sepal	Rua do Vale Grande
UF DE MARRAZES E BAROSA	Vale Sepal	Rua dos Costas
UF DE MARRAZES E BAROSA	Vale Sepal	Rua dos Lagoeiros
UF DE MARRAZES E BAROSA	Vale Sepal	Rua dos Majarinos
UF DE MARRAZES E BAROSA	Vale Sepal	Rua Emídio Agostinho Marques
UF DE MARRAZES E BAROSA	Vale Sepal	Rua Eng. João Manuel Belo Rodeia

UF DE MARRAZES E BAROSA	Vale Sepal	Rua Vale Colmeia
UF DE MARRAZES E BAROSA	Vale Sepal	Rua Vale Sepal
UF DE MARRAZES E BAROSA	Vale Sepal	Travessa do Casal da Fonte
UF DE MARRAZES E BAROSA	Vale Sepal	Travessa do Planalto
UF DE MARRAZES E BAROSA	Vale Sepal	Travessa dos Lagoeiros
UF DE MARRAZES E BAROSA	Vale Sepal	Travessa dos Silvas
UF DE MARRAZES E BAROSA	Vale Sepal	Travessa Vale Sepal
UF DE MONTE REAL E CARVIDE		Rotunda do Outeiro da Fonte
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Água Formosa	Rua Bento Fragata
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Água Formosa	Rua Bento Pereira
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Água Formosa	Rua da Formosa
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Água Formosa	Rua do Vale
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Água Formosa	Rua Principal
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Água Formosa	Travessa da Carvoaria
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Água Formosa	Travessa da Vinagra
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Alto da Cruz	Rua da Fonte
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Alto da Cruz (Monte Real)	Rua Outeiro da Vila
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Alto da Cruz (Monte Real)	Rua Poço dos Grilos
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Boco	Rua da Barroca
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Boco	Rua de Leiria
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Boco	Rua do Boco
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Boco	Rua do Campo
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Boco	Rua do Verginho
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Boco	Rua dos Vales
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Boco	Rua Dr. Pereira do Mar
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Boco	Rua José Domingues do Mar
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Boco	Rua Principal
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Boco	Travessa José Domingues do Mar
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Brejo	Pátio dos Pedrosas
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Brejo	Rua da Outeirada
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Brejo	Rua das Belas
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Brejo	Rua dos Brancos
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Brejo	Travessa do Nascente
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Carpalho	Rua da Ferreira
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Carpalho	Rua do Comércio
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Carpalho	Rua dos Loureiros
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Carvalheiros	Rua da Charneca de Baixo
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Carvalheiros	Rua da Charneca de Cima
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Carvide	Beco Conceição Barreira
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Carvide	Beco da Fonte de Riba
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Carvide	Beco das Barrocas
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Carvide	Beco dos Frades
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Carvide	Beco dos Loureiros
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Carvide	Largo Coronel Jaime Tomás da Fonseca
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Carvide	Rua Adriano Manuel Pereira
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Carvide	Rua da Bicheira
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Carvide	Rua da Caravela
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Carvide	Rua da Confraria
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Carvide	Rua da Curada
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Carvide	Rua do Cemitério
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Carvide	Rua dos Amados
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Carvide	Rua dos Junqueiros
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Carvide	Rua dos Martinhos
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Carvide	Rua Engenheiro Adelino Amaro da Costa
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Carvide	Rua Fonte de Riba
UF DE MONTE REAL E CARVIDE	Carvide	Rua Hirondino Guerra Domingues



ANEXO IV | LIMPEZA DAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARJETAS E SUMIDOUROS - Termos e especificações

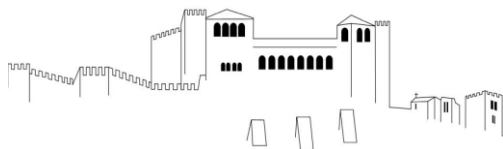
1. A transferência de competências no domínio da limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros abrange todos os espaços assim classificados e do domínio público do Município de Leiria, com exceção daqueles que foram identificados como mantendo-se na esfera de atividade do Município de Leiria, conforme deliberação da Câmara Municipal de 31 de março de 2020 e aprovada em sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 24 de abril de 2020.
2. A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros compreende, designadamente, a varredura e lavagem, manual, mecânica ou mista, das vias e espaços públicos e a desobstrução e limpeza de sarjetas e sumidouros; a varredura e lavagem de valetas, bermas e caminhos, bem como a deservagem de passeios e bermas.
3. O exercício da competência atende, nomeadamente, aos seguintes critérios:
 - a) em função do metro linear da rede viária
 - b) em função do metro linear de passeios
 - c) em função da largura média do passeio considerado para limpeza
 - d) em função da largura média da rede viária considerada para limpeza.
4. O exercício de competências inclui as seguintes especificações:

A – Varredura, lavagem e desinfecção das vias públicas e espaços públicos

- i) Na varredura de vias, arruamentos, passeios e de outros espaços públicos deverá compreender a remoção de todos os resíduos e dejetos de animais, o despejo de papelarias e a remoção das ervas existentes.
- ii) A verifica-se a existência de resíduos que possam impedir a normal circulação das águas pluviais, deverá ser efetuada a limpeza pontual das sarjetas e sumidouros.
- iii) Os resíduos resultantes da varredura poderão ser colocados no interior dos contentores para resíduos indiferenciados, desde que, pela sua quantidade, não comprometam a capacidade de deposição destinada aos municípios.
- iv) Durante a varredura deverão, sempre que possível, ser separados os resíduos valorizáveis e depositados nos ecopontos.
- v) Quando se tratem de grandes volumes de resíduos (como acontece na época de queda da folha) os mesmos deverão ser ensacados e recolhidos por meios complementares.
- vi) Todos e quaisquer resíduos depositados de forma anárquica na via pública, seja junto dos contentores, ecopontos, contentores semi-enterrados e demais meios de deposição, seja nos restantes espaços, devem ser removidos do espaço público durante as tarefas de limpeza. Esses resíduos podem ser depositados nos contentores para resíduos indiferenciados ou nos ecopontos, consoante a sua tipologia.
- vii) A lavagem de arruamentos e outros espaços públicos pode ser efetuada de forma manual, mista ou mecânica.
- viii) A lavagem manual é efetuada com recurso apenas a mangueiras, enquanto que na lavagem mista são utilizados igualmente meios mecânicos de pequena capacidade.
- ix) Para execução desta tarefa deverá proceder-se previamente à limpeza da zona a intervencionar e à sua sinalização.
- x) A lavagem deverá ser efetuada por pequenos troços, tendo em atenção o declive do local, desde o passeio de um lado a do outro, para a zona da faixa de rodagem.
- xi) Todas as sarjetas da zona a lavar deverão ser limpas e os detritos arrastados pela água retirados.
- xii) No final da lavagem deverá ser efetuado o "remate" junto a uma sarjeta.

B- Limpeza de sarjetas e de sumidouros

- i) A limpeza de sarjetas e sumidouros não prevê qualquer tipo de intervenção no coletor pluvial.



Município de Leiria

Câmara Municipal

- ii) De modo a garantir o pleno escoamento da rede de águas pluviais durante a época das chuvas, deverá ser efetuada a limpeza da totalidade das sarjetas e sumidouros durante os meses de agosto e setembro.
- iii) Todas as situações anómalas detetadas e que não são passíveis de atuação por parte das freguesias neste âmbito (obstrução do coletor e/ou falta de grelhas) devem ser comunicadas, por escrito ou município, ou realizadas intervenções pelas freguesias desde que se encontre em vigor contrato interadministrativo que as preveja.
- iv) Os resíduos resultantes da limpeza das sarjetas devem ser removidos imediatamente, na sua totalidade, ficando o local limpo.
- v) Deverá ser dada especial atenção aos pontos críticos onde se registam frequentemente acumulações de água.

C - Limpeza de papelarias

- i) As papelarias deverão estar dotadas com um saco no seu interior de modo a serem mantidas as condições de higiene e salubridade. Estes devem ser reutilizados sempre que possível, após a operação de despejo da papelaria.
- ii) Sempre que se revele necessário deverá ser promovida a lavagem e desinfecção do equipamento.

D - Intervenções de deservagem

- i) Sem prejuízo das ervas serem pontualmente retiradas com o auxílio da sachola no decurso do serviço de varredura, deverá ser elaborada uma planificação das áreas a intervencionar.
- ii) Deverá ser dada preferência à utilização de métodos mecânicos e biológicos no controlo de infestantes.
- iii) No caso da utilização de máquinas de corte deverá ser sinalizada a zona envolvente e utilizados meios de proteção, de modo a evitar a ocorrência de danos em viaturas ou outros.
- iv) A aplicação de produtos fitofarmacêuticos, nos quais se incluem os herbicidas está sujeita ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 26/2013, de 11 de abril, só podendo ser efetuada por empresas e entidades autorizadas pela Direção Geral da Alimentação e Veterinária.

E - Periodicidade de realização das operações de limpeza, lavagem, desinfecção e deservagem

A lavagem, higienização, varredura e recolha de resíduos deve ser a necessária que garanta as condições higiénicas das ruas objeto de intervenção e conforme as dinâmicas de afluência locais exijam intervenções adicionais estas devem ser promovidas.

F - Intervenções excluídas do acordo de transferência

Não estão abrangidas pelo conceito de "Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros" as operações de:

- Capinagem;
- Limpeza ou desobstrução de coletor pluvial, incluindo a componente de ligação à sarjeta e sumidouro.



Município de Leiria

Câmara Municipal

ANEXO V | MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DO MOBILIÁRIO URBANO INSTALADO NO ESPAÇO PÚBLICO, COM EXEÇÃO DAQUELE QUE SEJA OBJETO DE CONCESSÃO – termos e especificações.

O exercício da competência a transferir inclui:

1. A transferência de competências no domínio da reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público abrange todos os bens assim classificados e instalados no espaço de domínio público e propriedade do Município de Leiria.
2. O exercício da competência atende, nomeadamente, aos seguintes critérios:
 - a) N.º de habitantes da freguesia/união de freguesias;
3. As intervenções no mobiliário urbano referido no artigo anterior compreendem:
 - b) A manutenção do mobiliário existente através da sua limpeza e demais procedimentos que se afigurem adequados;
 - c) Pequenas obras de reparação e conservação do mobiliário, com prioridade para pinturas, limpezas e substituição de peças partidas e/ou danificadas;
 - d) A substituição do mobiliário quando não for possível proceder à sua reparação.
4. O exercício da competência é constituído pela prática de todos os atos necessários à prossecução do interesse público, tendo em atenção o mobiliário em causa, tipologia dos equipamentos e o desgaste e utilização a que estão sujeitos.
5. O exercício de competências inclui as especificações que se descrevem de seguida:
 - a) Neste âmbito, consideram-se elementos do mobiliário urbano o existente no espaço público e da titularidade do ML, com exceção daquele que não esteja concessionado, designadamente os seguintes:
 - i) Floreiras;
 - ii) Bancos;
 - iii) Mesas;
 - iv) Papeleiras;
 - v) Cinzeiros;
 - vi) Bebedouros;
 - vii) Elementos de proteção e separação;
 - viii) Suportes informativos e publicitários;
 - ix) Expositores / mupis;
 - x) Corrimãos;
 - xi) Gradeamentos de proteção;
 - xii) Suportes de estacionamento de bicicletas;
 - xiii) Bancas;
 - xiv) Marcos;
 - xv) Equipamento w. c. para caninos; e
 - xvi) Outros elementos similares.

b) Sempre que se verifique uma intervenção de substituição, o elemento a substituir deverá ser de material, dimensão e cor semelhantes.

c) Não podem ser instalados novas peças nem alterar aquelas que já se encontrem na via pública.

d) Os espaços de jogo e recreio, nos quais se incluem os parques infantis, não estão abrangidos no âmbito do exercício da presente competência.



Município de Leiria

Câmara Municipal

ANEXO VI - Listagem de Feiras e Mercados

Freguesia/União das Freguesias	Designação	Localização
Arrabal	Feira dos 16	Cardosos
Bajouca	Feira dos 13	Largo da Feira
Bidoeira de Cima	Mercado Semanal	Largo da Feira - Bidoeira de Cima
Bidoeira de Cima	Feira dos 20	Largo da Feira - Bidoeira de Cima
Caranguejeira	Feira do 1.º	Caranguejeira
Colmeias e Memória	Feira dos 6	Colmeias
Colmeias e Memória	Feira de S. Silvestre	Colmeias
Colmeias e Memória	Feira dos 9	Memória
Colmeias e Memória	Feira dos 24	Memória
Leiria, Pousos, Barreira e Cortes	Mercadinho das Cortes	Adega Cooperativa
Maceira	Mercado Municipal da Maceira	Gândara
Maceira	Mercado de Levante Maceira	Gândara
Monte Real e Carvide	Mercado de Monte Real	Monte Real
Monte Real e Carvide	Feira dos 22	Outeiro da Fonte
Monte Redondo e Carreira	Mercado da Vila	Monte Redondo
Monte Redondo e Carreira	Feira dos 29	Monte Redondo
Santa Catarina da Serra e Chainça	Feira da Loureira	Loureira
Santa Catarina da Serra e Chainça	Feira da Chainça	Chainça
Santa Catarina da Serra e Chainça	Feira dos Cardosos	Cardosos



Município de Leiria

Câmara Municipal

ANEXO VII - GESTÃO E MANUTENÇÃO CORRENTE DE FEIRAS E MERCADOS – termos e especificações

O exercício da competência a transferir inclui:

- a) Proceder a uma correta gestão e manutenção do mercado municipal/da feira;
- b) Pautar toda a sua atuação por critérios de eficiência, eficácia e economia, no exercício das competências transferidas;
- c) Respeitar e fazer respeitar as normas legais e regulamentares aplicáveis;
- d) Recrutar os recursos humanos necessários ao cumprimento do presente acordo de transferência, sendo da sua responsabilidade o pagamento das despesas por estes originadas;
- e) Custear os encargos necessários à correta gestão e manutenção do mercado / da feira, nomeadamente, os encargos com pessoal, segurança, água, eletricidade, gás, comunicações, telefone, limpeza interior e exterior e com a manutenção dos meios/bens materiais;
- f) Consentir quaisquer benfeitorias que o Município de Leiria pretenda realizar no equipamento / no recinto e seus equipamentos;
- g) Conservar em bom estado e gerir o equipamento / o recinto no âmbito estrito das suas atividades e sem fins lucrativos;
- h) Cumprir todas as instruções do Município de Leiria, destinadas a garantir a melhor operacionalidade, designadamente a formação de pessoal, conhecimento do funcionamento, manutenção diária (se tal existir) e cumprimento das periodicidades de manutenção preventiva;
- i) Realizar as obras de conservação e reparação ordinárias do equipamento / do espaço, suportando os respetivos encargos delas decorrentes;
- j) Assegurar as condições higio-sanitárias no mercado / na feira;
- k) Promover os necessários procedimentos para atribuição e ocupação de lugares / espaços vagos;
- l) Cobrar os valores referentes a taxas legalmente devidas pelo exercício de atividade no mercado / na feira;
- m) Arrecadar todas receitas provenientes do funcionamento do mercado / da feira.

Câmara Municipal

[illegible]



Município de Leiria

Câmara Municipal

	Jardim de Infância de Reixida	2
Maceira	Escola Básica de A-dos-Pretos	5
	Escola Básica de Cavalinhos	3
	Escola Básica de Costas e Jardim de Infância de Costas	4
	Centro Escolar de Maceira	13
	Escola Básica de Porto do Carro	3
	Jardim de Infância de A-do-Barbas	2
	Jardim de Infância de A-dos-Pretos	3
	Jardim de Infância de Cavalinhos	2
	Jardim de Infância de Maceirinha	2
	Jardim de Infância de Pocariça	2
	Jardim de Infância de Porto do Carro	2
Marrazes e Barosa	Escola Básica de Gândara dos Olivais	8
	Escola Básica de Marinheiros	5
	Escola Básica de Marrazes	8
	Escola Básica de Pinheiros e Jardim de Infância de Pinheiros	6
	Escola Básica de Quinta do Alçada	6
	Escola Básica de Sismaria da Gândara	4
	Jardim de Infância de Bairro das Almuinhas	3
	Jardim de Infância de Gândara dos Olivais	5
	Jardim de Infância de Marinheiros	3
	Jardim de Infância de Marrazes	4
	Jardim de Infância da Quinta do Amparo	5
	Escola Básica de Barosa e Jardim de Infância de Barosa	9
Milagres	Escola Básica de Alcaidaria	2
	Escola Básica de Mata dos Milagres	3
	Escola Básica de Milagres	3
	Jardim de Infância de Mata dos Milagres	2
	Jardim de Infância de Milagres	2
Monte Real e Carvide	Escola Básica de Monte Real	7
	Escola Básica de Serra do Porto do Urso	3
	Jardim de Infância de Monte Real	3
	Escola Básica de Carvide	5
	Escola Básica de Outeiro Fonte	5
	Jardim de Infância de Outeiro da Fonte	3
Monte Redondo e Carreira	Centro Escolar Monte Redondo	12
	Escola Básica de Carreira e Jardim de Infância de Carreira	6
Parceiros e Azoia	Centro Escolar de Parceiros	14
	Jardim de Infância de Parceiros	4
	Jardim de Infância de Pernelhas	4
	Escola Básica de Azoia	4
	Jardim de Infância de Azoia	4
Regueira de Pontes	Escola Básica de Chãs	3



Município de Leiria

Câmara Municipal

	Escola Básica de Regueira de Pontes	3
	Jardim de Infância de Regueira de Pontes	3
Sta Catarina aa Serra e Chainça	Jardim de Infância de Magagia	3
	Escola Básica de Vale do Sumo	3
	Jardim de Infância de Loureira	3
	Jardim de Infância de Santa Catarina da Serra	3
	Jardim de Infância de Vale do Sumo / Olivais	3
	Escola Básica de Santa Catarina da Serra	5
	Escola Básica de Chainça	4
Santa Eufémia e Boa Vista	Escola Básica de Santa Eufémia	6
	Jardim de Infância de Santa Eufémia	3
	Escola Básica de Boa Vista	10
	Escola Básica de Moita da Roda e Jardim de Infância de Moita da Roda	5
	Escola Básica de Souto da Carpalhosa e Jardim de Infância	5
	Escola Básica de Vale da Pedra e Jardim de Infância	5
Souto da Carpalhosa e Ortigosa	EB1 Lameira	3
	Escola Básica de Ortigosa	5
	Jardim de Infância de Ruivaqueira	2
	Jardim de Infância de Riba d'Aves	2



Município de Leiria

Câmara Municipal

ANEXO IX | REALIZAÇÃO DE PEQUENAS REPARAÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO PRIMEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO - Termos e especificações.

Para o exercício da competência a transferir devem ser respeitados os seguintes termos e especificações:

- 1- A transferência de competências para a segunda outorgante abrange apenas as pequenas reparações.
- 2- O conceito de pequenas reparações corresponde ao disposto na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 5, prevista no SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. A referida NCP, no seu ponto 4.3, engloba neste âmbito os custos de assistência técnica e/ou manutenção corrente de um bem, que geralmente são os custos de mão-de-obra, consumíveis e pequenas peças, cuja finalidade é muitas vezes descrita como "reparação e manutenção" do bem do ativo fixo tangível.
- 3- Para efeitos da presente competência incumbe à segunda outorgante executar, através dos seus meios ou com recurso à contratação de terceiros, as seguintes intervenções:
 - a) Pintura
 - i. Pintura das salas de aula a cor branca
 - ii. Outras pinturas interiores, cor branca ou outras, desde que muito suaves
 - iii. Pinturas exteriores do edifício, cores iguais às existentes
 - iv. Pintura de muros exteriores a cor branca
 - b) Carpintaria
 - i. Substituição de vidros
 - ii. Substituição/reparação de ferragens
 - iii. Afinação de portas e janelas
 - iv. Colocação/deslocação/fixação de quadros, placards, cabides, etc.
 - v. Outras pequenas intervenções
 - c) Instalações sanitárias
 - i. Reparação ou substituição de louças sanitárias e autoclismos
 - ii. Desentupimento/limpeza de sistemas de esgotos
 - iii. Substituição ou reparação de torneiras
 - iv. Reparação das ligações de águas aos aparelhos
 - v. Colocação de tampos de sanitas
 - vi. Colocação, reparação ou substituição de porta rolos de papel higiénico, toalheiros, saboneteiras, dispensadores toalhetes, papelarias e outros equipamentos similares
 - vii. Outras pequenas reparações
 - d) Instalação elétrica
 - i. Substituição de lâmpadas e luminárias (com proteção)
 - ii. Reparação/substituição de tomadas (com alvéolos) e interruptores
 - iii. Manutenção de quadros elétricos
 - iv. Fixação ou substituição de fios soltos ou partidos, com recurso à colocação de calha técnica, se necessário
 - v. Execução de pequenas instalações, para ligação de aparelhos elétricos, exceto quando exija o reforço da potência elétrica contratualizada
 - vi. Outras pequenas reparações
 - e) Cobertura do edifício
 - i. Substituição de telhas partidas
 - ii. Limpeza de telhados
 - iii. Reparação de pequenas peças da estrutura (ripa, etc.)
 - iv. Reparação e limpeza de algeroz e tubos de queda
 - v. Outras pequenas intervenções
 - f) Serralharia
 - i. Substituição ou reparação de fechaduras e outras ferragens
 - ii. Reparação de portas, cancelas, portões, janelas e gradeamentos em ferro ou outro metal
 - iii. Reparação e colocação de vedações, vitrinas de exterior, chaveiros.



Município de Leiria

Câmara Municipal

iv. Outras pequenas reparações

g) Outras pequenas reparações

- i. Limpeza de salamandras e chaminés
- ii. Pequenas reparações dos rebocos das paredes dos edifícios e pintura das zonas reparadas
- iii. Pequenas reparações e manutenção do mobiliário (pinturas, fechaduras, puxadores, borrachas...)
- iv. Pequenas reparações e tratamento dos pisos das salas
- v. Reparação de equipamentos elétricos (ex. trituradoras, televisões, frigorífico, etc.)
- vi. Substituição de pilhas/baterias em alarmes e campainhas
- vii. Substituição de estores

h) Manutenção e reparação de equipamentos de aquecimento

i) Manutenção anual e reparação do sistema AVAC

4- Os trabalhos a executar no âmbito do exercício da competência transferida devem estar em conformidade com os normativos em vigor aplicáveis.

5- As competências a transferir no âmbito deste clausulado não incluem a manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico.

6- No âmbito do exercício da presente competência, as partes (junta de freguesia, câmara e agrupamento de escolas) devem recorrer à plataforma eletrónica de comunicação em uso para solicitação/registo das intervenções a realizar/realizadas.



Município de Leiria

Câmara Municipal

ANEXO X | MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS ENVOLVENTES DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO PRIMEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO. Termos e especificações.

Para o exercício da competência a transferir devem ser respeitados os seguintes termos e especificações:

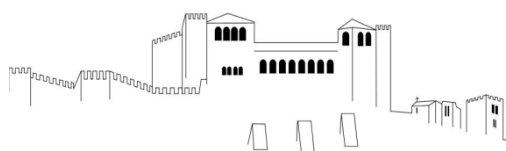
1- O exercício desta competência implica a execução de todas as tarefas necessárias à promoção da manutenção dos logradouros dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, compreendendo a limpeza, manutenção e conservação dos espaços de jogo e recreio.

2- Para efeitos da presente cláusula incumbe à segunda outorgante executar, através dos seus meios ou com recurso à contratação de terceiros, as seguintes intervenções:

- a) Espaço exterior e recreio
 - i. Limpeza do recinto;
 - ii. Regularização dos pisos dos recreios;
 - iii. Pequenas reparações em muros e vedações;
 - iv. Limpeza ou substituição das areias dos espaços de jogo e recreio;
 - v. Manutenção dos equipamentos dos espaços de jogo e recreio (balouços, escorregas, molas, torres multifunções, etc) e mobiliário urbano complementar (mesas de picnic, papelerias, bebedouros, etc.)
 - vi. Pinturas dos pavimentos dos espaços de jogos e recreio, balizas e tabelas;
 - vii. Limpeza de valetas e sumidouros;
 - viii. Limpeza e poda de árvores e arbustos;

3- Os trabalhos a executar no âmbito do exercício da competência transferida devem estar em conformidade com os normativos em vigor aplicáveis.

4- No âmbito do exercício da presente competência, as partes (junta de freguesia, câmara e agrupamento de escolas) devem recorrer à plataforma eletrónica de comunicação em uso para solicitação/registo das intervenções a realizar/realizadas.”



Município de Leiria

Câmara Municipal

DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 2020/06/15

Unidade Orgânica responsável pela deliberação | GABINETE DE APOIO À PRESIDENCIA

Epígrafe | Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril-Transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias. Minuta de Auto de transferência de recursos

Deliberação | Presente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, uma proposta de auto de transferência de recursos, que se transcreve:

“Minuta de Auto de Transferência de Recursos N.º ____/____

Entre o **Município de Leiria**, NIPC 505181266, com sede no Largo da República, na cidade de Leiria, e com o endereço eletrónico cmleiria@cm-leiria.pt, representada pelo seu Presidente, Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes, no uso das competências previstas nas alíneas a) do n.º 1 e na alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada, como Primeiro Outorgante, e a **Freguesia/União das freguesias** _____, NIPC _____ com sede em _____, na cidade de Leiria, e com o endereço eletrónico _____, representada pelo seu (sua) Presidente, _____, no uso da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, alterada, como Segunda Outorgante, é celebrado o presente auto de transferência de recursos, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, que se rege pelas seguintes cláusulas:

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1.ª | OBJETO DO AUTO DE TRANSFERÊNCIA

1. O presente auto de transferência tem por objeto a definição e quantificação dos recursos patrimoniais e financeiros que são transferidos pelo Município de Leiria para a Freguesia/União das freguesias de _____, com vista ao exercício das seguintes competências:

- a) A gestão e manutenção de espaços verdes;
- b) A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;
- c) A manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;
- d) A gestão e manutenção corrente de feiras e mercados; *(a retirar nos casos em que não foi obtido acordo)*
- e) A realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;
- f) A manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico.

2. A transferência dos recursos decorrente do presente auto não implica a transferência da propriedade das respetivas infraestruturas.

CLÁUSULA 2.ª | FORMA DO AUTO DE TRANSFERÊNCIA

O presente auto de transferência de recursos é celebrado por escrito e composto pelo respetivo clausulado.

CLÁUSULA 3.ª | DISPOSIÇÕES E CLAÚSULAS POR QUE SE REGE O ACORDO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

1. Na execução do presente acordo observar-se-ão:

- a) O respetivo clausulado e o estabelecido em todos os anexos que o integram;
- b) O Acordo de Transferência de Competências que constitui o Anexo I a este auto e que dele faz parte integrante;
- c) Regime Jurídico das Autarquias Locais;
- d) Lei n.º 50/2018, de 22 de agosto;
- e) Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril.

2. A título subsidiário observa-se ainda:

- a) O novo Código do Procedimento Administrativo;
- b) O Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III, com as devidas alterações.

CLÁUSULA 4.ª | RECURSOS

1. Para o exercício das competências previstas no n.º 1 da Cláusula 1.ª, o Município de Leiria transfere para a Freguesia de _____/ União das Freguesias de _____ os recursos expressamente identificados e quantificados no Anexo II ao presente auto de transferência e que dele faz parte integrante.

2. Os recursos destinados ao cumprimento deste auto de transferência foram acordados para o ano de 2021, mantendo-se para os anos subsequentes, caso não exista deliberação em contrário tomada por algum dos órgãos deliberativos do Município e da Freguesia de _____/ União das Freguesias de _____.

3. Os bens afetos aos imóveis onde se exercem as competências destinam-se apenas à função atribuída ao equipamento onde se encontram e ser utilizados no âmbito estrito das suas atividades e sem fins lucrativos.

4. Com a assinatura do presente auto é presente a listagem dos bens afetos os equipamentos, constituindo o ANEXO III sendo dele parte integrante, devendo as partes manter a mesma atualizada sempre que existam alterações à sua composição. *(aplicável apenas no caso dos mercados e feiras)*

CLÁUSULA 5.ª | ACOMPANHAMENTO DOS RECURSOS TRANSFERIDOS

As partes outorgantes são livres de instituir de mecanismos de monitorização do desempenho da aplicação dos recursos objeto de transferência.

CLÁUSULA 6.ª | REVERSÃO DOS BENS

1. A reversão das competências transferidas por acordo entre as partes implica o regresso para o Município dos bens patrimoniais a elas afetos, na data em que a mesma produza efeitos.

2. O acordo de reversão obedece à forma escrita.

O presente auto de transferência de recursos é constituído por ____ (_____) folhas e 3 (três) anexos e feito em duplicado, valendo as cópias como originais, destinando-se um exemplar a cada outorgante, sendo devidamente rubricado pelos seus representantes, com exceção da última folha que será por estes assinada, depois de declararem ter lido, compreendido e aceite todas as suas cláusulas.

Leiria _____ de _____ de 2020.

Pelo Município da Leiria, O Presidente da Câmara | Gonçalo Lopes

Pela Freguesia/União das Freguesias de _____, O Presidente da Junta de Freguesia |

ANEXO I - ACORDO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS

ANEXO II – RECURSOS FINANCEIROS

Freguesias/União das Freguesias	ESPAÇOS VERDES alínea a), n.º 1 do artigo 2.º	VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS alínea b), n.º 1 do artigo 2.º	MOBILIÁRIO URBANO alínea c), n.º 1 do artigo 2.º	MERCADOS E FEIRAS alínea d), n.º 1 do artigo 2.º	PEQ. REPAR. ESTABEL. ESCOL. alínea e), n.º 1 do artigo 2.º	MANUT. ENVOLVE NTE ESTABEL. ESCOLAR alínea f), n.º 1 do artigo 2.º	TOTAL GLOBAL
Amor	6 527,76 €	31 104,85 €	5 952,56 €	0,00 €	18.200,00 €	6 400,00 €	68.185,17 €
Arrabal	3 263,88 €	25 823,19 €	2 976,28 €	113,40 €	6.800,00 €	2 200,00 €	41.176,75 €
Bajouca	3 263,88 €	22 823,92 €	2 976,28 €	340,20 €	11.300,00 €	2 000,00 €	42.704,28 €
Bidoeira de Cima	3 263,88 €	24 536,45 €	2 976,28 €	1 054,62 €	12.000,00 €	2 000,00 €	45.831,23 €
Caranguejeira	6 527,76 €	44 185,66 €	5 952,56 €	340,20 €	16.200,00 €	1 300,00 €	74.506,18 €

(3)

Coimbrão	3 263,88 €	35 584,98 €	2 976,28 €	0,00 €	7.500,00 €	2 000,00 €	51.325,14 €
Colmeias e Memória	6 527,76 €	63 692,16 €	5 952,56 €	3 175,20 €	11.700,00 €	4 700,00 €	95.747,68 €
Leiria, Pousos, Barreira e Cortes	13 055,52 €	111 011,60 €	11 905,12 €	941,22 €	97.500,00 €	24 700,00 €	259.113,46 €
Maceira	9 791,64 €	76 288,94 €	8 928,84 €	5 193,72 €	35.700,00 €	10 600,00 €	146.503,14 €
Marrazes e Barosa	13 055,52 €	94 284,13 €	11 905,12 €	0,00 €	49.700,00 €	15 400,00 €	184.344,77 €
Milagres	3 263,88 €	27 163,80 €	2 976,28 €	0,00 €	8.400,00 €	3 800,00 €	45.603,96 €
Monte Real e Carvide	6 527,76 €	75 297,14 €	5 952,56 €	1 519,56 €	19.200,00 €	6 000,00 €	114.497,02 €
Monte Redondo e Carreira	6 527,76 €	64 959,26 €	5 952,56 €	3.311,28 €	17.600,00 €	2 900,00 €	101.250,86 €
Parceiros e Azoia	6 527,76 €	58 633,09 €	5 952,56 €	0,00 €	28.150,00 €	5 600,00 €	104.863,41 €
Regueira de Pontes	3 263,88 €	21 833,73 €	2 976,28 €	0,00 €	6.300,00 €	2 400,00 €	36.773,89 €
Santa Catarina da Serra e Chainça	6 527,76 €	62 097,04 €	5 952,56 €	1 587,60 €	17.800,00 €	5 700,00 €	99.664,96 €
Santa Eufémia e Boa Vista	6 527,76 €	53 325,78 €	5 952,56 €	0,00 €	23.300,00 €	4 200,00 €	93.306,10 €
Souto da Carpalhosa e Ortigosa	6 527,76 €	63 443,87 €	5 952,56 €	0,00 €	20.400,00 €	7 500,00 €	103.824,19 €
TOTAL	114 235,80 €	956 089,59 €	104 169,80 €	17.577, 00 €	407.750, 00 €	109 400,00 €	1.709.222, 19 €

ANEXO III – LISTAGEM DOS BENS AFETOS AOS EQUIPAMENTOS

Mercado Municipal de Maceira – Folha de Carga (à data da assinatura)

Mercado Municipal de Monte Real – Folha de Carga (à data da assinatura)”.
A Câmara Municipal, depois de analisar o assunto, **deliberou por unanimidade:**

- No uso da competência prevista no n.º 2 do artigo 5.º conjugada com o n.º 1 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, alterado, aprovar a Minuta do Auto de Transferência de Recursos e submetê-la à Assembleia Municipal para aprovação;
- Solicitar à Assembleia Municipal que a sua deliberação seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

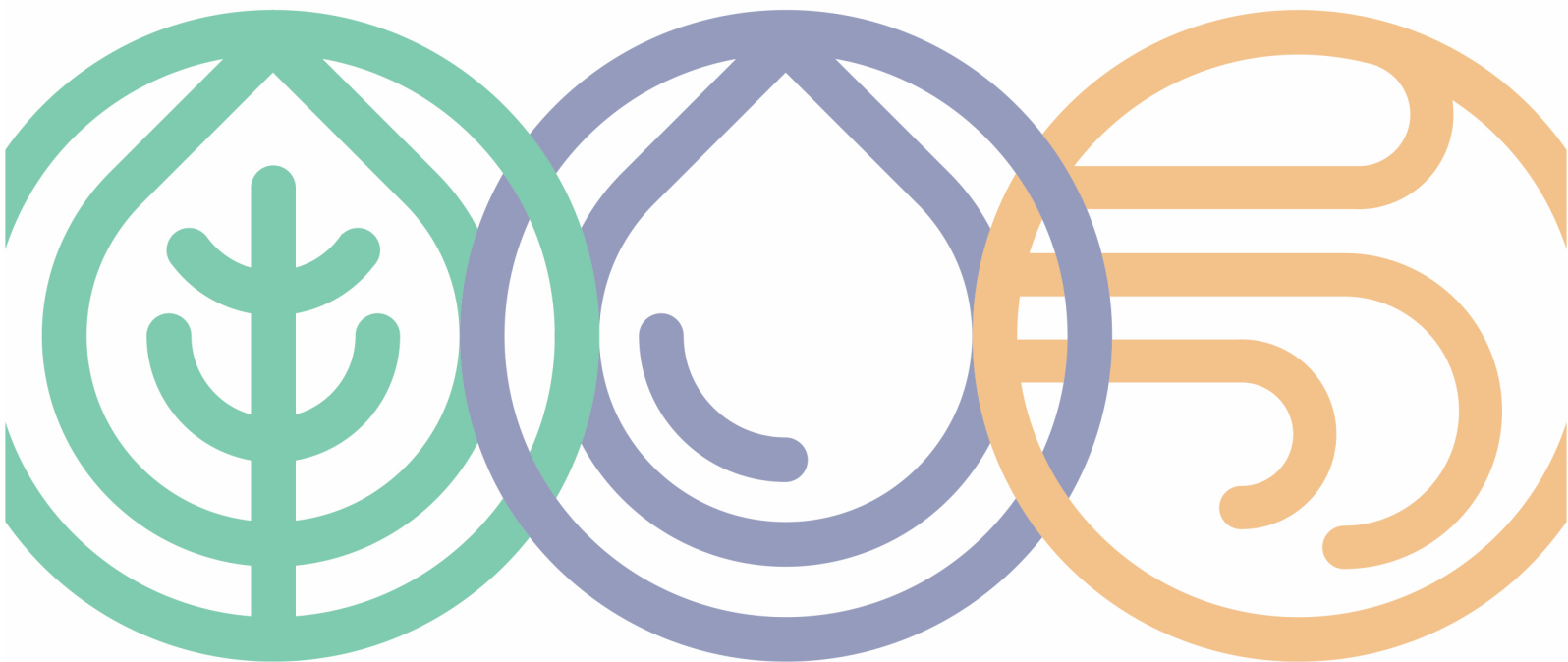
A presente deliberação foi aprovada em minuta



União das freguesias
de Marrazes e Barosa
a união faz o futuro!



Apreciação, discussão e votação do Regulamento Geral de Taxas e Preços



Regulamento Geral de Taxas e Preços



**União das freguesias
de Marrazes e Barosa**
a união faz o futuro!



Índice

PREÂMBULO	7
CAPÍTULO I	8
DISPOSIÇÕES GERAIS.....	8
Artigo 1.º	8
Lei habilitante	8
Artigo 2.º	8
Âmbito de aplicação	8
Artigo 3.º	9
Incidência objetiva.....	9
Artigo 4.º	9
Incidência subjetiva.....	9
Artigo 5.º	9
Princípios de gestão	9
Artigo 6.º	10
Fundamentação económico-financeira	10
Artigo 7.º	10
Atualização das taxas e preços.....	10
Artigo 8.º	11
Arredondamentos	11
Artigo 9.º	11
Definições	11
Artigo 10.º	11
Glossário.....	11
Artigo 11.º	11
Disponibilização do Regulamento	11
CAPÍTULO II.....	12
DIREITOS E DEVERES.....	12
Artigo 12.º	12
Deveres da UFMB.....	12
Artigo 13.º	13



Deveres dos utilizadores.....	13
Artigo 14.º	13
Direito à informação.....	13
Artigo 15.º	13
Atendimento ao público	13
CAPÍTULO III	14
DA EXECUÇÃO DO REGULAMENTO	14
Artigo 16.º	14
Forma do pedido ou requerimento.....	14
Artigo 17.º	15
Urgência	15
Artigo 18.º	15
Conferência da assinatura nos requerimentos ou petições	15
Artigo 19.º	15
Documentos originais.....	15
Artigo 20.º	16
Emissão de atestados, autorizações e licenças ou outros documentos.....	16
Artigo 21.º	16
Validade	16
Artigo 22.º	16
Renovação.....	16
Artigo 23.º	17
Caducidade das licenças.....	17
Artigo 24.º	17
Averbamentos	17
Artigo 25.º	18
Precariedade	18
Artigo 26.º	18
Cedência de instalações e equipamentos e prestação de outros serviços	18
Artigo 27.º	19
Iniciativas pontuais.....	19
Artigo 28.º	19
Valor das taxas.....	19
Artigo 29.º	19



Não incidência de adicionais.....	19
Artigo 30.º	19
Aplicação do IVA	19
Artigo 31.º	20
Liquidação e cobrança.....	20
Artigo 32.º	20
Revisão da liquidação	20
Artigo 33.º	21
Pagamento.....	21
Artigo 34.º	22
Liquidação e cobrança.....	22
Artigo 35.º	22
Incumprimento de pagamentos.....	22
Artigo 36.º	23
Recuperação de créditos por dívidas	23
Artigo 37.º	23
Extinção do procedimento	23
CAPÍTULO IV	24
ISENÇÕES E REDUÇÕES.....	24
Artigo 38.º	24
Disposição geral das isenções	24
Artigo 39.º	24
Isenções objetivas.....	24
Artigo 40.º	25
Isenções subjetivas.....	25
Artigo 41.º	25
Reconhecimento das isenções	25
Artigo 42.º	25
Cumulação de isenções.....	25
CAPÍTULO V	26
FISCALIZAÇÃO E REGIME SANCIONATÓRIO	26
Artigo 43.º	26
Fiscalização.....	26



Artigo 44.º	26
Instauração e instrução de contraordenações.....	26
Artigo 45.º	26
Responsabilidade contraordenacional.....	26
Artigo 46.º	27
Contraordenações e coimas	27
Artigo 47.º	27
Sanções na utilização de instalações e outros serviços.....	27
Artigo 48.º	28
Sanções acessórias	28
Artigo 49.º	28
Dever de participação	28
Artigo 50.º	28
Instrução do processo.....	28
Artigo 51.º	29
Apreensão provisória de objetos.....	29
Artigo 52.º	29
Direito de audição do arguido.....	29
Artigo 53.º	29
Registo das penas.....	29
CAPÍTULO VI.....	30
DISPOSIÇÕES FINAIS E COMPLEMENTARES.....	30
Artigo 54.º	30
Publicidade.....	30
Artigo 55.º	30
Caducidade do direito à liquidação	30
Artigo 56.º	30
Prescrição	30
Artigo 57.º	30
Garantias	30
Artigo 58.º	31
Direito subsidiário	31
Artigo 59.º	31
Interpretação e integração de lacunas.....	31



União das freguesias
de Marrazes e Barosa
a união faz o futuro!



Artigo 60.º	31
Disposição revogatória	31
Artigo 61.º	31
Entrada em vigor	31
ANEXO I - TABELA DE TAXAS E PREÇOS da União das Freguesias de Marrazes e Barosa.....	33
ANEXO II - Fundamentação económico-financeira.....	40
ANEXO II – FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DAS TAXAS E LICENÇAS COBRADAS na União das Freguesias de Marrazes e Barosa.....	41



PREÂMBULO

O presente projeto de Regulamento e Tabela de Taxas são elaborados ao abrigo da legislação nacional, nomeadamente do artigo 241.º, da Constituição da República e da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que institui o Regime Jurídico das Autarquias Locais.

O Regulamento Geral de Taxas e Preços aplica-se a todas as utilidades prestadas pela União das Freguesias de Marrazes e Barosa aos cidadãos.

Na atualização das taxas em vigor e fixação das novas taxas foi assegurado o disposto nos artigos 8.º e 9.º da Lei n.º 53-E/2006, nomeadamente no que respeita à fundamentação económico-financeira subjacente aos valores apurados em estudo económico e financeiro, expressamente elaborado para o efeito e aprovado em simultâneo com o presente projeto de Regulamento e Tabela de Taxas.

Salienta-se que o valor das taxas teve em consideração:

- os custos com a atividade pública local, o benefício auferido pelo particular ou ainda critérios de incentivo ou de desincentivo, pelo impacto negativo de natureza ambiental, social, urbanístico ou outro que certas atividades causam;
- os princípios da equivalência jurídica, da legalidade, da estabilidade orçamental, da autonomia financeira, da transparência e da justa repartição dos encargos públicos;
- o alinhamento de valores das taxas cobradas pelas freguesias limítrofes, por forma a evitar situações de desigualdade que a continuidade geográfica das freguesias e que a mobilidade dos cidadãos residentes, não poderiam justificar.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, o presente projeto de Regulamento foi submetido a discussão pública, que decorreu entre 25 de novembro de 2019 e 24 de dezembro de 2019, e após introdução dos contributos relevantes para aperfeiçoamento do mesmo, o Executivo da Junta da União das Freguesias de Marrazes e Barosa deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 16º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aceitar o mesmo e submeter o presente projeto de Regulamento e Tabela de Taxas à aprovação da Assembleia de Freguesia.



CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Lei habilitante

1. O presente Regulamento é elaborado ao abrigo e nos termos da seguinte legislação:
 - a. Artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa;
 - b. Alíneas d) e f) do n.º 1 do artigo 9.º e alínea h) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais;
 - c. Artigo 24.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que criou o Regime Financeiro das Autarquias Locais;
 - d. Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, instituído pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro;
 - e. Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, que estabelece o Código do Procedimento Administrativo;
 - f. Lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro;
 - g. Decreto-Lei no 433/99, de 26 de outubro, que estabelece o Código do Procedimento e de Processo Tributário;
 - h. Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, conhecido por “Licenciamento Zero”, e legislação subsequente relacionada (nomeadamente o Decreto-Lei n.º 10/2015 de 16 de janeiro, que regula o acesso às atividades económicas do comércio, serviços e restauração).

Em tudo quanto for omissa neste Regulamento, são aplicáveis as disposições legais em vigor.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

O presente Regulamento, incluindo a Tabela anexa que dele faz parte integrante, estabelece as normas que regulam as relações jurídico-tributárias entre a União das Freguesias de Marrazes e Barosa (UFMB) e o particular, geradoras de direitos e obrigações no âmbito da incidência, liquidação e cobrança de taxas e preços, e respetivas isenções e reduções, resultantes da concessão de licenças, da prática de atos administrativos, da prestação de serviços e da utilização de bens do património e sob jurisdição da União das Freguesias de Marrazes e Barosa.



Artigo 3.º

Incidência objetiva

As taxas previstas no presente Regulamento e Tabela de Taxas incidem sobre a prestação concreta de um serviço público local, sobre a utilização privada de bens do domínio público ou privado da autarquia ou sobre a remoção de um obstáculo jurídico, de agora em diante, abreviado para utilidades prestadas.

Artigo 4.º

Incidência subjetiva

1. O sujeito ativo da relação jurídico-tributária geradora da obrigação do pagamento das taxas previstas na Tabela anexa ao presente Regulamento é a UFMB.
2. O sujeito passivo da relação jurídico-tributária geradora da obrigação do pagamento das taxas previstas na Tabela anexa ao presente Regulamento é a pessoa singular ou coletiva e outras entidades legalmente equiparadas que, nos termos da lei e do presente Regulamento, estejam vinculados ao cumprimento da prestação tributária mencionada no artigo anterior.
3. Caso sejam vários os sujeitos passivos, todos são solidariamente responsáveis pelo pagamento, salvo disposição em contrário.
4. Estão sujeitos ao pagamento de taxas das autarquias locais o Estado, as Regiões Autónomas, as autarquias locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades que integram o setor empresarial do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais.

Artigo 5.º

Princípios de gestão

A prestação de serviço público da União das Freguesias de Marrazes e Barosa obedece aos seguintes princípios:

- a) Princípio da satisfação do cidadão;
- b) Princípio da universalidade e da igualdade de acesso;
- c) Princípio da qualidade e da continuidade do serviço e da proteção dos interesses dos utilizadores;
- d) Princípio da transparência na prestação de serviços;
- e) Princípio da proteção da saúde pública, bem-estar social e do ambiente;
- f) Princípio da garantia da eficiência e melhoria contínua na utilização dos recursos afetos, respondendo à evolução das exigências técnicas, de sistemas de informação e às melhores técnicas



ambientais disponíveis;

- g) Princípio da promoção da solidariedade económica e social, do correto ordenamento do território e do desenvolvimento local;
- h) Princípio da sustentabilidade económica e financeira dos serviços;
- i) Princípio do utilizador pagador.

Artigo 6.º

Fundamentação económico-financeira

O valor das taxas e outras receitas foi fixado de acordo com o princípio da proporcionalidade, tendo em conta o custo da atividade pública local, designadamente os custos diretos e indiretos, os encargos financeiros, amortizações e investimentos realizados ou a realizar, e o benefício auferido pelo particular, bem como, em casos específicos, de incentivo ou desincentivo à prática de certos atos e operações, conforme Tabela de Taxas e Fundamentação Económico-Financeira das Taxas e Preços, anexos ao presente Regulamento.

Artigo 7.º

Atualização das taxas e preços

1. Os valores das taxas e dos elementos constituintes das respetivas fórmulas previstos na Tabela de Taxas anexa ao presente Regulamento são atualizados:
 - a) Anualmente, por previsão orçamental, de acordo com a taxa de variação média dos últimos 12 meses do índice de preços ao consumidor publicada pelo Instituto Nacional de Estatística;
 - b) Automaticamente, com a entrada em vigor de disposição legal que determine o seu quantitativo.
2. Independentemente da atualização referida no ponto anterior, pode a UFMB, sempre que o achar justificável, propor à Assembleia de Freguesia a atualização extraordinária e/ou a alteração da Tabela de Taxas anexa ao presente Regulamento.
3. A tabela atualizada depois, de aprovada pelo Executivo, será publicitada nos termos legais, após o que entrará em vigor.



Artigo 8.º

Arredondamentos

Os valores resultantes das fórmulas de apuramento das taxas e preços, nos termos da fundamentação económico-financeira ou sua atualização, são arredondados por defeito à centésima de euro.

Artigo 9.º

Definições

Para efeitos de aplicação do presente Regulamento, entende-se por:

- a) Particular – pessoa singular ou conjunto de pessoas singulares, utilizadoras dos serviços UFMB;
- b) Organização com fins lucrativos – entidade coletiva de direito privado, dotada de personalidade jurídica, organizada com vista à concretização de um determinado fim económico, com finalidade lucrativa, utilizadora dos serviços da UFMB;
- c) Organização sem fins lucrativos – entidade coletiva de direito privado, dotada de personalidade jurídica que visa a consecução de um objetivo comum aos seus membros, sem finalidade lucrativa, utilizadora dos serviços da UFMB;
- d) Cidadão(s) – tem o mesmo significado que particular;
- e) Documentos – utilidades prestadas pela UFMB, como atestados, autorizações e licenças ou outros documentos para efeitos específicos.

Artigo 10.º

Glossário

Para efeitos de aplicação do presente Regulamento, as presentes siglas têm o seguinte significado:

- a) UFMB – União das Freguesias de Marrazes e Barosa;
- b) Tabela Taxas – Tabela de Taxas e Preços.

Artigo 11.º

Disponibilização do Regulamento

O Regulamento, Tabela de Taxas e Fundamentação Económico-Financeira encontram-se disponíveis no sítio da internet da UFMB e nos serviços de atendimento, sendo neste último caso, fornecidas cópias de exemplares, mediante o pagamento da quantia definida na Tabela de Taxas em vigor, e permitida a sua consulta gratuita.



CAPÍTULO II

DIREITOS E DEVERES

Artigo 12.º

Deveres da UFMB

Compete à UFMB, designadamente:

- a) Assegurar utilidade pública com qualidade, nos termos fixados na legislação em vigor;
- b) Garantir a qualidade, a regularidade e a continuidade dos serviços, salvo casos excecionais expressamente previstos neste Regulamento e na legislação em vigor;
- c) Assumir a responsabilidade da conceção, construção e exploração dos ativos necessários ao desenvolvimento das competências, bem como mantê-los em bom estado de funcionamento e conservação;
- d) Promover a atualização tecnológica dos sistemas, nomeadamente quando daí resulte um aumento da eficiência técnica e da qualidade ambiental das suas utilidades prestadas;
- e) Promover a atualização anual da tabela de taxas e assegurar a sua divulgação junto dos utilizadores, designadamente nos postos de atendimento e no seu sítio na internet;
- f) Proceder em tempo útil à emissão das guias de recebimento, faturas ou documento equivalente, correspondentes aos serviços prestados e à respetiva cobrança;
- g) Disponibilizar meios de pagamento que permitam aos utilizadores cumprir as suas obrigações com o menor incómodo possível;
- h) Dispor de serviços de atendimento aos utilizadores;
- i) Manter um registo atualizado dos processos das reclamações dos utilizadores e garantir a sua resposta no prazo legal;
- j) Prestar informação essencial sobre a sua atividade;
- k) Cumprir e fazer cumprir o presente Regulamento.



Artigo 13.º

Deveres dos utilizadores

Compete aos utilizadores, designadamente:

- a) Cumprir o presente Regulamento;
- b) Não fazer uso indevido ou danificar quaisquer ativos objeto da sua utilização;
- c) Manter em bom estado de funcionamento dos ativos objeto da sua utilização;
- d) Avisar a UFMB de eventuais anomalias de que tomem conhecimento;
- e) Pagar pontualmente as importâncias devidas, nos termos da legislação em vigor, do presente Regulamento.

Artigo 14.º

Direito à informação

1. Os utilizadores têm o direito a ser informados de forma clara e conveniente pela UFMB sobre as condições em que os serviços são prestados e as taxas e preços aplicáveis.
2. A UFMB dispõe de um sítio na internet no qual é disponibilizada a informação essencial sobre a sua atividade, designadamente:
 - a) Identificação da UFMB, suas competências e âmbito de atuação;
 - b) Relatório e contas ou documento equivalente de prestação de contas;
 - c) Regulamento dos serviços;
 - d) Tabela de Taxas e Preços;
 - e) Condições relativas à prestação dos serviços aos utilizadores;
 - f) Indicadores de qualidade do serviço prestado aos utilizadores;
 - g) Informações sobre interrupções dos serviços;
 - h) Contactos e horários de atendimento.

Artigo 15.º

Atendimento ao público

1. A UFMB dispõe de locais de atendimento ao público e de um serviço de atendimento telefónico, através dos quais os utilizadores a podem contactar diretamente.
2. Pode a UFMB dispor igualmente de um serviço de atendimento através do seu sítio na internet ou outra plataforma eletrónica adequada para o efeito.
3. O atendimento ao público é efetuado nos dias úteis, de acordo com o horário publicitado no sítio da internet e nos serviços da UFMB.



CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO DO REGULAMENTO

Artigo 16.º

Forma do pedido ou requerimento

1. Todos os interessados, para a atribuição de atestados, autorizações e licenças ou outros documentos emitidos pelos serviços da UFMB, deverão apresentar o seu pedido por escrito nos serviços da UFMB, dirigido ao Presidente da União de Freguesias, salvo nos casos e condições em que a lei admita a sua formulação:
 - a) Verbal ou telefónica;
 - b) Através de plataforma eletrónica, quando disponível.
2. Entre outros dados, a apresentação de requerimento deve conter as seguintes menções:
 - a) A indicação do órgão ou serviço a que se dirige;
 - b) A identificação do requerente, com indicação do nome completo, número do Bilhete de Identidade e de contribuinte, ou do Cartão de Cidadão, residência, contactos (telefone, e-mail e telemóvel) e qualidade em que intervém;
 - c) A exposição dos factos em que se baseia o pedido e, quando tal seja possível ao requerente, os respetivos fundamentos de direito;
 - d) A indicação da pretensão em termos claros e precisos;
 - e) A data e a assinatura do requerente ou de outrem a seu rogo.
3. O requerimento pode ser apresentado em mão, enviado por correio, fax, e-mail ou outros meios eletrónicos disponíveis.
4. Os requerimentos dirigidos à UFMB devem ser, em regra, feitos nos modelos normalizados em uso nos serviços da União das Freguesias, quando existam, sem prejuízo das prerrogativas concedidas pelo Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de março.
5. Os requerimentos apresentados eletronicamente contêm o formato definido, para cada caso, nas respetivas plataformas eletrónicas, quando estas se encontrem disponíveis para o efeito.
6. Os requerimentos devem ser apresentados com a antecedência identificada, nos regulamentos específicos, relativamente ao ato ou facto objeto do pedido, sob pena de causar atrasos na sua entrega, ou de poderem ser liminarmente rejeitados pelos serviços.



7. Os impressos dos pedidos e requerimentos tipo, das utilidades prestadas pela UFMB, podem ser obtidos diretamente nos serviços de atendimento, ou em plataforma eletrónica que se encontre disponível para o efeito, nomeadamente, no sítio da UFMB.

Artigo 17.º

Urgência

1. Considera-se urgência, todos os pedidos solicitados para emissão de documentos num prazo de 24 horas.
2. Sempre que o interessado requeira urgência na emissão de documento, será devida uma sobretaxa de montante igual a 100% do valor da taxa aplicável, sendo dada indicação desta solicitação e sobretaxa devida no respetivo requerimento.

Artigo 18.º

Conferência da assinatura nos requerimentos ou petições

Salvo quando a lei expressamente imponha o reconhecimento notarial da assinatura nos requerimentos ou petições, aquela, sempre que exigível, será conferida pelos serviços recebedores, contra a exibição do Bilhete de Identidade, Cartão de Cidadão ou Passaporte do signatário do documento, devendo o funcionário recebedor apor a sua rubrica e respetiva identificação, como forma de evidência de conferência.

Artigo 19.º

Documentos originais

1. É obrigatória, para a instrução de processos gratuitos, a apresentação dos documentos originais ou fotocópia certificada dos mesmos.
2. Se o documento autêntico ou autenticado constar em arquivo, o funcionário competente aporá a sua assinatura na respetiva fotocópia, declarando a sua conformidade com o original.
3. As fotocópias de documentos reconhecidos nos termos dos números anteriores não produzem fé pública.



Artigo 20.º

Emissão de atestados, autorizações e licenças ou outros documentos

1. Os atestados, autorizações e licenças ou outros documentos emitidos pela UFMB só podem ser emitidos após liquidação e bom pagamento do valor das taxas respetivas, anexas ao presente Regulamento.
2. Na sequência do deferimento de pedido ou requerimento, os serviços da UFMB asseguram a emissão do documento respetivo, na qual deve constar:
 - a) A identificação do titular – nome, morada ou sede e número de identificação fiscal;
 - b) O objeto e âmbito do documento, sua localização e característica;
 - c) As condições específicas ou impostas, caso aplicáveis;
 - d) A validade do documento, bem como o seu número de ordem;
 - e) A identificação do serviço emissor.

Artigo 21.º

Validade

1. Todos os documentos emitidos pela UFMB têm o prazo de validade neles constantes.
2. As licenças concedidas ao abrigo da Tabela de Taxas caducam no final do ano civil a que respeitam, salvo se outro prazo lhe for expressamente fixado, caso em que caducarão no dia indicado na licença respetiva.
3. Sempre que tal se justifique, poderão ser emitidas licenças com prazo de validade inferior a um ano.
4. O cômputo do termo dos prazos das licenças e autorizações conta-se nos termos da alínea c) do artigo 279.º do Código Civil.

Artigo 22.º

Renovação

1. Todos os documentos emitidos pelo UFMB, objeto de renovação, consideram-se emitidos nas condições em que foram concedidos os correspondentes documentos iniciais.
2. Salvo determinação de vontade em contrário, os documentos com carácter periódico e regular consideram-se automaticamente renovados por bom pagamento das respetivas taxas, pressupondo-se a inalterabilidade dos termos e condições dos respetivos documentos.
3. A falta de interesse na renovação implica pedido expresso formal e tem como consequência o cancelamento da licença ou autorização, que produz efeitos para o período imediatamente a



seguir.

4. Tem igualmente como consequência o cancelamento da licença ou autorização o não pagamento das taxas devidas.
5. Para efeitos do presente Regulamento, quando o interessado proceda à adequada identificação do documento e à remessa, por cheque ou vale postal, transferência bancária ou outro meio de pagamento válido, da importância correspondente ao valor da taxa devida pela renovação da licença, atestado, autorização ou outro documento, este é renovado, e é enviado por correio se o particular juntar um envelope devidamente estampilhado.
6. Excetuam-se do ponto anterior os casos em que é obrigatória por lei a submissão de novo requerimento.

Artigo 23.º

Caducidade das licenças

Os documentos emitidos pela UFMB, caducam nas seguintes condições:

- a) Quando os respetivos titulares dos documentos tenham solicitado o seu cancelamento, antes de expirado o respetivo prazo;
- b) Por decisão da UFMB, nos casos de alteração dos requisitos de base do titular ou incumprimento de condições legais;
- c) Por ter expirado o respetivo prazo, no caso de documentos não renováveis automaticamente.

Artigo 24.º

Averbamentos

1. Mediante requerimento fundamentado e instruído com a apresentação dos documentos autênticos ou autenticados, poderá ser autorizado o averbamento dos procedimentos e restantes títulos emitidos pela UFMB.
2. Os pedidos de averbamento de titular de licença devem ser apresentados no prazo de trinta dias a contar da verificação dos factos que o justifiquem, sob pena de caducidade.
3. As pessoas singulares ou coletivas que transfiram a propriedade, as instalações ou cedam explorações, têm de autorizar o averbamento a favor das pessoas a quem fizeram as transmissões.



Artigo 25.º

Precariedade

Salvo o disposto em lei especial, todos os licenciamentos, autorizações, atestados ou outros documentos emitidos pela UFMB, que sejam considerados precários por disposição legal, por regulamento ou pela natureza dos bens em causa, podem cessar por motivos de interesse público devidamente fundamentado, sem que haja lugar a indemnização, sem prejuízo da restituição do valor correspondente à taxa no montante proporcional à fração de tempo não utilizada.

Artigo 26.º

Cedência de instalações e equipamentos e prestação de outros serviços

1. A cedência de instalações e equipamentos da Junta da União das Freguesias ou sob gestão da mesma é realizada a título temporário ou permanente, e mediante o pagamento dos valores estabelecidos na Tabela de Taxas e Preços anexa ao presente Regulamento.
2. A cedência de espaços e equipamentos a título temporário destina-se à realização, por particulares ou entidades coletivas, de atividades e eventos de natureza desportiva, social, cultural e recreativa.
3. A utilização dos espaços e equipamentos a título temporário é realizada nos horários estabelecidos para o efeito pela Junta da União das Freguesias, estando sujeita à verificação de disponibilidade dos mesmos.
4. Pode ser realizada reserva prévia dos horários pretendidos para utilização das instalações ou equipamentos, a qual apenas se tornará efetiva após cobrança integral ou parcial (sob a forma de sinal) dos respetivos valores.
5. A utilização das instalações e equipamentos é cedida mediante assinatura de termo de responsabilidade relativamente a qualquer dano que possa ocorrer no espaço ou equipamento cedido, devendo o mesmo ser restituído nas mesmas condições em que foi entregue.
6. No caso de cedência de espaços a título permanente, realizada mediante o pagamento do valor mensal estipulado para o efeito na Tabela de Taxas e Preços anexa ao presente Regulamento, é celebrado um protocolo entre a Junta de Freguesia e a entidade requerente, especificando as respetivas condições, nomeadamente o prazo de vigência do mesmo e a responsabilidade por eventuais danos materiais.
7. Na cedência de viaturas, todas as despesas relativas a portagens, combustível e eventuais coimas são da responsabilidade da entidade requerente.



Artigo 27.º

Iniciativas pontuais

A Junta da União das Freguesias pode estabelecer a realização de iniciativas pontuais não contempladas no presente Regulamento, mediante definição do respetivo quadro normativo e de uma grelha padrão de apuramento dos respetivos custos e taxas ou preços aplicar, a aprovar pelo órgão executivo e a publicar oportunamente nos meios adequados para efeito.

Artigo 28.º

Valor das taxas

1. O valor das taxas a cobrar pela UFMB é apresentado na Tabela de Taxas e Preços em Anexo I e faz parte integrante deste Regulamento.
2. A fundamentação económico-financeira e fórmula de cálculo das taxas encontram-se no Anexo II a este Regulamento, do qual é parte integrante.

Artigo 29.º

Não incidência de adicionais

Salvo legislação em contrário, sobre as taxas e preços não recai qualquer adicional para o Estado, ou outras entidades públicas, pelo que os montantes cobrados constituem única e exclusivamente receita da UFMB.

Artigo 30.º

Aplicação do IVA

1. Nas taxas e preços sujeitos ao imposto sobre o valor acrescentado (IVA), ao valor indicado acresce o valor deste imposto, de acordo com a taxa em vigor.
2. A tabela de taxas e preços, identifica a sujeição ou não do IVA, através de alíneas com o seguinte designativo:
 - a) Nor – com IVA à taxa normal;
 - b) Red – com IVA à taxa reduzida;
 - c) Ise – isento de IVA;
 - d) Não – não sujeito.



Artigo 31.º

Liquidação e cobrança

1. A liquidação é o ato tributário através do qual é fixado o montante a pagar pelo cidadão, sendo efetuado pelo serviço ao qual, na orgânica da Junta da União das Freguesias, tenha sido atribuída essa competência.
2. A liquidação e o pagamento são efetuados, sempre que possível, aquando da apresentação do pedido, requerimento ou autorização ou ato pretendido.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as taxas devem ser liquidadas antes da concessão das licenças, atestados, autorizações ou outros documentos solicitados à UFMB antes de praticados ou verificados os atos a que respeitam.
4. A liquidação das taxas e preços, não precedida de processo é efetuada nos respetivos documentos de cobrança.
5. Os valores previstos na Tabela de Taxas e Preços anexa ao presente Regulamento são acrescidos de imposto de valor acrescentado (IVA) e de imposto de selo, quando legalmente devidos.
6. Os valores determinados após aplicação do IVA são arredondados por excesso, para a segunda casa decimal.
7. De todas as taxas e preços cobrados pela UFMB será emitida guia de recebimento ou documento equivalente que comprove o respetivo pagamento, nomeadamente recibo, emitido pelo serviço competente.
8. O funcionário responsável pela tramitação dos processos em que é feita a liquidação deve anexar ao mesmo cópia do documento de cobrança ou nota com a sua cabal informação.
9. No âmbito dos regimes previstos pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, o pagamento das taxas é efetuado da seguinte forma:
 - a) Se o procedimento for realizado presencialmente, o pagamento é efetuado pelos meios disponíveis na UFMB;
 - b) Se o procedimento for realizado eletronicamente, a UFMB tem cinco dias para notificar o requerente, para o e-mail indicado pelo mesmo aquando da submissão do formulário, com o montante e formas de pagamento.

Artigo 32.º

Revisão da liquidação

1. Verificando-se que, na liquidação de taxas e demais receitas, se cometeram erros ou omissões, dos quais tenham resultado prejuízos para UFMB, sem prejuízo de procedimentos por contraordenação, quando tal se justifique, promove-se, de imediato a liquidação adicional, desde



que ainda não decorrido o respetivo prazo de caducidade.

2. O devedor é notificado dos fundamentos da liquidação adicional e do montante a pagar no prazo de 15 (quinze dias) sob pena de, não o fazendo, se proceder à cobrança coerciva.
3. Da notificação deverão constar os fundamentos da liquidação adicional, o montante, o prazo para pagar e ainda que o não pagamento, findo aquele prazo, implica a cobrança coerciva nos termos deste Regulamento.
4. Quando haja sido liquidado quantia superior à devida, deverão os serviços promover, independentemente da reclamação do interessado, e mediante despacho do Presidente da Junta da União das Freguesias, a restituição imediata ao interessado da importância cobrada a mais.
5. Não se procede a liquidação adicional ou restituição se o seu quantitativo for igual ou inferior ao valor de 2,50€ (dois euros e cinquenta cêntimos).

Artigo 33.º

Pagamento

1. Salvo disposição em contrário em regulamento próprio, o pagamento das taxas e preços será efetuado antes ou no momento da execução do ato ou serviço a que respeitem.
2. As taxas e preços são pagos em moeda corrente, por numerário, cheque, transferência bancária ou multibanco ou por outros meios utilizados pelos serviços dos correios ou pelas instituições de crédito que a lei expressamente autorize.
3. Quando a liquidação dependa de organização de processo especial ou de prévia informação de serviços oficiais, e salvo disposição em contrário, o pagamento das taxas deve ser efetuado no prazo de oito dias, a contar da data do aviso que comunica o deferimento do pedido.
4. O pagamento pode ser efetuado pelos meios admitidos na lei, considerando-se a prestação tributária extinta quando confirmada a boa cobrança.
5. O pagamento pode ser efetuado:
 - a) Diretamente nos serviços de atendimento;
 - b) Por transferência bancária, devendo, neste caso, o sujeito passivo remeter à UFMB comprovativo da mesma e após crédito em conta;
 - c) Na rede caixa multibanco, por referência bancária, quando disponível;
6. Exceto no caso de dedução de reclamação ou impugnação e prestação de garantia idónea, nos termos da lei, a prática de ato ou utilização de facto sem o prévio pagamento das taxas respetivas constitui facto contraordenacional.



Artigo 34.º

Liquidação e cobrança

1. O Presidente da Junta pode autorizar o pagamento em prestações, até ao máximo de 6 (seis), nos termos da Lei Geral Tributária e do Código do Procedimento e de Processo Tributário, desde que se encontrem reunidas as condições para o efeito, designadamente comprovação da situação económica do requerente que não lhe permite o pagamento integral da dívida de uma só vez, no prazo estabelecido para pagamento voluntário.
2. Cada uma das prestações não poderá ser inferior a 25,00€ (vinte e cinco euros).
3. Os pedidos de pagamento em prestações devem conter a identificação do requerente, a natureza da dívida e o número de prestações pretendidas, os motivos que fundamentam o pedido, e sempre que solicitado, documentos comprovativos.
4. No caso do deferimento do pedido, ao valor de cada prestação acrescem os juros legais, contados sobre o respetivo montante, desde o termo do prazo para pagamento voluntário até à data do pagamento efetivo de cada uma das prestações.
5. A falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das seguintes.
6. O Presidente da Junta da União das Freguesias apenas autoriza que o pagamento da taxa ou preço devido seja feito em prestações, desde que o seu valor anual exceda os 1.000,00€ (mil euros).
7. As prestações deverão ser de valores iguais ou múltiplos daqueles, com exceção da primeira prestação, onde se farão os acertos necessários para o efeito.
8. A periodicidade entre cada prestação, qualquer que seja o seu número, não poderá ser superior a dois meses.

Artigo 35.º

Incumprimento de pagamentos

1. São devidos juros de mora pelo cumprimento extemporâneo da obrigação de pagamento das taxas.
2. A taxa de juro de mora a aplicar é definida, para cada ano, pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), através de Aviso publicado em Diário da República, até ao dia 31 de dezembro do ano anterior.
3. Estão isentas de juros de mora as dívidas abrangidas por legislação especial em que se faça expressa referência, quer à não sujeição a juros de mora, quer a outro procedimento relativo à falta de pagamento nos prazos estabelecidos.
4. As dívidas que não foram pagas voluntariamente são objeto de cobrança coerciva através de processo de execução fiscal, nos termos do Código do Procedimento e de Processo Tributário.



Artigo 36.º

Recuperação de créditos por dívidas

1. Mediante deliberação da Junta da União das Freguesias, os créditos por dívidas podem ser objeto de medidas excecionais de diferimento de pagamento ou de redução de valor.
2. O acesso a estas medidas excecionais depende da apresentação de requerimento, por parte do devedor, e, salvo no caso de pagamento imediato, do compromisso expresso de cumprimento futuro das suas obrigações tributárias para com a UFMB.
3. As dívidas abrangidas pela presente disposição tornar-se-ão exigíveis quando:
 - a) Deixar de ser efetuado o pagamento integral e pontual das prestações nela previstas;
 - b) O devedor incorra em incumprimento de qualquer outra obrigação tributária para com a UFMB.
4. O diferimento do pagamento dos créditos, incluindo os créditos por juros vencidos e vincendos, assumirá a forma de pagamento em prestações mensais iguais, no máximo de 60 (sessenta). O número de prestações concedido para o pagamento dependerá de:
 - a) Capacidade financeira do devedor;
 - b) Montante da dívida, não podendo cada prestação ter montante inferior a 50,00€ (cinquenta euros);
 - c) Circunstâncias determinantes da origem das dívidas.
5. O pagamento de cada prestação será efetuado até ao final do mês a que diga respeito.
6. Quando, por motivo não imputável ao devedor, o pagamento não tenha sido efetuado no prazo previsto no número anterior, poderá ser requerida a relevação do atraso, desde que o pagamento se efetue nos primeiros cinco dias úteis do mês seguinte.
7. O prazo de prescrição das dívidas suspende-se durante o período de pagamento em prestações.

Artigo 37.º

Extinção do procedimento

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte e no artigo 38º, o não pagamento das taxas e outras receitas da Junta da União das Freguesias no prazo estabelecido para o efeito implica a extinção do procedimento.
2. Poderá o interessado obstar à extinção do procedimento, desde que efetue o pagamento da quantia liquidada nos quinze dias seguintes ao termo do prazo de pagamento respetivo.



CAPÍTULO IV

ISENÇÕES E REDUÇÕES

Artigo 38.º

Disposição geral das isenções

1. As isenções e reduções previstas na presente parte e tabela de taxas e preços anexa ao presente Regulamento foram ponderadas em função da relevância da atividade desenvolvida pelos respetivos sujeitos passivos e do seu reflexo no interesse público local, das atribuições e competências da UFMB que se pretendem fomentar, do desenvolvimento sustentável, da promoção de procedimentos de simplificação administrativa, da implementação de utilização de novos meios de comunicação, dos princípios gerais do direito administrativo e das preocupações sociais de proteção e apoio aos estratos sociais mais desfavorecidos.
2. As isenções não dispensam a obrigatoriedade de os interessados requererem à UFMB as necessárias licenças e ou autorizações, quando devidas, nos termos da lei ou de disposição regulamentar.
3. As isenções referidas devem ser requeridas à UFMB, acompanhadas dos documentos comprovativos das situações invocadas.
4. As falsas declarações integram o crime de falsificação de documentos previsto no Código Penal, e obrigam à devolução, em quintuplicado, da isenção ou redução concedida, para além de suspensão do procedimento até à regularização da situação.
5. Salvo disposição legal ou regulamentar diversa, e sem prejuízo de eventual delegação no Presidente da Junta, compete à Junta da União das Freguesias deliberar sobre as isenções a aplicar.
6. Previamente à decisão ou deliberação de isenção ou de redução, devem os serviços competentes, no respetivo processo, informar fundamentadamente o pedido.

Artigo 39.º

Isenções objetivas

1. As isenções objetivas respeitam essencialmente às atividades que se visam promover, pelo seu interesse, o desenvolvimento económico sustentável, o bem-estar social, o ambiente, a educação e a cultura.
2. Estão isentos do pagamento de taxa:



- a) O registo e licença de cães-guia e de animais recolhidos em instalações pertencentes a sociedades zoófilas legalmente constituídas e sem fins lucrativos e nos canis municipais;
- b) Qualquer outro processo, que a lei contemple.

Artigo 40.º

Isenções subjetivas

Estão isentos do pagamento de taxas, para além dos casos previstos por lei:

- a) As pessoas com deficiência com grau de incapacidade superior a 60%, devidamente comprovada;
- b) As pessoas em situação de insuficiência económica devidamente comprovada;
- c) Outras entidades, particulares ou coletivas, no âmbito do presente Regulamento e respetiva Tabela anexa, quando no âmbito de atividades ou situações consideradas pela UFMB de interesse autárquico, em linha com as suas orientações estratégicas e políticas sociais e de gestão, analisadas, caso a caso e, devidamente fundamentadas.

Artigo 41.º

Reconhecimento das isenções

1. As isenções referidas são reconhecidas pelo serviço competente para a liquidação da taxa e são de reconhecimento automático e de forma graciosa.
2. As isenções referidas, por norma, são objeto de despacho pelo Presidente da Junta da União das Freguesias.

Artigo 42.º

Cumulação de isenções

Exceto nos casos especialmente previstos na Lei, as isenções de taxas e preços não são cumulativas, aproveitando-se a mais vantajosa para o requerente.



CAPÍTULO V

FISCALIZAÇÃO E REGIME SANCIONATÓRIO

Artigo 43.º

Fiscalização

São competentes para fiscalizar o cumprimento das disposições contidas no presente Regulamento e outras contidas em Regulamentos específicos da UFMB:

- a) A UFMB, através dos seus serviços;
- b) As autoridades policiais e administrativas a quem a lei atribua tal competência.

Artigo 44.º

Instauração e instrução de contraordenações

1. Compete à UFMB a instauração e a instrução dos processos de contraordenação, assim como a aplicação das respetivas coimas e sanções acessórias no âmbito das atividades inerentes às taxas e preços previstos no presente Regulamento e Tabela anexa, nos termos definidos no presente capítulo, nos respetivos Regulamentos e na legislação aplicável.
2. A determinação da instauração dos processos de contraordenação e a aplicação das coimas, nos termos da lei, é da competência do Presidente da Junta de Freguesia, que pode delegar em qualquer dos restantes membros da Junta.
3. A aplicação das sanções acessórias é da competência da Junta de Freguesia.

Artigo 45.º

Responsabilidade contraordenacional

1. Constitui ilícito contraordenacional todo o ato ou omissão que infrinja deveres ou prescrições impostas por este Regulamento ou outros da UFMB, como tal tipificados no presente capítulo.
2. Os ilícitos contraordenacionais são puníveis com coima e sanções acessória.
3. A negligência e a tentativa são puníveis.
4. O disposto no presente Regulamento não prejudica a possibilidade da existência de outras disposições sobre a matéria, de natureza legal ou regulamentar.



Artigo 46.º

Contraordenações e coimas

1. Sem prejuízo do eventual procedimento criminal e das regras insertas em lei especial ou regulamento setorial, quando aplicável, constituem contraordenações:
 - a) As infrações às normas reguladoras das taxas;
 - b) A inexatidão ou falsidade dos elementos fornecidos pelos interessados em requerimento.
2. Os casos previstos no número anterior são sancionados com coima de 1 a 5 vezes a retribuição mínima mensal garantida.
3. A determinação da medida da coima a aplicar faz-se em função da gravidade da contraordenação, do grau de culpa do agente e da sua situação económica e patrimonial, considerando essencialmente os seguintes fatores:
 - a) O perigo que envolva para as pessoas, a saúde pública, o ambiente e o património público ou privado;
 - b) O benefício económico obtido pelo agente com a prática da contraordenação, devendo, sempre que possível, exceder esse benefício.
4. Na graduação das coimas poderá atender-se, ainda, ao tempo durante o qual se manteve a situação de infração, se for continuada, e à existência ou não de reincidência.
5. As contraordenações e coimas relativas às competências previstas no artigo 12.º da Lei 56/2012, de 8 de novembro reguladas pelos regulamentos municipais e nos termos aí consagrados, são as previstas nos Regulamentos da Câmara Municipal de Leiria e aprovadas em Assembleia Municipal.

Artigo 47.º

Sanções na utilização de instalações e outros serviços

Aos utentes individuais e coletivos que infringjam os Regulamentos e demais normas inerentes à utilização de instalações da UFMB e de outros serviços prestados pela UFMB, atendendo à gravidade da infração, pode ser aplicada uma das seguintes sanções:

- a) Suspensão temporária do direito de acesso;
- b) Perda do direito de acesso e permanência na atividade;
- c) Interdição de entrada nos espaços ou instalações respetivas, efetuada pelos funcionários da Junta, podendo ser solicitada a intervenção de forças públicas de segurança se o utente não acatar essa determinação.



Artigo 48.º

Sanções acessórias

Sem prejuízo da aplicação das coimas previstas no presente capítulo, podem ainda ser aplicáveis as seguintes sanções acessórias, a determinar em função dos critérios enunciados para a aplicação das coimas:

- a) Perda a favor da Junta de Freguesia dos objetos utilizados na prática da infração;
- b) Interdição do exercício de profissões ou atividades na área da Junta da União das Freguesias, cujo exercício dependa de licença ou autorização dos seus órgãos;
- c) Privação do direito a subsídio ou benefício outorgado pelos órgãos competentes da Junta da União das Freguesias;
- d) Privação do direito de participar em feiras ou mercados da Junta da União das Freguesias;
- e) Privação do direito de participar em arrematações ou concursos públicos que tenham por objeto a empreitada ou a concessão de obras públicas na Freguesia, o fornecimento de bens e serviços, a concessão de serviços públicos que seja da competência da Junta da União das Freguesias e a atribuição de licenças ou alvarás;
- f) Encerramento de estabelecimento cujo funcionamento esteja sujeito a autorização ou licença da Junta de Freguesia, quando a ele esteja diretamente relacionado o cometimento da infração;
- g) Suspensão de autorizações ou outras permissões administrativas relacionadas com o exercício da respetiva atividade.

Artigo 49.º

Dever de participação

Os funcionários da UFMB integrados nas unidades orgânicas responsáveis pela aplicação do presente Regulamento e dos Regulamentos de atividades da competência da UFMB, logo que tenham conhecimento da prática de qualquer infração aos mesmos, estão obrigados a comunicá-la, de imediato, ao seu superior hierárquico.

Artigo 50.º

Instrução do processo

1. Durante a instrução do processo, o arguido pode requerer a audição de testemunhas ou a promoção de diligências que considere necessárias ao apuramento da verdade.



2. Todas as decisões, despachos e demais medidas tomadas no decurso do processo serão comunicadas às pessoas a quem se dirigem, nos termos legislação em vigor.

Artigo 51.º

Apreensão provisória de objetos

1. Podem ser provisoriamente apreendidos os objetos que serviram, ou estavam destinados a servir, para a prática de uma contraordenação, bem como quaisquer outros que sejam suscetíveis de servir de prova.
2. Os objetos apreendidos são restituídos quando se tornar desnecessária a sua apreensão, para efeitos de prova, ou logo que a decisão condenatória se torne definitiva, a menos que a Junta de Freguesia pretenda declará-los perdidos, a título de sanção acessória.

Artigo 52.º

Direito de audição do arguido

Nunca poderá ser aplicada uma coima ou sanção acessória sem antes se ter assegurado ao arguido a possibilidade de se pronunciar sobre o caso.

Artigo 53.º

Registo das penas

As sanções aplicadas a cada agente são sempre registadas no respetivo processo individual.



CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS E COMPLEMENTARES

Artigo 54.º

Publicidade

A Junta da União das Freguesias disponibilizará à população em formato de papel a afixar nos edifícios da sede e da delegação da Junta e em formato digital a publicar no seu sítio da internet, o presente Regulamento e Tabela de Taxas e Preços.

Artigo 55.º

Caducidade do direito à liquidação

O direito da Junta de Freguesia de liquidar as taxas caduca se a liquidação não for validamente notificada ao sujeito passivo no prazo de quatro anos a contar da data em que o facto tributário ocorreu.

Artigo 56.º

Prescrição

1. As dívidas por taxas prescrevem no prazo de oito anos a contar da data em que o facto tributário ocorreu.
2. A citação, a reclamação e a impugnação interrompem a prescrição.
3. A paragem dos processos de reclamação, impugnação e execução fiscal por prazo superior a um ano por facto não imputável ao sujeito passivo faz cessar a interrupção da prescrição, somando-se, neste caso, o tempo que decorreu após aquele período ao que tiver decorrido até à data da autuação.

Artigo 57.º

Garantias

1. Os sujeitos passivos das taxas podem reclamar ou impugnar a respetiva liquidação.
2. A reclamação é deduzida perante a Junta de Freguesia no prazo de 30 dias a contar da notificação da liquidação.
3. A reclamação presume-se indeferida para efeitos de impugnação judicial se não for decidida no prazo de 60 dias.



4. Do indeferimento tácito ou expresse cabe impugnação judicial para o tribunal administrativo e fiscal da área da UFMB, no prazo de 60 dias a contar do indeferimento.
5. A impugnação judicial depende da prévia dedução da reclamação prevista no n.º 2 do presente artigo.

Artigo 58.º

Direito subsidiário

Em tudo o que não se encontre especialmente previsto neste Regulamento é aplicável o disposto na legislação em vigor.

Artigo 59.º

Interpretação e integração de lacunas

1. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação do presente Regulamento são resolvidos por recurso aos critérios legais de interpretação e integração de lacunas.
2. A interpretação e integração das lacunas suscitadas na aplicação do presente Regulamento compete à Junta da União das Freguesias, sem prejuízo de delegação no Presidente da Junta.

Artigo 60.º

Disposição revogatória

Ficam revogadas todas as disposições anteriores em matéria de taxas vigentes na UFMB.

Artigo 61.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação em Diário da República, a sua publicação em edital, a afixar no edifício da sede e delegação da Junta da União das Freguesias, após aprovação pela Assembleia de Freguesia.



União das freguesias
de Marrazes e Barosa
a união faz o futuro!



Anexo I – Tabela de Taxas e Preços



ANEXO I - TABELA DE TAXAS E PREÇOS da União das Freguesias de Marrazes e Barosa

TABELA DE TAXAS E PREÇOS			
Artigo / N° / Alínea	Designação	Valor	IVA
	CAPÍTULO I		
	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		
1.	Atestados e documentos análogos		
1.1.	Em papel timbrado da União das Freguesias	5,50	Não
1.2.	Insuficiência Económica	Isento	
1.3.	Declarações de confrontações de imóvel ou eliminação de artigos	22,80	
1.4.	Declaração de isenção de licença de utilização	50,00	
2.	Reprodução e impressão de documentos		Norm
2.1.	Formato A4 - Preto e branco - Frente	0,10	
2.2.	Formato A4 - Preto e branco - Frente e verso	0,15	
2.3.	Formato A4 - Cores - Frente	0,35	
2.4.	Formato A4 - Cores - Frente e verso	0,60	
2.5.	Formato A3 - Preto e branco - Frente	0,20	
2.6.	Formato A3 - Preto e branco - Frente e verso	0,30	
2.7.	Formato A3 - Cores - Frente	0,75	
2.8.	Formato A3 - Cores - Frente e verso	1,20	
3.	Certificação de fotocópias		Não
3.1.	Até 4 páginas, inclusive	16,00	
3.2.	A partir da 5.ª página, por cada página a mais	2,50	



TABELA DE TAXAS E PREÇOS			
Artigo / N° / Alínea	Designação	Valor	IVA
4.	Acesso aos documentos administrativos - reprodução em:		Não
4.1	Folha A4, fotocópia a preto e branco, entre 1 e 50 unidades	0,04	
4.2	Folha A4, fotocópia a preto e branco, entre 51 e 100 unidades	0,03	
4.3	Folha A4, fotocópia a preto e branco, mais de 100 unidades	0,02	
4.4	Folha A3, fotocópia a preto e branco, entre 1 e 50 unidades	0,08	
4.5	Folha A3, fotocópia a preto e branco, entre 51 e 100 unidades	0,07	
4.6	Folha A3, fotocópia a preto e branco, mais de 100 unidades	0,05	
5.	Emissão de documentos com caráter de urgência	Acresce 100% ao valor da taxa	Não
CAPÍTULO II			
REGISTO E LICENCIAMENTO DE CANÍDEOS E GATÍDEOS			
1.	Registo de cães		Não
1.1.	Registo		
1.2.	Categoria G - cão potencialmente perigoso	2,50	
1.3.	Categoria H - cão perigoso	2,50	
2.	Licenças (anuais)		Não
2.1.	Categoria A - cão de companhia	6,00	
2.2.	Categoria B - cão com fins económicos	8,50	
2.3.	Categoria E - cão de caça	8,50	
2.4.	Categoria F - cão-guia	Isento	
2.5.	Categoria G - cão potencialmente perigoso	13,20	
2.6.	Categoria H - cão perigoso	13,20	



2.7.	De animais recolhidos em instalações pertencentes a sociedades zoófilas legalmente constituídas e sem fins lucrativos e nos canis municipais	Isento	
------	--	--------	--



TABELA DE TAXAS E PREÇOS			
Artigo / N° / Alínea	Designação	Valor	IVA
3.	Renovação de licenças fora do prazo		Não
3.1.	Categoria A - cão de companhia	13,55	
3.2.	Categoria B - cão com fins económicos	7,55	
3.3.	Categoria E - cão de caça		
3.3.1.	Até 4 cães (inclusive), por cada	11,30	
3.3.2.	A partir de 4 cães, por cada	6,15	
3.4.	Categoria F - cão-guia	4,20	
3.5.	Categoria G - cão potencialmente perigoso	6,30	
3.6.	Categoria H - cão perigoso	6,30	
3.7.	De animais recolhidos em instalações pertencentes a sociedades zoófilas legalmente constituídas e sem fins lucrativos e nos canis municipais	Isento	
	CAPÍTULO III		
	PAVILHÃO POLIDESPORTIVO DE MARRAZES		
1.	Pavilhão Desportivo		Ise
1.1.	Por hora (período noturno, fins-de-semana e feriados)		
1.1.1.	Entidades da Freguesia		
1.1.1.1.	Particulares	30,00	
1.1.1.2.	Organizações com fins lucrativos	35,50	
1.1.1.3.	Organizações sem fins lucrativos	25,50	



TABELA DE TAXAS E PREÇOS			
Artigo / Nº / Alínea	Designação	Valor	IVA
2.1.2.	Outras entidades		
2.1.2.1.	Particulares	35,50	
2.1.2.2.	Organizações com fins lucrativos	40,50	
2.1.2.3.	Organizações sem fins lucrativos	30,50	
CAPÍTULO IV			
OUTROS LICENCIAMENTOS			
1.	Licenciamento do exercício da atividade de vendedor ambulante de lotarias		Não
1.1.	Pelo pedido e renovação do exercício da atividade de venda ambulante de lotarias	15,50	
1.2.	Pela emissão do cartão de vendedor ambulante de lotarias	5,50	
2.	Licenciamento do exercício da atividade de arrumador de automóveis		Não
2.1.	Pelo pedido e renovação do exercício da atividade de arrumador de automóveis	15,50	
2.2.	Pela emissão do cartão de arrumador de automóveis	5,50	
3.	Licenciamento de atividades ruidosas de caráter temporário que respeitem a festas populares, romarias, feiras, arraiais e bailes.	15,50	



CAPÍTULO V			
CEMITÉRIOS			
1.	Cemitério		Ise
1.1.	Abertura		
1.1.1.	Coval Simples	140,00	
1.1.2.	Coval Duplo	160,00	
1.1.3.	Coval Criança (até aos 5 anos)	60,00	
1.2.	Trasladações	140,00	
1.3.	Escolha e/ou mudança de ossadas	50,00	
1.4.	Emissão de Alvará		
1.4.1.	Concessão de Terreno	30,00	
1.4.2.	2.ª via	15,00	

TABELA DE TAXAS E PREÇOS			
Artigo / N° / Alínea	Designação	Valor	IVA
1.4.3	Fotocópia de averbamento autenticada	16,00	
1.4.4.	Buscas de documentação por ano	5,00	
1.5.	Concessão Diversas		



1.5.1.	Direito de Superfície – 20 anos	1.200,00	
1.6.	Alugueres Diversos (anual)		
1.6.1	Sepultura temporária	60,00	
1.6.2.	Sepultura de Crianças até 12 anos	30,00	
1.6.3	Gavetão	50,00	
1.6.4.	Ossários	50,00	
1.7.	Serviços		
1.7.1.	Casa Mortuária	75,00	
1.7.2.	Transladações		
1.7.2.1	Corpo	140,00	
1.7.2.2	Ossada	50,00	



União das freguesias
de Marrazes e Barosa
a união faz o futuro!



ANEXO II - Fundamentação económico- financeira



ANEXO II – FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DAS TAXAS E LICENÇAS COBRADAS na União das Freguesias de Marrazes e Barosa

1. As taxas de atestados, declarações, certidões, certificações e outros serviços administrativos

$$TSA = tme \times vh + ct$$

tme – tempo médio de execução.

vh – valor hora do funcionário, tendo em consideração o índice remuneratório.

cl – custo total necessário para a prestação do serviço (inclui material de escritório, consumíveis, energia, investimentos, etc.).

O valor da taxa a aplicar resultade $\frac{1}{2}$ hora \times **vh** + **ct** para os atestados, declarações e certidões diversos.

2. As taxas de registo de canídeos e gatídeos.

As referidas taxas são indexadas à taxa N da profilaxia média (taxa=4,40), não podendo exceder o triplo deste valor e varia consoante a categoria do animal (portaria n.º 421/2004 de abril), calculada da seguinte fórmula:

- Registo – 45,5% da taxa N da profilaxia;
- Licenças Categorias A (cães de companhia) – 136,60% daquela taxa;
- Licenças Categoria B (cães para fins económicos, cães de guarda) – 136,60% daquela taxa;
- Licenças Categoria E (cães de caça) – 136,60% daquela taxa;
- Licenças Categoria G (cães potencialmente perigosos) – triplo daquela taxa;
- Licenças Categoria H (cães perigosos) – triplo daquela taxa;
- Licenças Categorias I (gatos) 136,60% daquela taxa;
- Classes C, D e F (cães para fins militares, policiais e de segurança, cães para investigação científica e cães-guia) – isentos.

3. Cemitérios

- a. Concessão de terrenos:

$$CT = a \times i \times ct + d$$

a – área do terreno;

i – percentagem a aplicar tendo em conta o espaço ocupado;

ct – custo total necessário para a prestação do serviço;

d – critério de desincentivo à compra de terrenos.



b. Prestação de Serviço Cemitério:

$$TSA = tme \times vh + ct$$

tme – tempo médio de execução;

vh – valor hora do funcionário, tendo em consideração o índice remuneratório;

ct – custo total necessário para a prestação do serviço (inclui material de desgaste rápido, ferramentas, vestuário e calçados adequados, investimentos, etc.).

4. Taxas de cedência de instalações

$$TCI = (tc:2) \times vh + ct$$

tc – tempo de ocupação das instalações, arredondado à unidade por excesso;

vh – valor hora do funcionário, tendo em consideração o índice remuneratório;

ct – custo total necessário para a prestação do serviço (inclui eletricidade, limpeza e manutenção das instalações).

5. Licenciamentos

a. Licenciamento de atividades:

$$TSA = tme \times vh + ct$$

tme – tempo médio de execução;

vh – valor hora do funcionário, tendo em consideração o índice da escala remuneratória;

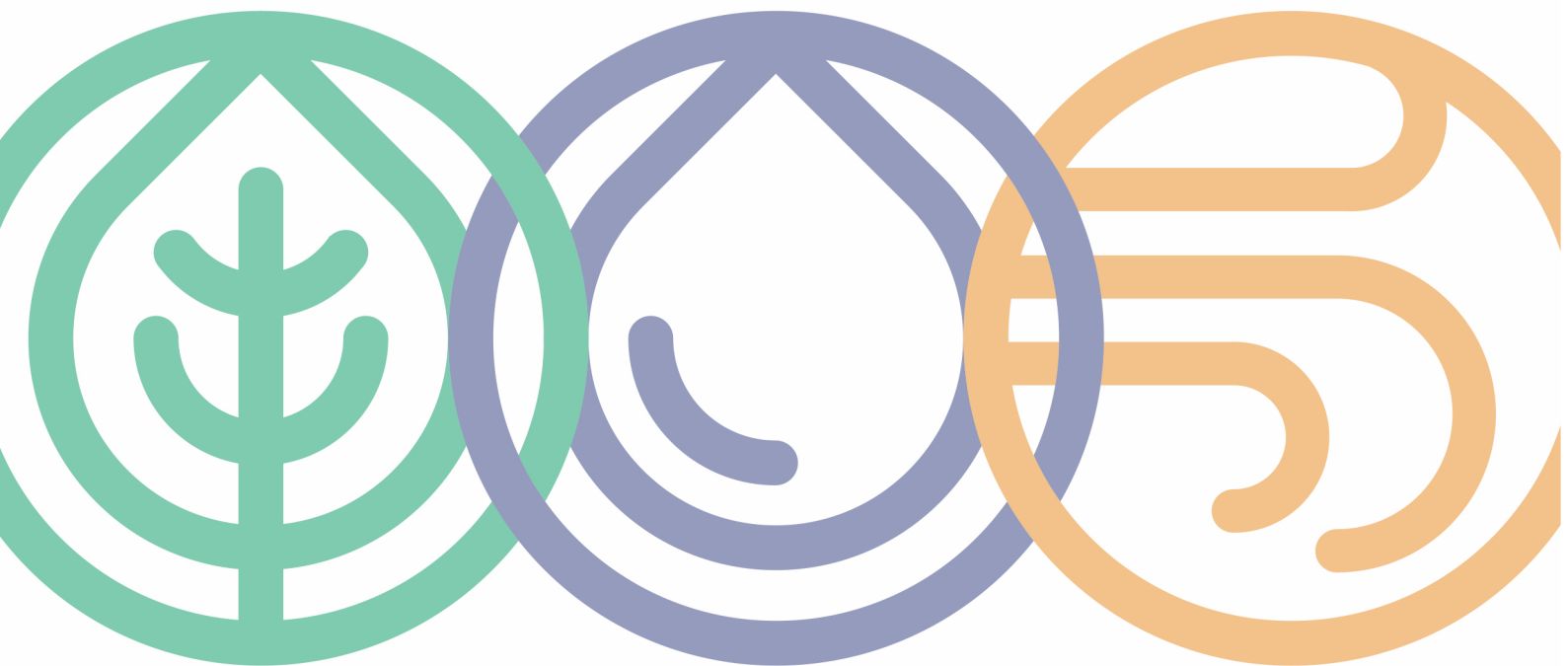
ct – custo total necessário para a prestação do serviço (inclui material de escritório, consumíveis, energia, investimentos, etc.).



União das freguesias
de Marrazes e Barosa
a união faz o futuro!



Apreciação, discussão e votação do Regulamento de Utilização do Pavilhão Desportivo de Marrazes



REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO POLIDESPORTIVO DE MARRAZES



União das freguesias
de Marrazes e Barosa
a união faz o futuro!



ÍNDICE

Nota justificativa	3
Artigo 1º - Objetivo	3
Artigo 2º - Administração, Gestão e Manutenção	3
Artigo 3º - Instalações	4
Artigo 4º - Entidades utilizadoras	5
Artigo 5º - Ordem de prioridades	5
Artigo 6º - Horário de utilização	6
Artigo 7º - Modalidades de utilização	6
Artigo 8 - Pedidos de cedência/reservas/utilização	7
Artigo 9º - Autorização para utilização do PPM e seus equipamentos	8
Artigo 10º - Cancelamento de autorização de utilização do PPM	8
Artigo 11º - Intransmissibilidade das autorizações	9
Artigo 12º - Utilização simultânea do PPM	9
Artigo 13º - Utilização excecional	9
Artigo 14º - Policiamento e autorizações	10
Artigo 15º - Utilização do PPM para fins não desportivos	10
Artigo 16º - Acesso e utilização do PPM	10
Artigo 17º - Proibição de fumar e de consumir bebidas alcoólicas	12
Artigo 18º - Responsabilidade dos utilizadores	12
Artigo 19º - Reserva de admissão e de utilização do PPM	12
Artigo 20º - Utilização dos materiais e dos equipamentos pelos utilizadores	12
Artigo 21º - Recolha de imagens e som	13
Artigo 22º - Benefícios financeiros pela utilização do PPM	13
Artigo 23º - Publicidade	13
Artigo 24º - Segurança dos utentes	14
Artigo 25º - Taxas e preços de utilização	14
Artigo 26º - Prazos de pagamento	14
Artigo 27º - Caução	15
Artigo 28º - Seguros	15
Artigo 29º - Casos omissos	15
Artigo 30º - Norma revogatória	16
Artigo 31º - Entrada em vigor	16



União das freguesias
de Marrazes e Barosa
a união faz o futuro!



NOTA JUSTIFICATIVA

Considerando que para uma melhor prossecução da prestação pública dos serviços do Pavilhão Polidesportivo de Marrazes, adiante designado como PPM, se torna indispensável a fixação das normas do seu funcionamento, cedência e utilização, por forma a obter a boa ocupação daquele espaço, mas também a justa definição de prioridades na utilização, do processo de requisição e dos deveres e competências dos recursos humanos incumbidos de zelar por aquela infraestrutura, procurando evitar-se eventuais conflitos na prestação deste serviço.

Considerando a necessidade de uniformizar critérios de atuação por parte da autarquia, salvaguardando-se o cumprimento dos princípios da igualdade e da legalidade.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, o presente projeto de Regulamento foi submetido a discussão pública, que decorreu entre 25 de novembro de 2019 e 24 de dezembro de 2019, e após introdução dos contributos relevantes para aperfeiçoamento do mesmo, o Executivo da Junta da União das Freguesias de Marrazes e Barosa deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 16º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aceitar o mesmo e submeter o presente projeto de Regulamento de Utilização do Pavilhão Polidesportivo de Marrazes à aprovação da Assembleia de Freguesia.



Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento estabelece as normas gerais e as condições de acesso, utilização e funcionamento do Pavilhão Polidesportivo de Marrazes, situado na Rua do Viveiro em Marrazes.

Artigo 2.º

Administração, Gestão e Manutenção

1. O Pavilhão Polidesportivo de Marrazes, adiante designado por PPM, é propriedade da União das Freguesias de Marrazes e Barosa, adiante designada por UFMB.
2. A UFMB, entidade gestora do PPM, assume civilmente a responsabilidade por danos causados a terceiros pelo edificado ou coisa constante do seu mapa de inventário desde que seja provada a culpa da Junta, de seus agentes ou representantes em exercício de atividade de gestão.
3. Compete à UFMB assegurar a administração do PPM, nomeadamente:
 - a) Assegurar o desenvolvimento, acompanhamento, coordenação e a gestão das instalações nos termos do presente Regulamento e demais legislação aplicável em vigor;
 - b) Garantir os recursos humanos necessários para o seu funcionamento, à exceção da utilização disposta na alínea a) do ponto 1 do artigo 5º do presente Regulamento;
 - c) Receber, analisar e decidir sobre os pedidos de cedência regular e pontual das instalações;
 - d) Zelar pela conservação e manutenção das instalações, com o respeito pelas devidas condições de higiene e de segurança dos utilizadores e dos funcionários em serviço;
 - e) Tomar as devidas providências com vista ao bom funcionamento e a um melhor aproveitamento das instalações;
4. Compete à UFMB assegurar a supervisão técnica das instalações e espaços.
5. A Junta da UFMB é, nos termos da lei, o órgão com competências de administração e gestão do PPM.
6. Deve ser afixado em local bem visível para os utilizadores e visitantes, a identificação da estrutura funcional (organigrama) do PPM.

Artigo 3.º

Instalações

São consideradas instalações do PPM todas as construções destinadas à prática desportiva e do seu apoio, designadamente:

- a) Recinto desportivo;
- b) Bancada/Área de público;
- c) Sanitários/Balneários para atletas;
- d) Sanitários públicos;



- e) Bar;
- f) Posto Médico;
- g) Salas de arrumos;
- h) Sala de reuniões.

Artigo 4.º

Entidades Utilizadoras

1. Podem utilizar as instalações do PPM todas as entidades que tenham a sua sede na UFMB, tais como:
 - a) Clubes e associações desportivos;
 - b) Outras associações que promovam atividades desportivas;
 - c) Estabelecimentos públicos e particulares de ensino;
 - d) Empresas, cooperativas e outras entidades coletivas não especificadas;
 - e) Pessoas individuais que enquadrem grupos informais de praticantes;
 - f) Pessoas individuais.
2. Podem ainda utilizar as instalações do PPM entidades/pessoas que, não estando sediadas ou não sejam residentes na UFMB, pretendam realizar competições de âmbito regional, nacional ou internacional, ou noutras situações a analisar individualmente pela UFMB.

Artigo 5.º

Ordem de Prioridades

1. Sem prejuízo dos artigos 12.º e 16.º, a gestão do PPM procura otimizar a sua utilização no sentido de servir todos os interessados, com a seguinte ordem de prioridades:
 - a) Horário semanal – durante os períodos escolares (de segunda-feira a sexta-feira das 8 horas e 30 minutos às 17 horas e 30 minutos):

Neste período as prioridades são regulamentadas pelo Agrupamento de Escolas de Marrazes, quando as atividades sejam do âmbito escolar do mesmo;
 - b) Fora dos períodos escolares (após as 17 horas e 30 minutos, fins-de-semana, feriados e férias escolares):
 - i) Atividades desportivas e outras, promovidas e/ou apoiadas pela UFMB;
 - ii) Atividades desportivas e outras, promovidas/apoiadas pelo Município de Leiria;
 - iii) Clubes, outras coletividades / associações e federações enquanto em competições oficiais;
 - iv) Atividades desportivas de iniciativa de clubes, outras coletividades / associações e federações que não estejam inseridas em competições oficiais e atividades desportivas escolares extracurriculares;



- v) Aluguer a entidades;
- vi) Outras utilizações.

Artigo 6.º

Horário de utilização

1. O horário de funcionamento do PPM será fixado pela UFMB, em função dos interesses de funcionamento da instalação.
2. A utilização da instalação nunca poderá ultrapassar o período de tempo para o qual foi feita a marcação.
3. Admite-se uma tolerância de 15 minutos relativamente à hora marcada para o início da atividade, após a qual a marcação será anulada.
4. Poderá ser autorizada a utilização da instalação fora do horário regular, em situações a analisar individualmente pela UFMB.

Artigo 7.º

Modalidades de utilização

1. A cedência/aluguer de qualquer espaço do PPM pode ser solicitada pelas entidades e utilizadas nas seguintes modalidades:
 - a) Utilização regular: a utilização que abrange um período compreendido pelo mínimo de três meses e pelo máximo de uma época desportiva/ano letivo;
 - b) Utilização pontual: para uma utilização, sujeita à disponibilidade de espaço e à taxa de ocupação;
 - c) Utilização para competições/eventos: a utilização pelo período de uma competição/evento deve ser solicitada com a antecedência mínima de 7 dias úteis.

Artigo 8.º

Pedidos de cedência/reservas/utilização

1. Os pedidos de cedência/aluguer de espaços no PPM devem ser dirigidos, por escrito, à UFMB, dentro dos seguintes prazos, de acordo com as modalidades de utilização:
 - a) Utilização regular: até ao dia 15 de setembro de cada ano, salvo situações devidamente justificadas;
 - b) Utilização pontual: com a antecedência mínima de 72 horas, condicionada a horários disponíveis;
 - c) Os pedidos para competições devem ser feitos até 7 dias úteis antes da competição/evento.
2. Os pedidos de cedência/aluguer podem ser feitos por qualquer entidade ou grupo de cidadãos, sendo obrigatório em qualquer dos casos no ato do pedido referir a modalidade a praticar, a(s)



data(s), horário(s) de utilização, o número previsto de participantes, se a atividade é aberta ao público, e nome, morada e contacto telefónico da pessoa responsável pela entidade utilizadora.

3. O pedido de utilização pressupõe a aceitação e o cumprimento deste Regulamento.
4. Os cidadãos e as entidades a quem forem cedidos/alugados os espaços, ficarão sujeitos ao regime de taxas previstas no Regulamento Geral de Taxas e Preços da UFMB.
5. Depois de autorizada a utilização do espaço, as entidades ficam obrigadas a cumprir o horário estabelecido, a menos que informem a UFMB, com o mínimo de 24 horas de antecedência da sua não utilização.
6. Quando se tratar de uma utilização regular, poderão ser contratualmente definidas outras condições de utilização não previstas neste Regulamento, desde que estas não sejam contraditórias com as que neste se encontram definidas.
7. A falta de comunicação à UFMB da não utilização do espaço cedido dentro dos prazos estabelecidos, será sujeita à cobrança do valor previsto no Regulamento Geral de Taxas e Preços da UFMB, a 100 %.
8. Os pedidos de cedência/aluguer que derem entrada na UFMB após as datas fixadas, apenas serão atendidos se as instalações pretendidas e as datas em causa se encontrarem totalmente disponíveis.

Artigo 9.º

Autorização para utilização do PPM e seus equipamentos

1. A utilização de instalações e equipamentos, independentemente da modalidade de utilização do PPM, deverá ser solicitada à UFMB, nos termos previstos neste Regulamento, que autorizará tendo em atenção as prioridades e condições de cedência definidas.
2. A autorização de utilização regular e para competições/eventos desportivos será comunicada aos interessados, com a indicação das condições previamente acordadas, só podendo ser revogada quando motivos ponderosos, imputáveis ao utilizador, o justifiquem.
3. Para a cedência das instalações na modalidade de competições/eventos desportivos ou para atividades não desportivas é obrigatória a assinatura de um termo de responsabilidade que salvguarde a possível deterioração ou danos das instalações e equipamentos.
4. Os utilizadores estarão autorizados apenas a utilizar as instalações e equipamentos do PPM para os fins a que se destinam, não sendo permitida qualquer outra utilização.
5. Os equipamentos ou objetos utilizados por parte das entidades devem ser retirados dos espaços e arrumados nos locais próprios, após a sua utilização, de forma a garantir a segurança e conservação dos mesmos e a não prejudicar a utilização dos espaços de prática por parte de outras entidades.



6. Sempre que se considerar necessária a permanência diária de alguns equipamentos ou objetos, nos próprios locais de utilização deve ser salvaguardada a sua remoção parcial ou total quando representar prejuízos para a utilização de outras entidades, cabendo à UFMB a autoridade para coordenar este processo.
7. Caberá à UFMB, em articulação com as entidades utilizadoras, definir quais os espaços reservados para guarda de equipamentos e outros objetos.

Artigo 10.º

Cancelamento de Autorização de Utilização do PPM

A autorização de utilização do PPM será cancelada quando se verificarem as seguintes situações:

- a) Não pagamento dos valores de utilização no prazo previsto;
- b) Danos produzidos no PPM ou em quaisquer equipamentos ou materiais nele integrado, provocados por deficiente utilização ou dolo, enquanto não forem financeiramente cobertos pelo utilizador (entidade ou grupo informal) responsável;
- c) Utilização para fins diversos daqueles para que foi concedida autorização;
- d) Utilização por entidades ou utentes estranhos aos que foram autorizados;
- e) Incumprimento de obrigações contratuais;
- f) Incumprimento do presente Regulamento.

Artigo 11.º

Intransmissibilidade das autorizações

O PPM só pode ser utilizado pelas entidades para tal autorizadas e para o efeito que lhe foi destinado no pedido a que diz respeito.

Artigo 12.º

Utilização simultânea do PPM

Desde que as características e condições técnicas do PPM o permitam e daí não resulte prejuízo para qualquer uma das entidades utilizadoras, pode ser autorizada excecionalmente a utilização simultânea por vários utilizadores.

Artigo 13.º

Utilização excecional

1. Em situações excecionais devidamente fundamentadas, a Junta da UFMB pode autorizar a utilização do PPM para o exercício de atividades que não possam, sem grave prejuízo, ter lugar noutra ocasião, ainda que com prejuízo dos utilizadores, devendo para o efeito avisá-los com a antecedência mínima de 48 horas.



2. O utilizador prejudicado deve, sempre que possível, ser compensado com novo tempo de utilização ou, em alternativa, ser-lhe restituída a verba entretanto despendida pela utilização não usufruída por força do disposto no número anterior.

Artigo 14.º

Policiamento e autorizações

As entidades que utilizam a instalação são responsáveis pelo seu policiamento durante a realização de eventos que o determinam, assim como pela obtenção de licenças ou autorizações necessárias à realização de determinadas iniciativas, enquadradas por legislação própria.

Artigo 15.º

Utilização do PPM para fins não desportivos

A utilização do PPM para fins não desportivos carece de autorização da UFMB, devendo a entidade requerente utilizar a instalação de acordo com as condições definidas nos artigos 4.º e 5.º, sem prejuízo do disposto no artigo 11.º.

Artigo 16.º

Acesso e Utilização do PPM

1. É proibido:
 - a) A entrada ou permanência de utentes no recinto desportivo com objetos estranhos e/ou inadequados à prática desportiva que possam deteriorar o piso e/ou os materiais e os equipamentos lá existentes;
 - b) A entrada e permanência de animais, à exceção de cães guia;
 - c) A introdução, venda e consumo de bebidas alcoólicas;
 - d) A introdução e venda de bebidas ou outros produtos contidos em recipientes que não sejam feitos de material leve e não contundente;
 - e) A introdução, venda e aluguer ou distribuição de almofadas que não sejam feitas de material leve e não contundente;
 - f) O arremesso de quaisquer objetos, ainda que de tal facto não resulte ferimento ou contusão para qualquer pessoa;
 - g) A entrada de qualquer pessoa na área de competição durante o decurso de um encontro desportivo sem prévia autorização do árbitro ou do juiz da partida;
 - h) A utilização de buzinas alimentadas por baterias, corrente elétrica, ar comprimido ou outras formas de energia, bem como quaisquer instrumentos produtores de ruídos instalados de forma fixa, com exceção da instalação sonora do PPM;



- i) Introduzir quaisquer armas de fogo, armas de arremesso, armas destinadas a projetar substâncias tóxicas, asfixiantes ou corrosivas, armas brancas e outros objetos que pelas suas características ou utilização indevida (guarda-chuvas com haste metálica e tubos de bandeira em material contundente, entre outros), possam fazer perigar a integridade física de terceiros, bem como substâncias ou engenhos explosivos ou pirotécnicos, de acordo com a legislação em vigor.
2. Em qualquer altura do evento ou atividade, o promotor pode recusar, através dos elementos de segurança privada e membros da organização ou de agentes policiais, a entrada e permanência de quaisquer pessoas, quando estes não respeitem as regras de segurança, higiene ou a moral pública.
3. A utilização das instalações obedecerá aos horários estabelecidos e ao presente Regulamento e determinações aplicáveis.
4. A entrada de atletas/alunos para treinos/aulas não é permitida sem a presença de um responsável da entidade utilizadora.
5. Aceder às instalações apenas 20 minutos antes do treino e depois da correspondente autorização.
6. Utilizar o balneário que lhe for atribuído.
7. O acesso às áreas reservadas à prática desportiva só é permitido aos utilizadores devidamente equipados, designadamente com calçado desportivo apropriado.
8. Excecionalmente e desde que em exercício de funções, os treinadores, pessoal médico e dirigentes poderão ter acesso ao recinto desportivo sem estarem devidamente equipados.
9. O acompanhamento aos balneários por parte do Encarregado de Educação só poderá ser efetuado para alunos com idade igual ou inferior a 9 anos.
10. A permanência nos balneários após o final da atividade desportiva não deve (ou não pode) ter duração superior a 30 minutos.

Artigo 17.º

Proibição de fumar e de consumir bebidas alcoólicas

É proibido fumar e consumir bebidas alcoólicas em todo o PPM.

Artigo 18.º

Responsabilidade dos Utilizadores

1. Os utilizadores/entidades autorizados a utilizar o PPM, ficam integral e solidariamente responsabilizados pelos danos causados no mesmo, durante o período de utilização ou deste decorrente.



2. Compete ao responsável pelo grupo/equipa de utilizadores, autorizar ou não a permanência de assistência às suas atividades.

Artigo 19.º

Reserva de Admissão e de Utilização do PPM

A UFMB reserva-se o direito de não autorizar a permanência nas instalações, de utilizadores e/ou espetadores que desrespeitem as normas de utilização constantes deste Regulamento e que perturbem o normal desenrolar das atividades e dos serviços do PPM.

Artigo 20.º

Utilização dos Materiais e dos Equipamentos pelos Utilizadores

1. Só têm acesso às arrecadações dos materiais e dos equipamentos os funcionários e o(s) responsável(is) pela utilização, desde que devidamente autorizados pela UFMB.
2. Os responsáveis pela utilização devem zelar para que o PPM fique em condições idênticas às que encontrou no início da sua atividade/evento.
3. Os responsáveis pela utilização não devem permitir o arrastamento dos materiais e dos equipamentos no solo, de forma a evitar estragos no piso e nos próprios materiais e equipamentos.

Artigo 21.º

Recolha de imagens e som

1. A captação do som ou imagens das atividades a realizar no PPM carece de prévia autorização das entidades promotoras, bem como dos intervenientes nas atividades por forma a evitar qualquer violação dos direitos de autor e/ou proteção de dados.
2. Carece sempre de autorização da UFMB e dos intervenientes a captação de imagens ou som quando as atividades sejam promovidas ou apoiadas pela UFMB.

Artigo 22.º

Benefícios financeiros pela utilização do PPM

1. Sempre que o requisitante pretenda extrair benefícios financeiros através da utilização do PPM, nomeadamente por ações de cobrança de bilhetes, de venda de serviços, de publicidade ou de transmissão radio e/ou televisiva, deverá solicitar autorização à UFMB com o mínimo de 72 horas de antecedência.
2. Quando da utilização advier ao requisitante benefícios financeiros, nomeadamente por ações de cobrança de bilhetes, de venda de serviços, de publicidade ou de transmissão radio e/ou



televisiva, de determinada atividade/evento, poderá ser cobrada uma taxa adicional, a acordar entre as partes.

3. Quando se verificarem filmagens de competições com carácter comercial, poderá também ser cobrada uma taxa adicional, igualmente a acordar entre as partes.

Artigo 23.º

Publicidade

1. A colocação de publicidade no PPM carece sempre de autorização prévia da UFMB, mediante prestação de informação expressa do tipo de publicidade a colocar, duração e outras que se afigurarem pertinentes.
2. As publicidades a colocar no PPM regem-se pelas seguintes medidas:
 - a) Placard 1 – 300 cm x 100 cm;
 - b) Placard 2 – 150 cm x 100 cm;
 - c) Publicidade digital TV 75";
 - d) Policarbonato da tabela – 180 cm x 70 cm.

Artigo 24.º

Segurança dos Utentes

A segurança dos utentes é da responsabilidade das entidades utilizadoras.

Artigo 25.º

Taxas e preços de utilização

As taxas e preços de utilização do PPM constam do Regulamento Geral de Taxas e Preços da União das Freguesias de Marrazes e Barosa.

Artigo 26.º

Prazos de pagamento

1. A utilização do PPM, em regime de utilização pontual, implica o pré-pagamento do valor estabelecido, devendo os utilizadores serem portadores do respetivo comprovativo de pagamento aquando da utilização do mesmo, salvo exceções devidamente justificadas.
2. Quando não se concretize a utilização, apenas serão restituídos os valores previamente pagos se cumulativamente se verificarem as seguintes condições:
 - a) O utente comunicar o facto com pelo menos 24 horas de antecedência e desde que os motivos apresentados sejam aceites pela UFMB;
 - b) Não existirem custos logísticos ou outros que advenham da reserva e preparação do PPM.



Artigo 27.º

Caução

1. A UFMB poderá requerer o depósito prévio, através de cheque, à utilização do PPM de uma caução em montante a definir.
2. A caução referida no número anterior tem por finalidade a cobertura dos danos que possam vir a ser causados pela entidade utilizadora.
3. A caução é libertada logo que cesse a atividade que lhe deu origem, caso não se verifiquem danos causados pela entidade utilizadora.

Artigo 28.º

Seguros

1. A União das Freguesias de Marrazes e Barosa, como entidade gestora das instalações, dispõe, nos termos da legislação aplicável, de seguro de responsabilidade civil por danos causados aos utilizadores em virtude de deficientes condições das instalações e equipamentos desportivos de apoio.
2. A responsabilidade pelo seguro desportivo dos atletas e praticantes utilizadores, inscritos no âmbito do desporto federado é da responsabilidade dos respetivos clubes ou associações.
3. O Agrupamento de Escolas de Marrazes, os clubes, associações ou entidades que proporcionem atividades físicas ou desportivas ou, que realizem eventos ou manifestações desportivas ou outras, ficam obrigados nos termos da legislação aplicável, a dispor de seguro.
4. Antes de iniciarem as suas atividades, as entidades utilizadoras deverão apresentar à UFMB, declaração comprovativa da apólice de seguro em vigor.

Artigo 29.º

Casos Omissos

Os casos omissos e dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação do presente Regulamento serão resolvidos pela Junta da União das Freguesias de Marrazes e Barosa.

Artigo 30.º

Norma revogatória

Ficam revogadas todas as disposições de quaisquer outros regulamentos em vigor cujo âmbito coincida com as disposições do presente regulamento.

Artigo 31.º

Entrada em Vigor

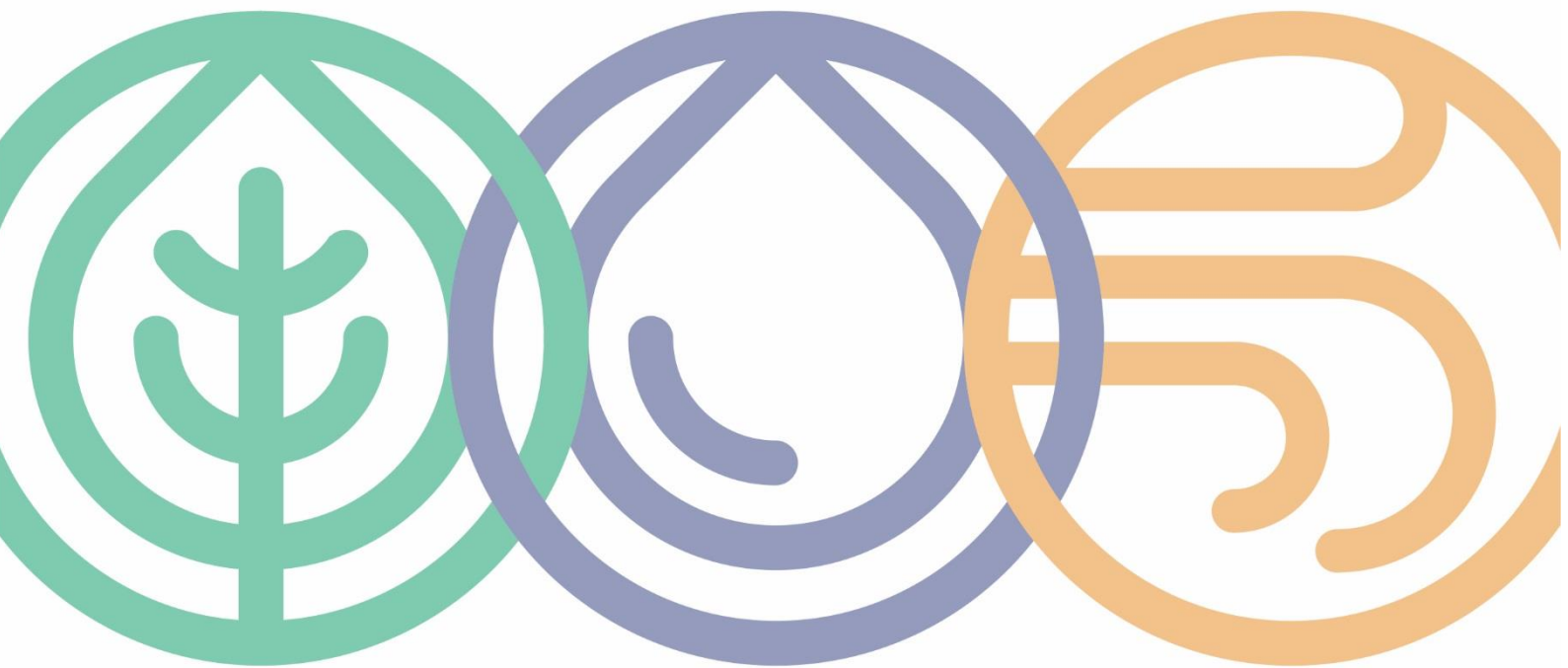
O presente regulamento entra em vigor no dia imediato à sua publicitação nos termos legais.



União das freguesias
de Marrazes e Barosa
a união faz o futuro!



Apreciação, discussão e votação do Regulamento de Atribuição de Apoios



REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PELA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARRAZES E BAROSA



União das freguesias
de Marrazes e Barosa
a união faz o futuro!



ÍNDICE

NOTA JUSTIFICATIVA	4
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES LEGAIS	5
SECÇÃO I - ÂMBITO OBJETIVO E SUBJETIVO	5
Artigo 1.º - Objeto	5
Artigo 2.º - Exclusão subjetiva de abrangência	5
Artigo 3.º - Finalidade	5
SECÇÃO II - TIPOS DE APOIO E PUBLICITAÇÃO	6
Artigo 4.º - Apoio Financeiro e Apoio Não Financeiro	6
Artigo 5.º - Publicidade do Apoio	6
SECÇÃO III - DO ACESSO AOS APOIOS	6
Artigo 6.º - Requisitos para a Atribuição	6
Artigo 7.º - Inscrição na Base de Dados (BDAA)	7
CAPÍTULO II - APOIOS FINANCEIROS	8
SECÇÃO I - DA APRESENTAÇÃO, INSTRUÇÃO E AVALIAÇÃO DOS PEDIDOS	8
Artigo 8.º - Apresentação e Prazo de Entrega dos Pedidos	8
Artigo 9.º - Instrução dos Pedidos	9
Artigo 10.º - Critérios de Seleção	10
Artigo 11.º - Avaliação do Pedido de Atribuição	13
SECÇÃO II - FORMAS DE FINANCIAMENTO E DE CONCRETIZAÇÃO DOS APOIOS	14
Artigo 12.º - Formas e Fases de Financiamento	14
Artigo 13.º - Formas de Concretização dos Apoios	15
Artigo 14.º - Avaliação da Aplicação dos Apoios	15
Artigo 15.º - Auditorias	15
CAPÍTULO III - APOIOS NÃO FINANCEIROS	16
SECÇÃO I - DO ACESSO AOS APOIOS	16
Artigo 16.º - Requisitos para a Atribuição	16



Artigo 17.º - Apoios não financeiros excluídos do RAA pela UFMB	16
SECÇÃO II - ENCARGOS ESTIMADOS	17
Artigo 18.º - Cálculo	17
CAPÍTULO IV - CONTRATO-PROGRAMA	17
Artigo 19.º - Concretização e conteúdo	17
Artigo 20.º - Vigência dos contratos-programa	18
Artigo 21.º - Acompanhamento e controlo da execução dos contratos-programa	18
Artigo 22.º - Revisão	18
CAPÍTULO V – INCUMPRIMENTO, RESCISÃO E SANÇÕES	18
Artigo 23.º - Incumprimento, rescisão e sanções	18
CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	19
Artigo 24.º - Omissões	19
Artigo 25.º - Publicação	19
Artigo 26.º - Regime Transitório	20
Artigo 27.º - Entrada em Vigor	20



União das freguesias
de Marrazes e Barosa
a união faz o futuro!



NOTA JUSTIFICATIVA

Na senda do princípio do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos e cidadãs, às freguesias estão cometidas atribuições, no âmbito da educação, cultura, tempos livres, desporto, ação social, desenvolvimento e proteção da comunidade, previstas nas alíneas c), d), f), i) e k) do artigo 7.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A prossecução do interesse público, concretizada, também, por entidades legalmente existentes na União das Freguesias de Marrazes e Barosa, sem fins lucrativos, de natureza cultural e recreativa, social e desportiva, ou outras socialmente relevantes, constitui um contributo inestimável na promoção do bem-estar e da qualidade de vida das populações.

Compete à Junta da União das Freguesias de Marrazes e Barosa apoiar atividades de natureza cultural e recreativa, social e desportiva, ou outros socialmente relevantes, para a União das Freguesias, pelo que, a concessão de apoios financeiros e não financeiros reveste particular importância no incentivo, no reconhecimento e, por vezes, na sobrevivência do movimento associativo.

Reconhecendo a relevância do papel do movimento associativo, a Junta da União das Freguesias pretende continuar a apoiar as entidades e organismos que estejam vocacionados para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população da União das Freguesias de Marrazes e Barosa, através de políticas e desenvolvimento cultural e recreativo, social, desportivo e outros, vinculadas pelos princípios da legalidade, do interesse público e da transparência.

Neste sentido, revela-se fundamental a aprovação de um regulamento, que permita garantir a equidade e o controlo na atribuição dos apoios, sejam de carácter financeiro ou não financeiro, bem como a uniformização de procedimentos, simplificando o acesso a todos os interessados, pela definição de regras genéricas e específicas aplicáveis a todo o tipo de apoio a conceder e, consequentemente, pela clarificação dos direitos e deveres e dos critérios de avaliação dos pedidos.

No entanto, não deve ser descurada a análise crítica ao ênfase dado à componente financeira dos apoios a atribuir, cuja génese não se pretende igualar aos apoios municipais ou outros. Os apoios financeiros ou não financeiros a atribuir coadunam com uma política de proximidade, extensível a todo o movimento associativo, que não comporta a sustentabilidade de instituições, iniciativas ou projetos, mas a colaboração da União das Freguesias enquanto parceiro.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, o presente projeto de Regulamento foi submetido a discussão pública, que decorreu entre 25 de novembro de 2019 e 24 de dezembro de 2019, e após introdução dos contributos relevantes para aperfeiçoamento do mesmo, o Executivo da Junta da União das Freguesias de Marrazes e Barosa deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 16º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aceitar o mesmo e submeter o presente projeto de Regulamento e Tabela de Taxas à aprovação da Assembleia de Freguesia.



CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

SECÇÃO I ÂMBITO OBJETIVO E SUBJETIVO

Artigo 1.º Objeto

1. O presente Regulamento define os tipos e áreas de apoio e regula as condições da sua atribuição a entidades legalmente existentes, designadamente associações, fundações, instituições particulares de solidariedade social ou outras entidades que prossigam fins de interesse público, nos termos das alíneas o) e v) do nº 1 do artigo 16.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.
2. O Executivo da União das Freguesias de Marrazes e Barosa determinará anualmente em sede de orçamento, as verbas correspondentes a cada uma das tipologias e áreas de apoio.

Artigo 2.º Exclusão subjetiva de abrangência

Não está sujeita ao disposto no presente Regulamento a atribuição de apoios às seguintes entidades:

- a) Forças e serviços de segurança pública;
- b) Associações humanitárias de bombeiros voluntários;
- c) Estabelecimentos de ensino;
- d) Entidades e serviços públicos de saúde;
- e) Grupos que, pela sua índole, se constituam informalmente.

Artigo 3.º Finalidade

A atribuição de apoios visa promover o desenvolvimento de projetos ou atividades concretas em áreas de interesse para a União das Freguesias, designadamente nos âmbitos social, cultural, desportivo, recreativo, ambiental, dos direitos humanos e de cidadania, bem como de apoio à juventude, à população sénior e pessoas com deficiência.



SECÇÃO II TIPOS DE APOIO E PUBLICITAÇÃO

Artigo 4.º Natureza dos apoios

1. Os apoios objeto do presente Regulamento podem ter carácter financeiro ou não financeiro.
2. Os **apoios financeiros** destinam-se ao normal desenvolvimento das atividades estatutárias das entidades prevista no número 1 do artigo 1º do presente Regulamento, ao desenvolvimento de projetos ou atividades específicas de interesse para a União das Freguesias, à construção, conservação e beneficiação de edifícios, outras construções, equipamentos e dispositivos diversos e meios de transporte afetos aos fins estatutários.
3. Os **apoios não financeiros** consistem, designadamente, na cedência, temporária ou definitiva, de materiais existentes em armazém, de equipamentos, espaços físicos do domínio da União das Freguesias e outros meios técnico-logísticos necessários ao desenvolvimento de projetos ou atividades de interesse da mesma, bem como da sua divulgação pelos meios ao seu dispor.

Artigo 5.º Publicidade do Apoio

1. As entidades e organismos ficam sujeitos a publicitar o apoio, através da menção expressa: “Com o apoio da União das Freguesias de Marrazes e Barosa” e inclusão do respetivo brasão, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação.
2. As entidades e organismos ficam obrigados a respeitar todas as disposições legais relativas à afixação ou inscrição de publicidade, sob pena de incumprimento nos termos do artigo 20.º do presente Regulamento.

SECÇÃO III DO ACESSO AOS APOIOS

Artigo 6.º Requisitos para a Atribuição



1. As entidades e organismos que pretendam beneficiar dos apoios da União das Freguesias, têm de reunir os seguintes requisitos cumulativos:
 - a) Inscrição na Base de Dados para Atribuição de Apoios (BDAA), mencionada no artigo seguinte e para o efeito existente na União das Freguesias;
 - b) Constituição legal, com os órgãos sociais eleitos e em efetividade de funções;
 - c) Sede social na União das Freguesias ou que, não possuindo, aí promovam atividades de interesse público;
 - d) Inexistência de dívidas à União das Freguesias;
 - e) Inexistência de dívidas ao Município de Leiria;
 - f) Situação regularizada junto da Autoridade Tributária relativamente a impostos;
 - g) Situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social;
 - h) Cumprir, pontualmente, todas as obrigações relativas a trabalhadores e/ou prestadores de serviços afetos às atividades objeto de apoio, entre as quais o pagamento e retenção e entrega de impostos e contribuições para a segurança social; dívidas por contribuições para a segurança social em Portugal ou no Estado de que sejam nacionais ou onde se encontrem estabelecidas;
 - i) Não estar em processo de insolvência.

Artigo 7.º **Inscrição na Base de Dados (BDAA)**

1. O pedido de inscrição na BDAA é formalizado por via eletrónica para presidente@ufmb.pt ou presencialmente nos serviços de Secretaria na sede e delegação da União das Freguesias, que disponibilizam uma ficha de inscrição, conforme modelo de inscrição constante do anexo I ao presente Regulamento, a qual deve ser acompanhada dos seguintes documentos:
 - a) Fotocópia do cartão de identificação fiscal;
 - b) Certidões comprovativas da situação tributária regularizada perante o Estado e da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social;
 - c) Fotocópia dos estatutos da entidade, publicados em Diário da República ou no sítio eletrónico no Ministério da Justiça;
 - d) Fotocópia da ata referente à eleição dos órgãos sociais e aceitação / tomada de posse;
 - e) Fotocópia do regulamento interno quando previsto nos estatutos ou na Lei.



- f) Fotocópia dos relatórios de atividades e contas do exercício económico anterior e respetiva ata de aprovação;
 - g) Comprovativo de IBAN.
2. Os originais dos documentos mencionados no número anterior, entregues presencialmente, remetidos ou submetidos por via eletrónica, devem ser guardados por um período de cinco anos, nomeadamente para os efeitos previstos no artigo 14.º do presente Regulamento.
 3. No que concerne aos processos que contenham insuficiências que possam ser supridas, cabe à Secretaria solicitar os elementos em falta, preferencialmente por via eletrónica, devendo as entidades responder, no prazo de 20 dias, a contar da sua notificação, sob pena de não ser possível efetuar a inscrição.
 4. Para os efeitos do número anterior, verifica-se um processo insuficientemente instruído, sempre que ocorra a falta de entrega dos documentos mencionados no n.º 1 do presente artigo, salvo em situações devidamente justificadas.
 5. As entidades inscritas na BDAA procederão anualmente à atualização da informação prevista no n.º 1 do presente artigo, no aplicável, sob pena de suspensão da inscrição.
 6. Sem prejuízo da atualização anual, as entidades deverão comunicar à União das Freguesias qualquer alteração, no prazo máximo de 30 dias.
 7. No caso de a atualização resultar no incumprimento dos requisitos gerais enunciados no artigo 5.º do presente Regulamento, a inscrição suspende-se pelo período de tempo que durar esse incumprimento, determinando a impossibilidade da entidade apresentar o pedido de apoio durante o período de suspensão.

CAPÍTULO II

APOIOS FINANCEIROS

SECÇÃO I

DA APRESENTAÇÃO, INSTRUÇÃO E AVALIAÇÃO DOS PEDIDOS

Artigo 8.º

Apresentação e Prazo de Entrega dos Pedidos



1. Os pedidos de apoio são formalizados por via eletrónica para *presidente@ufmb.pt* ou presencialmente nos serviços de Secretaria na sede e delegação da União das Freguesias, conforme modelo de pedido de apoio constante do anexo II ao presente Regulamento, até 15 de novembro do ano anterior ao da execução do respetivo projeto ou atividade, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do presente artigo.
2. Os pedidos de apoio referidos no número anterior podem ser formalizados no momento da inscrição na BDAA, sem prejuízo do cumprimento dos requisitos previstos no artigo 6.º do presente Regulamento.
3. O prazo estabelecido no n.º 1 do presente artigo pode ser dispensado nos pedidos de apoio a projetos ou atividades, cuja ocorrência não era expetável para efeitos de programação até à data estipulada no mesmo número, e podem ser apresentados à União das Freguesias a todo o tempo, desde que, razões de interesse para a União das Freguesias e devidamente fundamentadas o justifiquem, e até um mês da data da realização da iniciativa ou atividade.
4. O prazo estabelecido no n.º 1 do presente artigo pode ser dispensado nos pedidos de apoio a projetos ou atividades, cuja ocorrência não era expetável para efeitos de programação até à data estipulada no mesmo número, e podem ser apresentados a todo o tempo, desde que, razões de interesse da União das Freguesias e devidamente fundamentadas o justifiquem.

Artigo 9.º **Instrução dos Pedidos**

1. O pedido indica concretamente o fim a que se destina o apoio, sendo obrigatoriamente instruído com os seguintes elementos:
 - a) Identificação da entidade requerente e do número de registo da BDAA;
 - b) Justificação do pedido, com indicação dos projetos ou plano de atividades, objetivos que se pretendem atingir, orçamento discriminado e respetivos cronogramas financeiros e de execução física, meios humanos e identificação das fontes de apoio financeiro, patrimonial e logístico;
 - c) Experiência similar em projetos idênticos;
 - d) Indicação dos apoios solicitados ou atribuídos à entidade em causa no âmbito do objeto do pedido e respetivas datas;



- e) Certidões comprovativas da situação contributiva regularizada perante o Estado e a Segurança Social, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 5.º do presente Regulamento;
 - f) Declaração sob compromisso de honra quanto à não condenação nos tribunais por fatos relativos à prossecução dos seus objetivos;
 - g) Declaração sob compromisso de honra que o apoio solicitado se destina, exclusivamente, aos projetos ou atividades objeto do pedido de apoio.
2. A União das Freguesias de Marrazes e Barosa pode solicitar esclarecimentos adicionais relativamente aos documentos apresentados para estrito estudo e análise do pedido de apoio, sem prejuízo de outros documentos que sejam obrigatórios por força de aplicação de regimes especiais previstos na lei.

Artigo 10.º **CrITÉRIOS de Seleção**

1. A apreciação de todos os pedidos de apoio é efetuada e valorada com base nos seguintes critérios gerais:
- a) Qualidade e interesse do projeto ou atividade;
 - b) Continuidade do projeto ou atividade e qualidade de execuções anteriores;
 - c) Criatividade e inovação do projeto ou atividade;
 - d) Consistência do projeto de gestão, determinada, designadamente, pela adequação do orçamento apresentado às atividades a realizar;
 - e) Capacidade de angariação de outras fontes de financiamento ou de outros tipos de apoio, designadamente, participações de outras entidades, mecenato ou patrocínio;
 - f) O número potencial de beneficiários e público-alvo dos projetos ou atividades;
 - g) Capacidade dos intervenientes demonstrada, designadamente, através dos respetivos currículos e de informação relativa a atividades ou projetos desenvolvidos em anos anteriores;
 - h) Grau de cumprimento de projetos e atividades anteriormente apoiados pela União das Freguesias;
 - i) Conformidade entre os objetivos dos projetos ou atividades propostas e as linhas programáticas da União das Freguesias nas áreas social, cultural, desportiva, recreativa e outras constantes das Grandes Opções do Plano.



2. Sem prejuízo dos critérios gerais, a avaliação dos pedidos de apoio no âmbito da **área social** são valorados e devem atender aos seguintes critérios:
 - a) Resposta às necessidades da comunidade;
 - b) Intervenção continuada em áreas prioritárias de inserção social e comunitária;
 - c) Contributo para a correção das desigualdades de ordem socioeconómica e combate à exclusão social;
 - d) Contributo para a não discriminação em razão do sexo e de igualdade entre mulheres e homens, de prevenção e combate a todas as formas de violência contra as mulheres, violência de género e violência doméstica, e de combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais;
 - e) Âmbito geográfico e populacional da intervenção.
3. Sem prejuízo dos critérios gerais, a avaliação dos pedidos de apoio no âmbito da **área cultural** são valorados e devem atender aos seguintes critérios:
 - a) Interesse cultural, qualidade artística e técnica do projeto ou do plano de atividades;
 - b) Sustentabilidade do plano de atividades ou do projeto e o seu contributo para a dinamização cultural da União das Freguesias;
 - c) Valorização do património cultural da União das Freguesias;
 - d) Investigação, experimentação e capacidade de inovação;
 - e) Valorização da criação multicultural;
 - f) Parcerias de produção e intercâmbio, nacional ou internacional;
 - g) Estratégia de captação e sensibilização de públicos;
 - h) Iniciativas destinadas a públicos infantis e juvenis, nomeadamente complementares das atividades curriculares, fomentando o interesse das crianças e dos jovens pela cultura;
 - i) Iniciativas a desenvolver em zonas da União das Freguesias ou junto de populações com menor acesso às atividades ou projetos artísticos e culturais propostos;
 - j) Atividades ou projetos artísticos e culturais acessíveis a pessoas com deficiência.
4. Sem prejuízo dos critérios gerais, a avaliação dos pedidos de apoio no âmbito da **área desportiva** são valorados e devem atender aos seguintes critérios:
 - a) Número de praticantes em atividades regulares, por modalidade, escalão etário/sexo;
 - b) Número de treinadores em atividade e nível técnico;
 - c) Taxa média de crescimento: número de praticantes e treinadores nos últimos 2 anos;



- d) Grau de formação académica na área desportiva dos treinadores e coordenadores desportivos envolvidos no projeto ou atividade;
 - e) Classificações/Títulos relevantes por modalidade, escalão etário/sexo, bem como existência de prestações de excelência/contatos internacionais;
 - f) Acompanhamento médico e psicológico dos participantes: número de médicos e psicólogos envolvidos no projeto ou atividade;
 - g) Número e tipologia de instalações desportivas próprias, para o desenvolvimento do projeto ou atividade;
 - h) Outros recursos próprios para o desenvolvimento do projeto ou atividade (ex: viaturas, equipamentos desportivos, etc.);
 - i) Existência e adequação dos projetos e atividades desenvolvidos à realidade e necessidades da comunidade, de caráter inovador e acessíveis a todas as franjas da população;
 - j) Contributo do projeto ou atividade proposto para a promoção da União das Freguesias.
5. Sem prejuízo dos critérios gerais, a avaliação dos pedidos de apoio no âmbito da **área recreativa** são valorados e devem atender aos seguintes critérios:
- a) Mobilização da população;
 - b) Incremento e aproveitamento da vertente lúdica que cabe à União das Freguesias.
6. Sem prejuízo dos critérios gerais, a avaliação dos pedidos de apoio no âmbito da **área do desenvolvimento económico** são valorados e devem atender aos seguintes critérios:
- a) Valorização, promoção e dinamização do desenvolvimento económico da União das Freguesias;
 - b) Iniciativas destinadas a públicos juvenis, nomeadamente complementares das atividades curriculares, fomentando o interesse dos jovens pelo empreendedorismo;
 - c) Capacidade de intervenção no território da União das Freguesias junto das populações com menor acesso às atividades de promoção do desenvolvimento e empreendedorismo.
7. Sem prejuízo dos critérios gerais, a avaliação dos pedidos de apoio no âmbito da **área do ambiente** são valorados e devem atender aos seguintes critérios:
- a) Relevância do projeto ou atividade no contributo para o desenvolvimento sustentável;
 - b) Iniciativas destinadas a públicos juvenis, nomeadamente complementares das atividades curriculares, fomentando o interesse dos jovens pelo empreendedorismo;
 - c) Capacidade de intervenção no território da União das Freguesias junto das populações com menor acesso;



- d) Iniciativas destinadas a públicos infantis e juvenis, nomeadamente fomentando o desenvolvimento da consciência ecológica e o interesse pela preservação e conservação dos ecossistemas;
 - e) Grau de tomada de consciência ambiental baseada na participação voluntária e ativa dos cidadãos;
 - f) Contributo do projeto ou atividade para a melhoria das condições do património ambiental da União das Freguesias.
8. Sem prejuízo dos critérios gerais e específicos, anualmente, deverão ser definidos e aprovados pela Junta da União das Freguesias de Marrazes e Barosa, sob proposta do seu Presidente ou membro do Executivo com competência delegada na área, os indicadores relativos aos objetivos estratégicos de forma a garantir uma maior transparência no processo de avaliação.

Artigo 11.º **Avaliação do Pedido de Atribuição**

1. A decisão de atribuição dos apoios é da competência do Executivo da União das Freguesias de Marrazes e Barosa, sob proposta do seu Presidente ou membro do Executivo com competência delegada na área.
2. Para efeitos de avaliação do pedido deve constar da proposta mencionada nos números anteriores informação relativa à atribuição de outros apoios aos titulares do pedido, as datas em que os mesmos foram atribuídos, bem como a informação do cabimento e fundos disponíveis e verificação da atualização da BDAA.
3. Caso exista, por parte de qualquer elemento do Executivo e/ou trabalhador, conflito de interesses e/ou participação na direção dos órgãos sociais da entidade beneficiária, fica este impedido de interferir na avaliação do pedido.
4. A informação relativa a aprovação ou não do apoio pela União das Freguesias de Marrazes e Barosa é sujeita a registo na BDAA.
5. A União das Freguesias de Marrazes e Barosa deve justificar as razões da não aprovação dos pedidos de apoio apresentados pelas entidades proponentes no prazo máximo de 30 dias contados a partir da data de não aprovação dos mesmos, sem prejuízo da audiência prévia dos interessados, nos termos gerais do Código de Procedimento Administrativo.



SECÇÃO II FORMAS DE FINANCIAMENTO E DE CONCRETIZAÇÃO DOS APOIOS

Artigo 12.º Formas e Fases de Financiamento

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os apoios financeiros são atribuídos numa única prestação, após aprovação pelo Executivo da União das Freguesias de Marrazes e Barosa, sendo obrigatória a apresentação do relatório a que alude o n.º 1 do artigo 13.º do presente Regulamento, no prazo de 30 dias a contar da sua conclusão, implicando o seu incumprimento a aplicação das sanções previstas no 19.º deste Regulamento.
2. Os apoios relativos a projetos ou atividades, com duração superior a um mês, são concedidos de forma faseada, obedecendo neste caso ao seguinte plano de pagamentos:
 - a) 1.ª prestação após a celebração do respetivo contrato-programa, correspondente a 30% do montante total;
 - b) 2.ª prestação correspondente a 70% do montante total, após conclusão do projeto ou atividade e entrega do relatório a que alude o n.º 1 do artigo 14.º do presente Regulamento, e respetivos documentos justificativos da despesa, no prazo de 30 dias.
3. Os valores das percentagens e o número de prestações referidas no número anterior podem ser alterados no caso de projetos ou atividades cuja complexidade ou especialização e maior duração o justifiquem, desde que, devidamente fundamentado por cronograma financeiro aprovado pelo Executivo, sendo desta forma o apoio concedido faseadamente em três ou mais prestações, sem prejuízo da última prestação só ter lugar após a entrega do relatório a que alude o n.º 1 do artigo 14.º do presente Regulamento.
4. Para efeito dos pagamentos acima mencionados deve ser verificado o cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, bem como verificada a conformidade do relatório a que alude o n.º 1 do artigo 14.º do Regulamento, confirmado pelo Presidente ou membro do Executivo com competência delegada na área.
5. O montante do apoio financeiro a atribuir no âmbito do presente Regulamento, não pode ser superior a 50% do orçamento previsto para os respetivos projetos ou atividades, salvo nos casos seguintes:
 - a) Quando a União das Freguesias seja o principal promotor ou co-produtor;



- b) Quando esteja em causa a concretização de compromissos já assumidos pela Junta da União das Freguesias de Marrazes e Barosa;
- c) Quando devidamente fundamentado e aprovado pelo Executivo da União das Freguesias.

Artigo 13.º

Formas de Concretização dos Apoios

1. A aprovação de quaisquer apoios pela União das Freguesias de Marrazes e Barosa deve ser sempre precedida de informação relativa aos respetivos cabimentos orçamentais e fundos disponíveis e ao cumprimento dos requisitos referidos no artigo 9.º do presente Regulamento.
2. Quando o Presidente ou membro do Executivo com competência delegada na área entenda que a melhor forma de controlar a execução do apoio é através da celebração de um contrato programa, pode optar por fazê-lo, em cumprimento das regras que lhes são aplicáveis.
3. Após aprovação do apoio pelo Executivo da União das Freguesias de Marrazes e Barosa o mesmo deve ser sujeito a registo de compromisso.
4. Pelo cumprimento das obrigações decorrentes do apoio aprovado, a União das Freguesias deve proceder ao registo da dívida, a qual se constitui nesse momento.

Artigo 14.º

Avaliação da Aplicação dos Apoios

1. As entidades apoiadas apresentam no final da realização do projeto ou atividade, um relatório com explicitação dos resultados alcançados, conforme modelo constante no anexo III ao presente Regulamento, o qual é analisado pela Junta da União das Freguesias, que por sua vez remete ao serviço de contabilidade.
2. As entidades apoiadas nos termos do presente Regulamento devem ainda organizar e arquivar autonomamente a documentação justificativa da aplicação dos apoios concedidos.
3. A União das Freguesias pode, a todo o tempo, solicitar a apresentação da documentação referida no número anterior para apreciação da correta aplicação dos apoios.

Artigo 15.º

Auditorias



Sem prejuízo da obrigatoriedade de entrega dos relatórios de execução financeira e física previstos no presente Regulamento, os projetos ou atividades apoiados no âmbito do mesmo, podem ser submetidos a auditorias a realizar pela União das Freguesias de Marrazes e Barosa, devendo os beneficiários disponibilizar toda a documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.

CAPÍTULO III APOIOS NÃO FINANCEIROS

SECÇÃO I DO ACESSO AOS APOIOS

Artigo 16.º Requisitos para a Atribuição

1. As entidades que pretendam beneficiar de apoios não financeiros, designadamente, na cedência de equipamentos, espaços físicos e outros meios técnicos, materiais, logísticos ou de divulgação da União das Freguesias para o desenvolvimento de projetos ou atividades, ficam sujeitos ao disposto nos artigos 5.º a 10.º, sem prejuízo da exceção prevista no artigo seguinte.
2. Salvo casos excecionais devidamente fundamentados, não pode ser atribuído um apoio não financeiro sempre que para a sua efetivação seja necessário a aquisição específica de serviços ou a locação de bens por parte da União das Freguesias.

Artigo 17.º Apoios não financeiros excluídos do RAA pela UFMB

Os apoios não financeiros cujos encargos estimados para a União das Freguesias sejam inferiores a 2.500 euros e não sejam para desenvolvimento de atividades anuais, não estão sujeitos ao disposto no n.º 1 do artigo anterior, sem prejuízo da instrução do procedimento administrativo conducente à autorização do apoio pela União das Freguesias.



SECÇÃO II ENCARGOS ESTIMADOS

Artigo 18.º Cálculo

1. O cálculo dos encargos estimados referido no artigo anterior é efetuado pelo Presidente ou membro do Executivo com competência delegada na área com base nos custos de referência associados, entre outros, a mão-de-obra, equipamentos, espaços físicos, meios técnico-logísticos e de divulgação.
2. O cálculo referenciado no número anterior, para além de incluir os encargos estimados deve ter em conta as isenções de taxas e de outras receitas concedidas pela União das Freguesias no âmbito do apoio.

CAPÍTULO IV CONTRATOS-PROGRAMA

Artigo 19.º Concretização e Conteúdo

1. A atribuição dos apoios deverá ser concretizada mediante a celebração de contratos-programa entre a União das Freguesias de Marrazes e Barosa e a entidade beneficiária, sem prejuízo no disposto do artigo 13º do presente Regulamento, sempre que o apoio atribuído é de natureza regular e/ou plurianual.
2. Os contratos-programa devem mencionar expressamente:
 - a) Objeto do contrato;
 - b) Obrigações da entidade beneficiária;
 - c) Entidades eventualmente associadas à gestão do programa, seus poderes e suas responsabilidades;
 - d) Prazo de execução do programa;
 - e) Custo previsto do programa e definição das responsabilidades de financiamento;
 - f) Regime de comparticipação financeira, logística e/ou material;



- g) Destino dos bens adquiridos ou construídos ao abrigo do programa e responsabilidade pela sua gestão e manutenção, bem como as garantias de afetação futura dos mesmos bens aos fins do contrato;
- h) Sistema de acompanhamento e controlo da execução do programa;
- i) Condições de revisão do contrato.

Artigo 20.º

Vigência dos contratos-programa

Os contratos-programa entram em vigor na data da sua assinatura por ambas as partes outorgantes.

Artigo 21.º

Acompanhamento e controlo da execução dos contratos-programa

1. Compete à Junta da União das Freguesias de Marrazes e Barosa fiscalizar a execução dos contratos-programa.
2. A entidade ou entidades responsáveis pela realização das ações apoiadas devem prestar à autarquia todas as informações e documentação, por esta solicitadas, acerca da execução do contrato, sob pena de resolução do mesmo.

Artigo 22.º

Revisão

O contrato-programa pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, quando se mostre estritamente necessário ou, unilateralmente, pela Junta da União das Freguesias devido a imposição legal superveniente ou ponderoso interesse público.

CAPÍTULO V

INCUMPRIMENTO, RESCISÃO E SANÇÕES

Artigo 23.º

Incumprimento, Rescisão e Sanções



1. O incumprimento dos projetos ou atividades, das contrapartidas ou das condições estabelecidas no contrato-programa constitui motivo para a resolução imediata do mesmo por parte da União das Freguesias e implica a devolução dos montantes recebidos.
2. Quando se verifique o disposto na parte inicial do número anterior no caso de apoios não financeiros, implica, ainda, a reversão imediata dos bens cedidos à posse da União das Freguesias, sem prejuízo das devidas indemnizações à mesma pelo uso indevido e danos sofridos.
3. O incumprimento das normas legais ou regulamentares relativas à afixação e inscrição de publicidade, pelas entidades e organismos, ou por terceiros mandatados para o efeito, diretamente relacionado com o objeto do contrato-programa, ou com outros projetos ou atividades apoiados no âmbito do presente Regulamento, constitui motivo para rescisão imediata do mesmo por parte da União das Freguesias e implica a devolução dos montantes recebidos.
4. O incumprimento dos projetos ou atividades, das contrapartidas ou das condições estabelecidas no contrato-programa impede, ainda, a atribuição de novos apoios num período a estabelecer pela União das Freguesias e implica a menção do incumprimento na BDAA existente na mesma.
5. Da decisão de incumprimento, de resolução e sanções previstas nos números anteriores podem os interessados interpor recurso diretamente para a União das Freguesias de Marrazes e Barosa, que o apreciará, mediante parecer dos serviços a emitir no prazo de 30 dias.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 24.º Omissões

Os casos omissos no presente Regulamento são objeto de deliberação por parte do Executivo da União de Freguesias de Marrazes e Barosa.

Artigo 25.º Publicação

O presente Regulamento deve ser publicitado na página da internet da União das Freguesias de Marrazes e Barosa e em Editais afixados nos lugares de estilo.



União das freguesias
de Marrazes e Barosa
a união faz o futuro!



Artigo 26.º

Regime Transitório

1. A atribuição dos apoios já concedidos à data da entrada em vigor do presente Regulamento mantém-se em vigor sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. Os contratos-programa com cláusula de renovação automática, ou não, ficam sujeitos ao prazo estabelecido no n.º 1 do artigo 7.º do presente Regulamento, no ano do término da sua vigência, aplicando-se para o efeito o regime previsto nos artigos 6.º e seguintes.

Artigo 27.º

Entrada em Vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação em Diário da República, após aprovação pela Assembleia de Freguesia.



Anexo I

**FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO NA BASE DE DADOS PARA
ATRIBUIÇÃO DE APOIOS (BDAA)**

1/2

A preencher pelos serviços

I. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE E ENTIDADE									
Nome completo representante									
Endereço postal									
Código postal					-				Localidade
Contacto telefónico						Contacto eletrónico			
BI / Cartão do cidadão						Válido até			
Qualidade do requerente									
Nome completo entidade									
Endereço postal									
Código postal					-				Localidade
Contacto telefónico						Contacto eletrónico			
NIPC						N.º de sócios		Valor quotas	

II. ÁREA DE ATIVIDADE / CONSTITUIÇÃO DA ENTIDADE / IDENTIFICAÇÃO DO(S) REPRESENTANTE(S)									
Área de atividade									
Social			Cultural		Desportiva		Recreativa		Outra
Constituição da entidade									
Data da aprovação dos estatutos / /			Data da publicação / /			Diário da República/Série/Número / /			
Data da alteração dos estatutos / /			Data da publicação / /			Diário da República/Série/Número / /			

...



Anexo I (continuação)

**FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO NA BASE DE DADOS PARA
ATRIBUIÇÃO DE APOIOS (BDAA)**

2/2

Identificação do(s) representante(s)		
Mandato		
Início / / Fim / /		
Presidente da Direção	Contacto telefónico	
Representantes legais		
Nome:	Cargo:	BI/CC n.º:
Nome:	Cargo:	BI/CC n.º:
Nome:	Cargo:	BI/CC n.º:

III. DADOS BANCÁRIOS																			
IBAN	PT50																		
Representantes legais para efeitos financeiros																			
Nome:															Cargo:				
Nome:															Cargo:				
Nome:															Cargo:				

IV. DOCUMENTOS EM ANEXO	
	Fotocópia do cartão de identificação fiscal
	Certidão comprovativa da situação tributária regularizada perante o Estado
	Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social
	Fotocópia dos estatutos
	Fotocópia da ata referente à eleição dos órgãos sociais e aceitação / tomada de posse
	Fotocópia do regulamento interno (se aplicável)
	Fotocópia dos relatórios de atividades e contas do ano anterior e respetiva ata de aprovação
	Comprovativo de IBAN
	Outros (indique quais abaixo)

O REQUERENTE / REPRESENTANTE LEGAL	
Data	Assinatura e carimbo



FORMULÁRIO DE PEDIDO DE APOIO

1/2

A preencher pelos serviços

I. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Nome completo entidade

NIPC

N.º de registo BDAA

Nome de pessoa de contacto

Cargo

Contacto telefónico

Contacto eletrónico

II. APOIO

Área de pedido do apoio

Social

Cultural

Desportiva

Recreativa

Outra

Tipo(s) de apoio a que se refere o pedido

- ☐ Apoio financeiro para:
- ☐ Continuidade ou incremento de projetos
 - ☐ Construção, conservação ou beneficiação de instalações
 - ☐ Aquisição de equipamentos de natureza social, desportiva, recreativa, cultural ou outra

- ☐ Apoio não financeiro para:
- ☐ Cedência de equipamentos
 - ☐ Espaços físicos
 - ☐ Meios técnicos e/ou logísticos
 - ☐ Outros (especifique quais)

...



FORMULÁRIO DE PEDIDO DE APOIO

2/2

...

III. DOCUMENTOS EM ANEXO	
	Descrição dos projetos ou atividades, objetivos a atingir, meios humanos e identificação das fontes de apoio financeiro, patrimonial e logístico
	Orçamento discriminado
	Cronograma financeiro
	Cronograma de execução física
	Descrição de experiência similar em projetos idênticos
	Indicação dos apoios solicitados e/ou recebidos no âmbito do objeto do pedido e respetivas entidades e datas
	Declaração sob compromisso de honra quanto à não condenação nos tribunais por factos relativos à prossecução dos seus objetivos
	Declaração sob compromisso de honra que o auxílio se destina exclusivamente ao objeto do pedido
	Declaração fundamentada do interesse para a União das Freguesias da atividade a desenvolver
	Outros (indique quais abaixo)

O REQUERENTE / REPRESENTANTE LEGAL	
Data	Assinatura e carimbo



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

1/2

A preencher pelos serviços

I. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PROJETO/ATIVIDADE

Nome completo entidade

NIPC

N.º de registo BDAA

Designação do projeto / atividade

Aprovado pela União das Freguesias em: / /

II. EXECUÇÃO

Período de realização física do projeto/atividade

Início do projeto/atividade

Fim do projeto/atividade

Data prevista: / /

Data prevista: / /

Data efetiva: / /

Data efetiva: / /

III. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE

Descrição dos objetivos, atividades desenvolvidas, resultados, identificação dos desvios ocorridos durante a execução do projeto/atividade e sua justificação:



MINUTA DO CONTRATO-PROGRAMA

Entre:

A União das Freguesias de Marrazes e Barosa, NIPC 510837794, com sede na Rua Joaquim Soares Cêa Simões, N.º 9, 2415-508 Marrazes – Leiria, neste ato representada por, adiante designado como Primeiro Outorgante;

e

..... (entidade a apoiar), NIPC, neste ato representada por, na qualidade de, adiante designado como Segundo Outorgante,

É celebrado o presente contrato-programa que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Objeto do Contrato-Programa

Constitui objeto do presente contrato-programa a atribuição de apoio (financeiro / não financeiro) para a execução do(as) (projetos/atividades), a realizar na União das Freguesias de Marrazes e Barosa, nos termos da candidatura apresentada pelo Segundo Outorgante, ora anexa, e que faz parte integrante do presente contrato-programa.

Cláusula 2ª¹

Apoio financeiro

1. O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante o apoio financeiro mencionado na cláusula anterior, no montante total de Euros (por extenso), de acordo com o plano de pagamentos previsto no número 3 da presente cláusula.
2. O apoio financeiro referido no número anterior destina-se exclusivamente a suportar os encargos/custos contemplados no orçamento, apresentado pelo Segundo Outorgante em sede do pedido apresentado, e ora anexo.
3. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos²:
 - a) 1ª prestação após a celebração do respetivo contrato-programa, correspondente a 30 % do montante total;
 - b) 2ª prestação correspondente a 70 % do montante total, após conclusão do projeto ou atividade e entrega do relatório com explicitação dos resultados alcançados e respetivos documentos justificativos da despesa.

OU³

3. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:

- a) (...) (a explicitar de acordo com o cronograma financeiro aprovado pela Junta) ³

¹ Aplicável só no caso de apoio financeiro.

² Aplicável no caso de projetos/atividades com duração superior a 1 mês.

³ Aplicável no caso de projetos / atividades cuja complexidade ou especialização e maior duração o justifique.



Cláusula 2ª

Apoio não financeiro

1. O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante (a cedência de equipamentos, espaços físicos e outros meios técnicos, materiais, logísticos ou de divulgação), para o desenvolvimento do projeto/atividade referido(a) na cláusula anterior, nos termos seguintes:
(a explicitar caso a caso)
2. O apoio financeiro mencionado na cláusula anterior, no número anterior destina-se exclusivamente para a execução do projeto/atividade referido(a) na cláusula anterior.

Cláusula 3ª

Indicadores do projeto

No âmbito do projeto/atividade objeto do presente contrato-programa são definidos os seguintes indicadores:
(a explicitar caso a caso)

Cláusula 4ª

Obrigações do Primeiro Outorgante

O Primeiro Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cumprir as condições e os prazos de pagamento estipulados;
- b) Acompanhar a execução do projeto/atividade;
- c) (a explicitar caso a caso)

Cláusula 5ª

Obrigações do Primeiro Outorgante

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com a União das Freguesias no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato-programa;
- b) Apresentar um relatório com explicitação dos resultados alcançados e respetivos documentos justificativos da despesa, no prazo de 30 dias a contar da conclusão do projeto/atividade;
- c) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pela União das Freguesias de Marrazes e Barosa, no âmbito do objeto do presente contrato-programa;
- d) Aplicar e administrar corretamente o apoio tendo em conta o objeto do presente contrato-programa;
- e) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- f) Publicitar o projeto/atividade objeto do presente contrato-programa, fazendo referência ao apoio pela União das Freguesias, através da menção expressa, “Com o apoio da União das Freguesias de Marrazes e Barosa”, e inclusão do respetivo brasão, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto/atividade, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- g) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato-programa, nomeadamente:
(a explicitar caso a caso)

⁴ Aplicável só nos casos de apoio não financeiro (cedência de espaços físicos e outros meios técnicos, materiais, logísticos ou de divulgação).

⁵ Sem prejuízo da natureza específica do projeto/atividade a apoiar.



Cláusula 6ª
Auditoria

O projeto/atividade apoiado(a) nos termos do presente contrato-programa pode ser submetido a auditoria, devendo o Segundo Outorgante disponibilizar toda a documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.

Cláusula 7ª
Revisão do contrato-programa

O presente contrato-programa pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público ficando sempre sujeito a prévia autorização do Executivo da União das Freguesias de Marrazes e Barosa.

Cláusula 8ª
Incumprimento, Rescisão e Sanções

1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante de uma ou mais condições estabelecidas no presente contrato-programa constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes recebidos.⁶
2. O incumprimento pelo Segundo Outorgante de uma ou mais condições estabelecidas no presente contrato-programa constitui causa da sua rescisão imediata por parte do Primeiro Outorgante e implica, ainda, a reversão imediata dos bens cedidos à sua posse, sem prejuízo das devidas indemnizações pelo uso indevido e danos sofridos.⁷
3. O incumprimento do presente contrato-programa constitui impedimento para a apresentação de novo pedido de apoio por parte do Segundo Outorgante num período a estabelecer pelo Executivo da União de Freguesias de Marrazes e Barosa.

Cláusula 9ª
Vigência do Contrato-Programa

O presente contrato-programa inicia-se com a sua celebração e tem a duração de (referência à sua duração), sendo que(menção expressa quanto à possibilidade ou não da sua renovação e em que termos e condições).

Cláusula 10ª
Disposições finais

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente contrato-programa, aplica-se, subsidiariamente, as disposições do Regulamento de atribuição de apoios pela União de Freguesias de Marrazes e Barosa e legislação especial aplicável.

O Primeiro Outorgante

O Segundo Outorgante

Marrazes, de de 20....

⁶ Aplicável no caso de apoio financeiro.

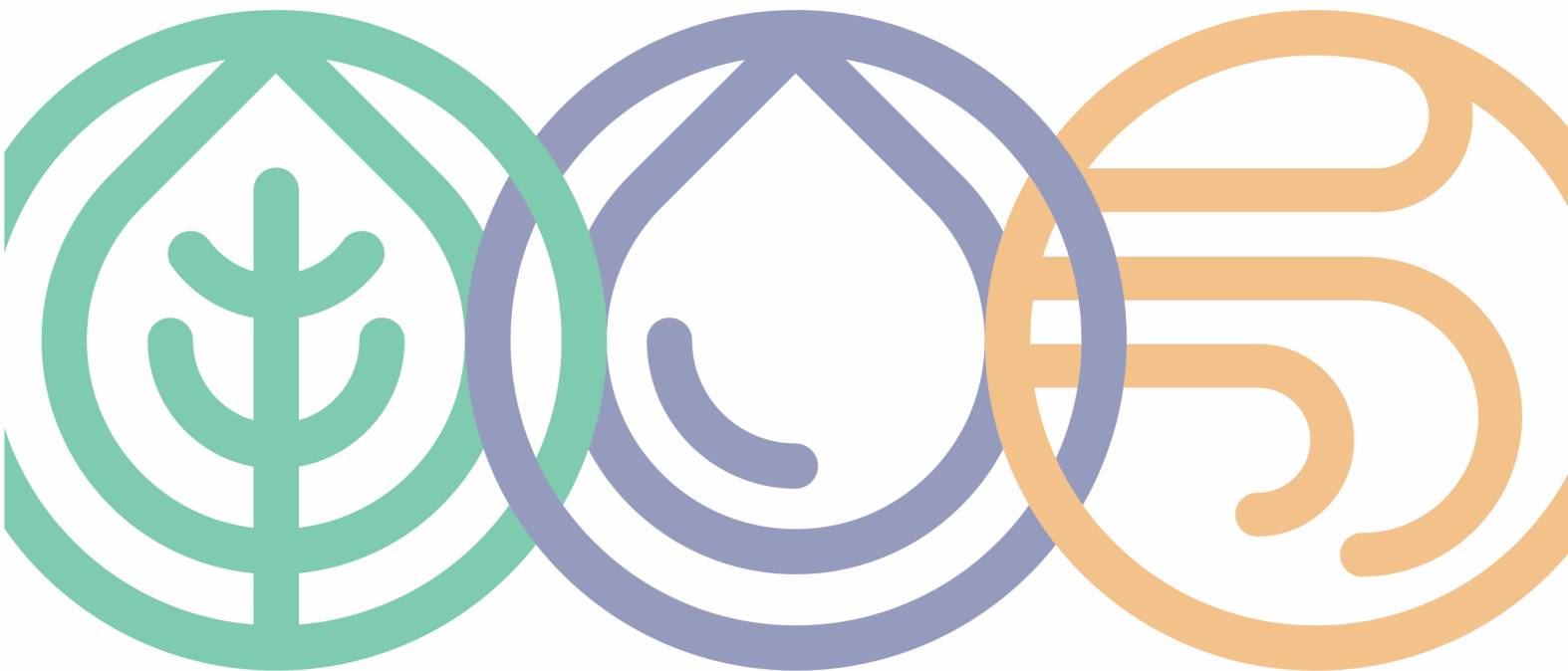
⁷ Aplicável só no caso de apoio não financeiro.



União das freguesias
de Marrazes e Barosa
a união faz o futuro!



Apreciação, discussão e votação do Regulamento dos Cemitérios da União das Freguesias



Regulamento dos Cemitérios



União das freguesias
de Marrazes e Barosa
a união faz o futuro!



Índice

Definições e normas de legitimidade.....	5
Artigo 1.º	5
Definições	5
Artigo 2.º	6
Legitimidade.....	6
Artigo 3.º	6
Taxas	6
Da organização e funcionamento dos serviços.....	7
Artigo 4.º	7
Âmbito.....	7
Artigo 10.º	9
Locais de Inumação.....	9
Artigo 11.º	10
Prazo para a Inumação	10
Artigo 12.º	10
Autorização e procedimento para inumação.....	10
Artigo 13.º	11
Taxas	11
Das Exumações	11
Artigo 14.º	11
Da Inumação	11
Artigo 15.º	11
Procedimento.....	11
Artigo 16.º	12
Nova exumação.....	12
Das Trasladações	12
Artigo 17.º	12



Prazo.....	12
Artigo 18.º.....	12
Processo.....	12
Artigo 19.º.....	13
Requerimento.....	13
Artigo 20.º.....	13
Averbamento.....	13
Artigo 21.º.....	13
Trasladação para Cemitério diferente.....	13
Da Concessão de Terreno	14
Artigo 22.º.....	14
Requerimento.....	14
Artigo 23.º.....	14
Alvará.....	14
Artigo 24.º.....	15
Construção.....	15
Artigo 25.º.....	15
Autorização dos atos.....	15
Das Construções Funerárias	15
Secção I – Das Obras	15
Artigo 26.º.....	15
Artigo 27.º.....	16
Sepulturas.....	16
Das Sepulturas Abandonadas	18
Artigo 33.º.....	18
Noção	18
Artigo 34.º.....	18
Desinteresse dos Concessionários.....	18
Artigo 36.º.....	19
Destino dos Restos Mortais.....	19



Disposições Finais	19
Artigo 37.º	19
Proibições no Recinto do Cemitério.....	19
Artigo 39.º	20
Realização de Cerimónias	20
Artigo 40.º	20
Taxas	20
Artigo 41.º	20
Sanções.....	20
Artigo 42.º	21
Omissões	21
Artigo 43.º	21
Entrada em Vigor	21



Preâmbulo

A entidade responsável pela administração dos Cemitérios pertença da Freguesia é a União das Freguesias de Marrazes e Barosa, de acordo com o disposto no art. 2.º al. m) do DL n.º 411/98, de 30 de dezembro.

Deve esta matéria ser objecto de Regulamento, cuja aprovação compete à Assembleia de Freguesia, sob proposta da Junta de acordo com a Lei das autarquias Locais n.º 169/99 na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, arts. 17.º, n.º 2, al. j) e 34.º, n.º 5, al. b).

O Direito Mortuário encontra-se regulado de forma reduzida e algo dispersa.

Assim, o DL 411/98, de 30 de dezembro, alterado pelos Decretos-Lei 5/2000, de 29 de janeiro e 138/2000, de 13 de Julho, consignou importantes alterações ao direito mortuário vigente.

Regia, até então, o Decreto 48770, de 18 de dezembro de 1968, que ainda se encontra em vigor, em tudo o que não contrarie o diploma citado no parágrafo anterior.

A respeito da construção e polícia de cemitérios regem as normas, ainda vigentes, do Decreto 44220, de 3 de março de 1962, que, sobre a matéria podemos consultar.

Outros preceitos dispersos são aplicáveis, contidos em diplomas que não regulam especialmente a matéria, mas que lhe fazem referência, como a atrás referida Lei das Autarquias Locais, entre outras.

Questão que se presta a alguns equívocos, designadamente entre os particulares, é a dos terrenos para sepulturas e jazigos. Sujeitos ao regime de concessão, de acordo com o art. 34.º, n.º 6, al. d), da Lei das Autarquias Locais e não ao direito de propriedade pelos particulares, os terrenos dos cemitérios continuam no domínio da Freguesia que os concede para as respetivas finalidades.

Desta forma, não é possível que esses terrenos sejam objecto de contrato de compra e venda; Não lhes é atribuído artigo matricial, não se inscrevem nas Finanças nem se registam nas Conservatórias do Registo Predial.

Considerando a normal actividade e finalidade dos cemitérios, à luz do respectivo enquadramento jurídico, é elaborado o presente regulamento.



Capítulo I

Definições e normas de legitimidade

Artigo 1.º

Definições

Para efeitos do presente regulamento, considera-se:

1. Órgão de Polícia Criminal: Todas as entidades e agentes policiais a quem caiba levar a cabo qualquer ato ordenado por uma autoridade judiciária, designadamente a Guarda Nacional Republicana, a Polícia de Segurança Pública e a Polícia Marítima;
2. Autoridade de Polícia: Os Diretores, oficiais, inspetores e todos os funcionários a quem as leis e respetiva conhecem ainda qualificações;
3. Autoridade de Saúde: o Delegado Regional de Saúde, o Delegado Concelhio de Saúde ou Os seus adjuntos;
4. Autoridade Judiciária: o Juiz, o Juiz de Instrução e o Ministério Público, cada um relativamente aos atos processuais que cabem na sua competência;
5. Remoção: o levantamento de cadáver do local onde ocorreu ou foi verificado o óbito e o seu subsequente transporte, a fim de se proceder à sua inumação;
6. Inumação: a colocação de cadáver em sepultura, jazigo ou local de consumpção aeróbia;
7. Exumação: a abertura de sepultura, local de consumpção aeróbia ou caixão de metal onde se encontra inumado o cadáver;
8. Trasladação: o transporte de cadáver inumado em jazigo ou de ossadas para local diferente daquele em que se encontram, a fim de serem de novo intimados, cremados ou colocados em ossário;
9. Cremação: a redução de cadáver ou ossadas a cinzas;
10. Cadáver: corpo humano após a morte, até estarem terminados os fenómenos de destruição da matéria orgânica;
11. Ossadas: o que resta do corpo humano uma vez terminado o processo de mineralização do esqueleto;
12. Viatura e recipiente apropriado: aquele em que seja possível proceder ao transporte de cadáveres, ossadas, cinzas, fetos mortos ou recém-nascidos falecidos no período neonatal precoce, em condições de segurança e de respeito pela dignidade humana;
13. Período neonatal precoce: as primeiras cento e sessenta e oito horas de vida;
14. Depósito: colocação de urnas contendo restos mortais em ossários e jazigos;
15. Ossários: construções destinadas ao depósito de urnas contendo restos mortais, predominantemente ossadas;



16. Restos mortais: cadáver, ossadas e cinzas;
17. Talhão: área continua destinada a sepulturas unicamente delimitada por ruas, podendo ser constituída por uma ou várias secções;
18. Campa: revestimento em pedra de cantaria, ou outro tipo de material que cobre a sepultura.

Artigo 2.º

Legitimidade

1. Têm legitimidade para requerer a prática de atos regulados no presente regulamento:
 - a. O testamenteiro, em cumprimento de disposição testamentária;
 - b. O cônjuge sobrevivente;
 - c. A pessoa que vivia com o falecido em condições análogas às dos cônjuges;
 - d. Qualquer herdeiro;
 - e. Qualquer familiar;
 - f. Qualquer pessoa ou entidade.
2. Se o falecido não tiver nacionalidade portuguesa, tem também legitimidade o representante diplomático ou consular do país da sua nacionalidade.
3. O requerimento para a prática desses atos pode também ser apresentado por pessoa munida de procuração com poderes especiais para esse efeito, outorgada por quem tiver legitimidade nos termos dos números anteriores.

Artigo 3.º

Taxas

Os montantes das taxas a cobrar nos termos do presente Regulamento são os previstos na Tabela Geral de Taxas e Licenças, anexa ao Regulamento para a Cobrança de Taxas e Licenças em vigor na União das Freguesias de Marrazes e Barosa.



Capítulo II

Da organização e funcionamento dos serviços

Artigo 4.º

Âmbito

1. Os Cemitérios da União das Freguesias de Marrazes e Barosa destinam-se à inumação de cadáveres de indivíduos falecidos na área desta Freguesia.
2. Poderão ainda ser inumados nos cemitérios da União das Freguesias, observadas as disposições legais e regulamentares:
 - a. Os cadáveres de indivíduos falecidos noutras Freguesias ou País, mas naturais desta Freguesia;
 - b. Os cadáveres de indivíduos falecidos fora da área da União das Freguesias de Marrazes e Barosa destinados a ocupar jazigos particulares ou sepulturas perpétuas já concessionadas;
 - c. Os cadáveres de indivíduos falecidos fora da União das Freguesias de Marrazes e Barosa que à data do falecimento tivessem residência habitual nesta União das Freguesias;
 - d. Os cadáveres de indivíduos não abrangidos no número anterior, mediante autorização do Presidente da União das Freguesias, concedida em face de circunstâncias que se repute ponderosas.

Artigo 5.º

Horário de funcionamento

1. Os cemitérios da União das Freguesias estão abertos todos os dias das 8:00 às 17:30 horas.
2. Os serviços de inumação funcionam no seguinte horário:
 - a. das 8:00 h às 12:30h;
 - b. das 13:30 h às 16:00h.
3. Para efeitos de inumação de restos mortais, o corpo terá de dar entrada no cemitério até 60 minutos antes do seu encerramento;



Artigo 6.º

Serviço de recepção e inumação de cadáveres

1. Os serviços de recepção e inumação de cadáveres são dirigidos pelo coveiro de serviço ou, existindo mais do que um, sob direção daquele que, segundo ordens de serviço for determinado.
2. Compete ainda ao(s) coveiro(s):
 - a. A limpeza e conservação dos espaços públicos dos cemitérios e equipamento da autarquia;
 - b. Cumprir e fazer cumprir as disposições do presente Regulamento e leis gerais, bem como as deliberações da União das Freguesias de Marrazes e Barosa e ordens dos seus superiores hierárquicos.

Artigo 7.º

Procedimento

1. A pessoa ou entidade encarregada do funeral deve exibir o assento ¹ ou boletim de óbito ², que será arquivado na Secretaria da União das Freguesias de Marrazes e Barosa.
2. A inumação deve ser requerida à União das Freguesias de Marrazes e Barosa em modelo próprio que consta da lei ³ e do Anexo I deste regulamento, dele fazendo parte integrante.
3. São devidas taxas pelas inumações e outras prestações de serviços relativos ao Cemitério, bem como pela concessão de terrenos para sepulturas, as quais constarão de Tabela aprovada.

Artigo 8.º

Serviços de Registo e Expediente

1. Os serviços de registo e expediente geral funcionam na Secretaria da União das Freguesias de Marrazes e Barosa, que dispõe de livros e/ou de registos informáticos

¹ Assento (ou auto de declaração) de óbito – realizado na Conservatória.

² Boletim de óbito – realização pela autoridade de polícia com jurisdição na Freguesia onde ocorreu o óbito, fora do período de funcionamento das Conservatórias do registo Civil, sendo a esta remetido posteriormente (art. 9.º, n.º 2 do DL n.º 411/98, de 30 de dezembro, na redação do DL n.º 5/2000, de 29 de janeiro).

³ Art. 4.º, n.º 1 do DL n.º 411/98, de 30 de dezembro, na redação do DL n.º 5/2000, de 29 de janeiro.



de inumações, exumações transladações e quaisquer outros atos considerados necessários ao bom funcionamento dos serviços.

2. Quando a Secretaria se encontre encerrada, designadamente aos sábados, domingos e feriados, compete ao coveiro receber o documento e requerimento.
3. No primeiro dia útil seguinte, o coveiro fará a entrega, na Secretaria da União das Freguesias de Marrazes e Barosa dos documentos.
4. Proceder-se-á ao registo dos atos no respetivo livro e/ou meios informáticos.

Capítulo III

Das Inumações

Artigo 9.º

Inumação no cemitério

1. A inumação não pode ter lugar fora dos Cemitérios públicos devendo ser efetuada em sepultura ou jazigo.
2. Podem, excecionalmente, ser permitidas inumações fora do local designado no número anterior nos termos legalmente consagrados ⁴.

Artigo 10.º

Locais de Inumação

1. As inumações serão efetuadas em sepulturas.
2. As sepulturas classificam-se em temporárias e perpétuas.
 - a. Consideram-se temporárias as sepulturas para inumação por períodos de três anos⁵, findos os quais poderá proceder-se à exumação;
 - b. Consideram-se ainda temporárias as sepulturas cedidas pelo período de vinte anos, cuja utilização foi concedida pela União das Freguesias de Marrazes e Barosa, a requerimento dos interessados;
1. As sepulturas temporárias localizam-se em áreas delimitadas exclusivamente pela União das Freguesias, no interior dos respetivos talhões.

⁴ Art. 11.º do DL n.º 411/98 de 30 de dezembro.

⁵ Art. 21.º, n.º 1 do DL n.º 411/98 de 30 de dezembro.



2. É proibido, nas sepulturas temporárias, o enterramento em caixões de zinco e de madeira muito densas, dificilmente deterioráveis ou nas quais tenham sido aplicados tintas ou vernizes que demorem a sua destruição.

Artigo 11.º

Prazo para a Inumação

1. Nenhum cadáver pode ser inumado em sepultura ou encerrado em caixão de zinco, antes de decorridas vinte e quatro horas sobre o óbito e sem que, previamente, se tenha lavrado o respetivo assento ou boletim de óbito, referidos no artigo 7.º.
2. Excecionalmente, a inumação ou encerramento poderão ocorrer antes de decorrido o prazo referido no número anterior, quando ordenada pela autoridade de saúde nos termos da lei⁶.

Artigo 12.º

Autorização e procedimento para inumação

1. A pessoa ou entidade encarregada do funeral deve exhibir o assento de óbito emitido pela Conservatória do Registo Civil ou boletim de óbito, realizado pela autoridade de polícia com jurisdição na freguesia onde ocorreu o óbito, que será arquivado na Secretaria da União das Freguesias.
2. A inumação deve ser solicitada à União das Freguesias, com o mínimo de doze horas de antecedência da hora da inumação, bem como a intenção de inumação em sepultura concessionada, a concessionar ou temporária.
3. Caso pretenda a inumação em sepultura a concessionar, a União das Freguesias informa do respetivo procedimento nos termos do artigo 22.º.
4. Recebidos os documentos, e verificada a veracidade da solicitação de inumação em sepultura concessionada, é emitida autorização pelos serviços de Secretaria da União das Freguesias.
5. As taxas correspondentes ao serviço de inumação devem ser pagas no prazo máximo de quinze dias, exceto a taxa de nova concessão nos termos no n.º 3, que deve ser paga no momento da receção dos documentos ou nos termos do artigo 22.º.
6. Recebidos os documentos e pagas as taxas referidas no artigo 7.º, é emitida guia pelos serviços de Secretaria da União das Freguesias de Marrazes e Barosa (em modelo por

⁶ Nos termos do art. 8.º do DL n.º 411/98 de 30 de dezembro.



esta aprovado), que deverá ser exibida ao encarregado do cemitério, procedendo-se então à inumação.

7. Os elementos constantes da guia referida no número anterior serão registados no livro das inumações e/ou registo informático, mencionando o seu número de ordem, bem como a data de entrada do cadáver no Cemitério e o local de inumação.
8. Quando os serviços da Secretaria se encontrarem encerrados, o coveiro receberá o documento e requerimento (nos termos do artigo 7.º).

Artigo 13.º

Taxas

1. Pelo serviço de inumação é devida a respetiva taxa, constante da Tabela em vigor, emitindo-se o competente recibo em conformidade com o disposto no artigo 8.º.
2. Quando a inumação se realizar nos fins de semana ou feriados, as taxas devem ser liquidadas no dia útil seguinte.

Capítulo IV

Das Exumações

Artigo 14.º

Da Inumação

Após a inumação é proibido abrir qualquer sepultura antes de decorridos três anos⁷, salvo em cumprimento de mandado da autoridade judiciária.

Artigo 15.º

Procedimento

1. Passados três anos sobre a data da inumação, poderá proceder-se à exumação.
2. Logo que seja decidida uma exumação relativa a sepultura temporária, a Junta fará publicar avisos convidando os interessados a acordarem com os serviços do

⁷ Período legal de inumação – art. 21.º, n.º 1 DL n.º 411/98 de 30 de dezembro.



Cemitério, no prazo estabelecido, quanto à data em que aquela terá lugar e sobre o destino a dar às ossadas.

3. Decorrido esse prazo, sem que os interessados promovam qualquer diligência, será feita a exumação, considerando-se abandonadas as ossadas existentes, que serão enterradas no próprio coval a maior profundidade.

Artigo 16.º

Nova exumação

Se, no momento da exumação, não estiverem terminados os fenómenos de destruição da matéria orgânica, recobre-se de novo o cadáver, mantendo-se inumado por períodos sucessivos de dois anos até à mineralização do esqueleto.

Capítulo V

Das Trasladações

Artigo 17.º

Prazo

Só serão permitidas trasladações de restos mortais já inumados antes de decorridos três anos sobre a datada inumação, quando os mesmos se encontrem em caixões devidamente resguardados.

Artigo 18.º

Processo

1. A trasladação de cadáver é efetuada em caixão de zinco, devendo a folha empregue no seu fabrico ter a espessura de 0,4 mm.
2. Pode também ser efetuada a trasladação de cadáver ou ossadas que tenham sido inumadas em caixão de chumbo, ao tempo em que estes eram permitidos⁸.
3. A trasladação de ossadas é efetuada em caixa de zinco com a espessura mínima de 0,4 mm ou de madeira.

⁸ Antes da entrada em vigor do DL n.º 411/98 de 30 de dezembro.



Artigo 19.º

Requerimento

1. A trasladação deve ser requerida pelo interessado à União das Freguesias de Marrazes e Barosa, em modelo legal próprio⁹, que consta do Anexo I deste Regulamento.
2. A autorização será concedida mediante guia (modelo aprovado pela Junta) de condução do cadáver a trasladar, que será exibida ao coveiro, o qual realizará o respetivo trabalho.

Artigo 20.º

Averbamento

1. No livro e/ou registo informático respetivo far-se-ão os averbamentos correspondentes às trasladações efetuadas.
2. Pelo serviço de trasladações são devidas as respetivas taxas, constantes da Tabela em vigor.

Artigo 21.º

Trasladação para Cemitério diferente

Quando a trasladação ocorrer para outro Cemitério, a União das Freguesias de Marrazes e Barosa procede a comunicação à Conservatória do Registo Civil, para efeitos de averbamento ao assento de óbito¹⁰.

⁹ Art. 4, n.º 2 do DL n.º 411/98 de 30 de dezembro (art. 22.º, n.º 2).

¹⁰ Art. 23.º do DL n.º 411/98 de 30 de dezembro.



Capítulo VI

Da Concessão de Terreno

Artigo 22.º

Requerimento

1. A requerimento dos interessados, poderá a União das Freguesias de Marrazes e Barosa concessionar terrenos nos Cemitérios, para sepulturas por um período de 20 anos, as quais poderão ser prorrogadas por igual período, desde que requerido pelos interessados, mediante o requerimento em Anexo II, sendo esta concessão sujeita à taxa em vigor à data.
2. A requerimento dos interessados, poderá a União das Freguesias de Marrazes e Barosa concessionar terrenos nos Cemitérios, para ossários sujeitos a taxa anual.
3. Só poderão ser concessionados terrenos já ocupados.
4. Os terrenos para sepulturas só poderão ser concessionados a familiares e/ou herdeiros do inumado.

Artigo 23.º

Alvará

1. A concessão de terrenos para sepulturas e ossários será titulada por alvará, a emitir no prazo de trinta dias a contar do cumprimento da formalidade descrita no artigo anterior.
2. Do alvará constarão os elementos de identificação do concessionário e a sua morada, referências da sepultura ou ossada respetivos, nele devendo mencionar-se, por averbamento, as alterações de concessionário quando ocorram.
3. A cada concessão corresponde um título ou alvará.
4. Extraviado ou inutilizado o título ou alvará, poderá a União das Freguesias emitir segunda via, desde que requerida pelo concessionário, e sujeito ao pagamento das respetivas taxas.
5. Existindo mais de um concessionário, deverá o requerimento ser assinado por todos os interessados.



Artigo 24.º

Construção

1. O revestimento de sepulturas deve ser concluído no prazo de trinta dias, contados da emissão da licença de construção.
2. A inobservância do revestimento de sepulturas no prazo estipulado no n.º 1 fará caducar a respetiva licença, com perda das importâncias pagas.
3. Poderá o Presidente da União das Freguesias de Marrazes e Barosa prorrogar o prazo, supra referido, em casos devidamente fundamentados.

Artigo 25.º

Autorização dos atos

1. As inumações, exumações e trasladações a efetuar em sepulturas dependem de autorização do concessionário ou de quem o represente, salvo se tal resultar de decisão judicial.
2. Sendo vários os concessionários, a autorização pode ser dada por aquele que estiver na posse do título.
3. Os restos mortais do(s) concessionário(s) serão inumados, independentemente de autorização.
4. Sempre que o concessionário não declare, por escrito, que a inumação tem caráter temporário, de 20 anos, ter-se-á a mesma como temporária por 3 anos, de acordo com alínea a), do n.º 2 do art. 10.º do presente.

Capítulo VII

Das Construções Funerárias

Secção I – Das Obras

Artigo 26.º

O pedido de licença para revestimento de sepulturas deverá ser formulado pelo concessionário em requerimento.



Artigo 27.º

Sepulturas

1. As sepulturas terão, em planta, a forma retangular, obedecendo às seguintes dimensões:
 - a. Comprimento – dois metros;
 - b. Largura – setenta e cinco centímetros de largura;
 - c. Profundidade – um metro e cinquenta centímetros.
2. As sepulturas, devidamente numeradas, agrupam-se em talhões.
3. Procurar-se-á o melhor aproveitamento do terreno, não podendo, porém, os intervalos entre as sepulturas, e entre estas e os dos lados dos talhões, ser inferior a trinta centímetros.

Artigo 28.º

Jazigos

Não é permitida a construção de jazigos nos cemitérios da União das Freguesias de Marrazes e Barosa.

Artigo 29.º

Ossários

1. Os ossários dividir-se-ão em células com as seguintes dimensões mínimas interiores:
 - a. Comprimento – oitenta centímetros;
 - b. Largura – cinquenta centímetros;
 - c. Altura – quarenta centímetros.
2. Nos ossários não haverá mais de sete células sobrepostas acima do nível do terreno, ou em cada pavimento, quando se trate de edificação de vários andares.

Artigo 30.º

Manutenção

1. Nas sepulturas devem efetuar-se obras de conservação periódica ou sempre que as circunstâncias o impunham.
2. Os concessionários serão avisados da necessidade das obras, marcando-se prazo para a execução desta, que poderá ser prorrogado pela União das Freguesias de Marrazes e Barosa face a circunstâncias atendíveis e comprovadas.



3. Em caso de urgência ou quando não se respeite o prazo concedido, a União das Freguesias de Marrazes e Barosa pode ordenar diretamente as obras, a expensas dos interessados. Sendo várias os concessionários, considera-se cada um deles, solidariamente, responsável pela totalidade das despesas.

Artigo 31.º

Trabalhos nos Cemitérios

A realização por particulares, ou a seu cargo, de quaisquer trabalhos no Cemitério fica sujeita a prévia autorização da União das Freguesias de Marrazes e Barosa e à orientação e fiscalização dos respetivos serviços.

Secção II

Dos sinais Funerários e do Embelezamento de Sepulturas

Artigo 32.º

Noção

1. Nas sepulturas permite-se a colocação de cruzes e caixas para coroas ou flores, assim como a inscrição de epitáfios e outros sinais funerários de acordo com os usos e costumes.
2. Não serão permitidos epitáfios que exaltem ideias políticas ou religiosas que possam ferir a suscetibilidade pública ou possam considerar-se desrespeitosos e despropositados.
3. A avaliação destes conceitos compete à União das Freguesias de Marrazes e Barosa.
4. É permitido embelezar as construções funerárias através do revestimento adequado, ajardinamento, bordaduras, vasos para plantas ou por qualquer outra forma que não afete a dignidade própria do local.



Capítulo VIII

Das Sepulturas Abandonadas

Artigo 33.º

Noção

1. Consideram-se abandonadas, podendo declarar-se prescritas a favor da União das Freguesias de Marrazes e Barosa, as sepulturas, cujos concessionários não sejam conhecidos ou residam em parte incerta e não exerçam os seus direitos por período superior a dez anos, nem se apresentem a reivindicá-lo dentro do prazo de sessenta dias, depois de citados por meio de editais afixados nos locais habituais e publicados em dois jornais mais lidos no Concelho.
2. O prazo referido no número anterior conta-se a partir da última inumação ou da realização mais recente de obras de conservação ou beneficiação, sem prejuízo de quaisquer outros atos dos concessionários ou de situações suscetíveis de interromper a prescrição, nos termos da lei civil.
3. Simultaneamente colocar-se-á na sepultura placa indicativa do abandono.

Artigo 34.º

Desinteresse dos Concessionários

1. Consideram-se abandonadas, podendo declarar-se prescritos a favor da União das Freguesias de Marrazes e Barosa as sepulturas perpétuas cujos concessionários, após notificação judicial, mantenham desinteresse na sua conservação e manutenção de forma inequívoca e duradoura.
2. O artigo anterior aplicar-se-á, com as necessárias adaptações, aos casos de desinteresse dos concessionários.

Artigo 35.º

Declaração de Prescrição

1. Decorrido o prazo de sessenta dias previsto no artigo 33.º ou após a notificação judicial do artigo 34.º, sem que os respetivos concessionários se apresentem a reivindicar os seus direitos, será o processo instruído com todos os elementos comprovativos do abandono e do cumprimento das formalidades exigidas, presente à reunião da União



das Freguesias de Marrazes e Barosa para ser declarada a prescrição a favor da União das Freguesias.

2. Feita a declaração de prescrição, ser-lhe-á dada publicidade nos termos do artigo 33.º, n.º 1.

Artigo 36.º

Destino dos Restos Mortais

Os restos mortais existentes em sepulturas declaradas prescritas, quando deles sejam retirados, depositar-se-ão com carácter de perpetuidade, em local reservado pela União das Freguesias de Marrazes e Barosa para o efeito, caso não sejam reclamados no prazo de trinta dias sobre a data de declaração de abandono.

Capítulo IX

Disposições Finais

Artigo 37.º

Proibições no Recinto do Cemitério

No recinto do cemitério é proibido:

- a. Proferir palavras ou praticar atos ofensivos da memória dos mortos ou do respeito devido ao local;
- b. Entrar acompanhado de quaisquer animais, com exceção de indivíduos portadores de deficiência acompanhados de cães de assistência;
- c. Transitar fora dos arruamentos ou das vias de acesso às sepulturas;
- d. Colher flores ou danificar plantas ou árvores;
- e. Plantar árvores de fruto ou quaisquer plantas de uso alimentar;
- f. Danificar sepulturas, sinais funerários e quaisquer outros objetos;
- g. Realizar manifestações de carácter político;
- h. A permanência de crianças, salvo quando acompanhadas.

Artigo 38.º

Entrada de Viaturas nos Cemitérios

É proibida a entrada de viaturas automóveis nos Cemitérios, salvo com autorização da União das Freguesias de Marrazes e Barosa nos seguintes casos:



- a. Carros funerários com transporte de urnas;
- b. Viaturas que transportem máquinas ou materiais destinados à execução de obras ou trabalhos nos Cemitérios.

Artigo 39.º

Realização de Cerimónias

- 1. Dentro do espaço dos cemitérios, carecem de autorização da União das Freguesias de Marrazes e Barosa:
 - a. A entrada de força armada;
 - b. A entrada de banda ou qualquer agrupamento musical;
 - c. A realização de missas campais ou outras cerimónias similares;
 - d. A realização de reportagens sobre a atividade cemiterial;
- 2. O pedido de autorização deve ser feito com, pelo menos, vinte e quatro horas de antecedência, salvo por motivos ponderosos.

Artigo 40.º

Taxas

As taxas devidas pela prestação de serviços relativos aos Cemitérios ou pela concessão de terrenos para sepulturas constarão de tabela aprovada pela Assembleia de Freguesia, sob proposta da Junta.

Artigo 41.º

Sanções

- 1. A violação das disposições deste Regulamento constitui contraordenação sancionada com coima.
- 2. A infração da alínea f) do artigo 37.º será punida, para além de indemnização pelos danos provocados, coima de duzentos e cinquenta euros (250,00 €).
- 3. As infrações ao presente Regulamento para as quais não se preveem penalidades especiais serão punidas com coima de cem euros (100,00 €).



União das freguesias
de Marrazes e Barosa
a união faz o futuro!



4. A competência para determinar a instrução de processos de contraordenação e para aplicação das coimas pertence ao Presidente da União das Freguesias de Marrazes e Barosa, podendo ser delegada em qualquer dos restantes membros¹¹.

Artigo 42.º

Omissões

Relativamente a situações não contempladas no presente Regulamento, serão as mesmas resolvidas caso acaso, por deliberação da União das Freguesias de Marrazes e Barosa, salvo casos urgentes, que serão decididos pelo Presidente da União das Freguesias de Marrazes e Barosa.

Artigo 43.º

Entrada em Vigor

O presente Regulamento entra em vigor trinta dias após a sua publicação.

É revogado o anterior Regulamento dos Cemitérios da União das Freguesias.

O Presidente da União das Freguesias de Marrazes e Barosa

(Paulo Clemente)

¹¹ Art. 21.º e 29.º, al. b) da LFL (Lei das Finanças Locais)



União das freguesias
de Marrazes e Barosa
a união faz o futuro!



Anexo I



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARRAZES E BAROSA

Sede – Rua Joaquim Soares Cêa Simões n.º 9 – Marrazes / 2415-508 LEIRIA

Contribuinte n.º 510 837 794

Telef.: 244 854 247

Email: secretaria@ufmb.pt

REQUERIMENTO PARA INUMAÇÃO, CREMAÇÃO, TRASLADAÇÃO E EXUMAÇÃO

É FAVOR PREENCHER COM LETRA MAIÚSCULA, LEGÍVEL

REQUERENTE:

Nome: _____

Estado Civil: _____ Profissão: _____ Telef.: _____

Morada: _____ C.P. ____ - ____

Documento de Identificação (1) n.º _____ Passaporte n.º _____ Contribuinte: _____

Vem, na qualidade de (2) _____ e nos termos dos artigos 3º e 4º do Decreto-Lei n.º 411/98 de 30 de dezembro,

Requerer a:

Inumação do Cadáver	<input type="radio"/>	Exumação do Cadáver	<input type="radio"/>	Cremação das Ossadas	<input type="radio"/>
Cremação do Cadáver	<input type="radio"/>	Trasladação do Cadáver	<input type="radio"/>	Trasladação das Ossadas	<input type="radio"/>
Inumação de Cinzas	<input type="radio"/>				

Às ____ horas do dia ____ de ____ de ____, no Cemitério de _____

FALECIDO:

Nome: _____

Estado civil à data da morte: _____ Documento de Identificação n.º _____

Residência à data da morte _____ C.P. ____ - ____

Local Falecimento: _____, freguesia: _____, concelho: _____

que se encontra no cemitério de _____ concelho: _____

Em:	Jazigo Particular	<input type="radio"/>	Jazigo Municipal	<input type="radio"/>	Sepultura Perpétua	<input type="radio"/>	Sepultura Temporária	<input type="radio"/>
	Ossário Particular	<input type="radio"/>	Ossário Municipal	<input type="radio"/>	Columbário	<input type="radio"/>	Aeróbia	<input type="radio"/>

N.º _____ Talhão _____

Desde ____ de ____ de ____ (4)

e se destina ao cemitério de _____ concelho _____

a fim de ser:

Inumado em:	<input type="radio"/>	Jazigo Particular	<input type="radio"/>	Jazigo Municipal	<input type="radio"/>	Sepultura Perpétua	<input type="radio"/>	Sepultura Temporária	<input type="radio"/>	Aeróbia	<input type="radio"/>
Colocado em:	<input type="radio"/>	Ossário Particular	<input type="radio"/>	Ossário Municipal	<input type="radio"/>	Columbário	<input type="radio"/>	Cendário	<input type="radio"/>		

Nº _____ Talhão: _____ do Cemitério de _____

As cinzas entregues à Agência Funerária ☐ As cinzas entregues ao requerente ☐

Utilização de Viatura Municipal: Sim ☐ Não ☐

_____, ____ de _____ de 20____

(assinatura do requerente)

DESPACHOS:

(5)

(6)

Os dados pessoais apresentados serão objeto de tratamento pelos serviços competentes desta União das Freguesias, para os fins a que se destina o presente requerimento e serão conservados pelo prazo estritamente necessário à prossecução desses fins.

A União das Freguesias compromete-se a proteger os seus dados pessoais e a cumprir as suas obrigações no âmbito da proteção de dados.



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARRAZES E BAROSA

Sede – Rua Joaquim Soares Cêa Simões n.º 9 – Marrazes / 2415-508 LEIRIA
Contribuinte n.º 510 837 794

Telef.: 244 854 247

Email: secretaria@ufmb.pt

Inumação efectuada às _____, _____ horas do dia _____ de _____ de _____
Cremação efectuada às _____, _____ horas do dia _____ de _____ de _____
Data da efectivação da Transladação _____ de _____ de _____
Data da efectivação da Exumação _____ de _____ de _____

- (1) Documento de Identificação: Bilhete de identidade, Cartão de Cidadão ou Passaporte
- (2) Qualquer das situações previstas no artigo 3º (testamenteiro, cônjuge sobrevivente, pessoa que resida com o falecido em condições análogas às dos cônjuges, herdeiro, familiar ou qualquer outra situação).
- (3) Entidade responsável pela administração do cemitério ou do centro funerário onde se pretende proceder à inumação, cremação, transladação ou exumação.
- (4) Data da inumação ou da última tentativa de exumação.
- (5) Despacho da Autarquia Local sob cuja administração está o cemitério/centro funerário onde se encontra o cadáver ou as ossadas.
- (6) Despacho da Autarquia Local sob cuja administração está o cemitério/centro funerário para onde se pretende transladar o cadáver ou as ossadas.

DECLARAÇÃO

Estabelece o artigo 3º do Decreto-Lei nº 411/98, de 30 de Dezembro, que:

1. Têm legitimidade para requerer a prática de actos regulados o presente diploma sucessivamente:

- a) O testamenteiro, em cumprimento de disposição testamentária;
- b) O cônjuge sobrevivente;
- c) A pessoa que vivia com o falecido em condições análogas às dos cônjuges;
- d) Qualquer herdeiro;
- e) Qualquer familiar;
- f) Qualquer pessoa ou entidade.

2. Se o falecido não tiver nacionalidade portuguesa, têm também legitimidade o representante diplomático ou consular do país da sua nacionalidade.

3. O requerimento para a prática desses actos pode ser também apresentado por pessoa munida de procuração com poderes especiais para esse efeito, passada por quem tiver legitimidade nos termos dos números anteriores.

Assim o requerente, retro identificado, declara sob compromisso de honra:

Não existir quem o proceda, nos termos deste artigo 3º.

Existir quem o proceda, mas não pretendendo ou não podendo aquele requerer a prática de qualquer acto previsto no mencionado Decreto-Lei.

_____, _____ de _____ de 20____

(assinatura do requerente)

Observações:

A esta declaração serão juntos os seguintes documentos:

- Fotocópia do B.I., Cartão de Cidadão ou Passaporte do requerente, ou de quem o representar, quando o requerente for uma pessoa coletiva;
- Procuração com poderes especiais para o efeito, nos casos do nº 3 do artigo 3º;
- Cartão de eleitor do falecido.

Os dados pessoais apresentados serão objeto de tratamento pelos serviços competentes desta União das Freguesias, para os fins a que se destina o presente requerimento e serão conservados pelo prazo estritamente necessário à prossecução desses fins.

A União das Freguesias compromete-se a proteger os seus dados pessoais e a cumprir as suas obrigações no âmbito da proteção de dados.



União das freguesias
de Marrazes e Barosa
a união faz o futuro!



Anexo II



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARRAZES E BAROSA

Sede – Rua Joaquim Soares Cêa Simões n.º 9 – Marrazes / 2415-508 LEIRIA

Contribuinte n.º 510 837 794

Telef.: 244 854 247

Email: secretaria@ufmb.pt

REQUERIMENTO RENOVAÇÃO ALVARÁ

É FAVOR PREENCHER COM LETRA MAIÚSCULA, LEGÍVEL

Exmo.(a) Sr(a) Presidente da União das Freguesias de Marrazes e Barosa

ASSUNTO: Renovação Direito Superfície Cemitério de _____

ALVARÁ N.º:

NOME:

ESTADO CIVIL:

CONTRIBUINTE:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

CONTACTO:

Vem requerer a V.^a Exa. a concessão, conforme regulamento em vigor nesta União das Freguesias, da sepultura n.º ____ no Cemitério de _____.

_____ de _____ de _____

Pede Deferimento,

Os dados pessoais apresentados serão objeto de tratamento pelos serviços competentes desta União das Freguesias, para os fins a que se destina o presente requerimento e serão conservados pelo prazo estritamente necessário à prossecução desses fins.

A União das Freguesias compromete-se a proteger os seus dados pessoais e a cumprir as suas obrigações no âmbito da proteção de dados.



União das freguesias
de Marrazes e Barosa
a união faz o futuro!



Cedência de parcela de terrenos, ao domínio público, na ZICOFA, para acesso a propriedades